

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO
INTERDISCIPLINAR EM ARTES

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2026

UFSCar

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Reitora

Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira

Vice-reitora

Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Douglas Verrangia Corrêa da Silva

Pró-Reitor Adjunto de Graduação

Prof. Dr. Armando Ítalo Sette Antonialli

Diretor do Campus São José do Rio Preto

Prof. Dr. Danilo Giroldo

Diretora do Centro de Artes, Humanidades e Tecnologia (CAHT)

Profa. Dra. Lisandra Marques Gava Borges

Comissão de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso

Djalma Ribeiro Junior

Elenita Ferreira Meira Carvalho

Lisandra Marques Gava Borges

Lúcia Maria Salgado dos Santos Lombardi

Natália Burigo Severino

Ofir Paschoalick Castilho Madureira

Colaboradoras(es)

Carla Regina Silva

Danilo Giroldo

Érico Masiero

Homero Kaneko

Pedro Henrique Varoni de Carvalho

Suzana Schmidt Viganó

SUMÁRIO

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	5
2. DADOS DO CURSO.....	6
3. BASES LEGAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO.....	7
4. APRESENTAÇÃO.....	13
4.1 BREVE HISTÓRICO DA UFSCar.....	13
4.2. PERFIL E MISSÃO INSTITUCIONAL DA UFSCar.....	15
4.2.1 VISÃO E VALORES.....	16
4.2.2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS.....	16
4.3 O PAC EXPANSÃO 2024 E CRIAÇÃO DO NOVO CAMPUS SÃO JOSÉ DO RIO PRETO.....	19
4.4 CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM ARTES.....	21
5. PERFIL DO CURSO E JUSTIFICATIVA.....	23
6. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	25
6.1 POLÍTICAS DE ENSINO.....	25
6.2 POLÍTICAS DE PESQUISA.....	26
6.3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	27
6.4 POLÍTICAS DE ACESSO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO.....	29
6.5 POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	31
7. OBJETIVOS DO CURSO.....	37
7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	38
8. PERFIL DO EGRESSO.....	40
9. PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	43
10. ESTRUTURA CURRICULAR E SEUS COMPONENTES.....	45
10.1. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS.....	45
10.2. DISCIPLINAS OPTATIVAS E ELETIVAS.....	56
10.3. DETALHAMENTO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS	
60	
10.3.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS.....	60

10.3.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS.....	85
10.4. ATIVIDADES EXTENSIONISTAS.....	106
10.5. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	106
10.6. ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	108
10.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	108
10.8. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO.....	109
11. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	110
11.1 AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	110
11.2 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO.....	111
12. APOIO AO DISCENTE.....	114
13. GESTÃO DO CURSO.....	118
14. CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	121
15. INFRAESTRUTURA.....	125
16. REFERÊNCIAS.....	127

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

Mantenedora: Fundação Universidade Federal de São Carlos

CNPJ: 45.358.058/0001-40

Ato de criação: Decreto n.º 62.758, de 22 de maio de 1968¹, alterado pelo Decreto n.º 99.740, de 28 de novembro de 1990², inscrita como pessoa jurídica no Cartório do 2º Ofício de São Carlos, em 24 de abril de 1969, com sede e foro na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Nome da IES (sigla): Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Endereço: Rod. Washington Luís, km 235 - SP-310 - São Carlos. CEP 13565-905

Categoria Administrativa: Pública Federal

Organização Acadêmica: Universidade

Endereço da Sede: Rod. Washington Luís, km 235. Rodovia SP-310, São Carlos (SP). CEP 13565-905.

Telefone: (16) 3351-8111

Portal: www.ufscar.br

CAMPUS DO CURSO

Campus: São José do Rio Preto

Ato de criação e credenciamento do Campus: Resolução ConsUni n.º 148³, de 10 de junho de 2025; Portaria SERES/MEC N.º 871⁴, de 25 de novembro DE 2025.

Endereço do Campus Provisório: Instituto Federal de São Paulo. Campus São José do Rio Preto. R. Dr. Eduardo Nielsen, 420 - Jardim Congonhas, São José do Rio Preto/SP, 15030-070.

¹ BRASIL. Decreto Federal N.º 62.758, de 22 de maio de 1968. Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal de São Paulo. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/485385/publicacao/15643723>. Acesso em 20 de agosto de 2025.

² BRASIL. Decreto n.º 99.740, de 28 de novembro de 1990. Altera dispositivos do Decreto n.º 62.758, de 22 de maio de 1968, que instituiu a Fundação Universidade Federal de São Carlos, sob a denominação de Fundação Universidade Federal de São Paulo, e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99740.htm

³ UFSCar. Aprova a criação do Campus São José do Rio Preto da UFSCar. Disponível em: https://sei.ufscar.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=2095946&id_orgao_publicacao=0. Acesso em 20 de agosto de 2025.

⁴ BRASIL. Credencia o campus fora de Sede - Campus São José do Rio Preto - da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (cód. 7), mantida pela Fundação Universidade Federal de São Carlos (cód. 1302), CNPJ: 45.358.058/0001-40, a ser instalado na Rua Doutor Eduardo Nielsen, nº 420, bairro Jardim Congonhas, no município de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-seres/mec-n-871-de-25-de-novembro-de-2025-671047741>. Acesso em 20 de janeiro de 2026.

2. DADOS DO CURSO

Curso: Bacharelado Interdisciplinar em Artes (BIA-RP)

Diplomação: Bacharel(a) Interdisciplinar em Artes

Formato de Oferta: Presencial

Carga horária total do curso: 2400 horas.

Tempo mínimo para integralização: 2 anos (4 semestres).

Tempo regular para integralização: 3 anos (6 semestres).

Tempo máximo para integralização: 5 anos (10 semestres).

Regime acadêmico: Semestral

Turno de oferta: Matutino e Noturno

Número de vagas: 150 vagas anuais, 75 vagas matutino e 75 vagas noturno.

Primeira oferta em 2026: 30 vagas noturno.

Forma de ingresso principal: anual, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), considerando o desempenho no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Estágio: Não há estágio obrigatório.

Campus de Oferta: São José do Rio Preto

Atos legais (criação e autorização): Resolução ConsUni 149 de 10 de junho de 2025⁵; Portaria SERES/MEC Nº 873, de 26 de novembro DE 2025.⁶

⁵ UFSCar. Aprova o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Artes para o Campus São José do Rio Preto da Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: https://sei.ufscar.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=2095947&id_orgao_publicacao=0. Acesso em 20 de janeiro de 2026.

⁶ BRASIL. Autoriza os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo da Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-seres/mec-n-873-de-26-de-novembro-de-2025-671619189>. Acesso em 20 de janeiro de 2026.

3. BASES LEGAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 20/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 003, de 10 mar. 2004. Parecer sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o

Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018 – Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=108221-portaria-315&category_slug=fevereiro-2019-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192.

Acesso em 20/08/2025.

UFSCar. Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar. São Carlos, 2016. Disponível em:

<https://www.prograd.ufscar.br/pt-br/assets/arquivos/conselho-de-graduacao/conselho-de-graduacao-arquivos-complementares-ou-duplicados/arquivos-conselho-de-graduacao/regimento-geral-dos-cursos-de-graduacao>. Acesso em 20/08/2025.

UFSCar. RESOLUÇÃO CONJUNTA COG N° 2/2023. Dispõe sobre a regulamentação da inserção curricular das atividades de Extensão Universitária nos Cursos de Graduação da UFSCar. 2023. Disponível em: <https://www.prograd.ufscar.br/pt-br/assets/arquivos/conselho-de-graduacao/reunioes/2023/resolucoes-2023/ResoluoConjunta2.pdf>. Acesso em 20/08/2025.

UFSCar. INSTRUÇÃO NORMATIVA PROGRAD N° 2, DE 20 de DEZEMBRO de 2024. Estabelece orientações técnicas para a inserção da extensão nos projetos pedagógicos de cursos de graduação. 2024. Disponível em: https://sei.ufscar.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?Z7Fxxbpq-Y6zDWxr0qaRkrqdXbfjS_ML28Tg72azBz5MFxAX7n5_i8o8f8Zf6loMBMXvSgXBR8Cml9gFgLe8QbW7lxP0FG9yeBdvjHjUYFFdZhGZ_6Pq5s8GbJCvkrZK. Acesso em 20/08/2025.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028. São Carlos, 2024. Disponível em:

<https://www.spdi.ufscar.br/arquivos/planejamento/pdi/pdi-2024-2028.pdf>.

Acesso em: 20/08/2025.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Perfil do Profissional a ser Formado pela UFSCar. São Carlos, 2008. Disponível em: <http://www.pdi.ufscar.br/aspectos-academicos/perfil-do-profissional>. Acesso em 20/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares. 2010. Disponível em: https://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20-%20bacharelados%20interdisciplinares%20-%20referenciais%20orientadores%20-%20novembro_2010%20brasil.pdf. Acesso em: 20/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES n. 266, de 6 jul. 2011. Parecer sobre os Referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares das Universidades Federais. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8907-pces266-11&category_slug=setembro-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 20/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES n. 441, aprovado em 10 de julho de 2020 – Atualização da Resolução CNE/CES n. 2, de 18 de junho de 2007, e da Resolução CNE/CES n. 4, de 6 de abril de 2009, que tratam das cargas

horárias e do tempo de integralização dos cursos de graduação. Disponível em:
https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167061-pces441-20-1&category_slug=dezembro-2020-pdf&Itemid=30192.

Acesso em: 20/08/2025.

4. APRESENTAÇÃO

4.1 BREVE HISTÓRICO DA UFSCar

A história da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) remonta à década de 1960. Sua fundação ocorreu em 1970, fruto de articulações políticas e educacionais que buscavam descentralizar o acesso ao ensino superior e impulsionar o desenvolvimento regional no interior do estado de São Paulo. O marco legal inicial se deu com a promulgação da Lei Federal nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, posteriormente regulamentada pelo Decreto Federal nº 62.758, de 22 de maio de 1968. Essa regulamentação autorizava a criação da então Universidade Federal de São Paulo, com sede na cidade de São Carlos, que posteriormente recebeu a denominação Universidade Federal de São Carlos, em conformidade com a Lei nº 4.759/1965.

A UFSCar se propôs, desde seu projeto de implantação, a atuar de forma criadora no processo de responder à demanda social por tecnologia de ponta e de maneira autônoma sem perder de vista o cunho multidisciplinar. Desde a sua criação, a UFSCar se destacou pela excelência acadêmica e pelo compromisso com a formação cidadã, tendo iniciado suas atividades acadêmicas, em 13 de março de 1970, com os cursos de Licenciatura em Ciências e Engenharia de Materiais. Ao longo das décadas seguintes, a universidade consolidou sua atuação com a expansão de sua infraestrutura, ampliação do número de cursos e centros acadêmicos, e fortalecimento das atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente, a UFSCar possui quatro campi consolidados: São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino. Em 2024, foi anunciada a implantação do quinto campus, em São José do Rio Preto, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Expansão IFES), do Governo Federal. Este novo campus representa mais um passo na trajetória de expansão e interiorização do ensino superior público, atendendo a uma região com grande demanda e baixa cobertura de matrículas públicas na educação superior.

Cada campus da UFSCar possui uma identidade própria, voltada às especificidades regionais e às vocações econômicas e sociais locais. Em São Carlos, destaca-se a tradição em ciência e tecnologia, com centros acadêmicos voltados para as ciências exatas, biológicas e da saúde, e humanas. Em Araras, o foco recai sobre as ciências agrárias. Sorocaba se caracteriza pela

ênfase em sustentabilidade, gestão e tecnologias aplicadas. Lagoa do Sino, por sua vez, adota como princípios norteadores o desenvolvimento territorial sustentável, a soberania e segurança alimentar, e a valorização da agricultura familiar. Em São José do Rio Preto, o foco nas conexões interdisciplinares Justiça Social, Resiliência e Sustentabilidade e Território Inovador orientam as diretrizes de atuação do Campus no ensino de graduação e pós-graduação, na extensão e na pesquisa.

A UFSCar oferece atualmente 68 de cursos de graduação presenciais, distribuídos nos campi de São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino. O campus São Carlos se divide em 3 centros acadêmicos – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET) e Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) – que, juntos, ofertam 43 cursos de graduação em diferentes áreas do conhecimento. O campus Araras tem um único centro acadêmico, o Centro de Ciências Agrárias (CCA), com 6 cursos de graduação. Já o campus Sorocaba tem 14 cursos de Graduação distribuídos por 3 centros acadêmicos: Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia (CCGT), Centro de Ciências Humanas e Biológicas (CCHB) e Centro de Ciências e Tecnologias para Sustentabilidade (CCTS). Lagoa do Sino, tem um Centro Acadêmico – CCN – e conta com 5 cursos de graduação. Além do novo Centro de Artes, Humanidades e Tecnologia (CAHT), do Campus São José do Rio Preto, que adiciona aos 68 cursos, outros 9 cursos de graduação em regime de ciclos: 3 bacharelados interdisciplinares, seguidos por 6 cursos de segundo ciclo. A UFSCar, ainda, conta com 2 cursos de graduação no formato de oferta à distância (EaD).

Nos primeiros 20 anos de existência da UFSCar, a instituição foi marcada por uma profunda expansão de infraestrutura e de seu quadro de pessoal, possibilitando o oferecimento de uma ampla variedade de cursos de graduação e pós-graduação. Atualmente, a UFSCar tem 60 programas de pós-graduação (PPGs), distribuídos nos quatro campi já consolidados.

A internacionalização é outro pilar fundamental da UFSCar. A instituição mantém convênios e parcerias com diversas universidades e centros de pesquisa ao redor do mundo, promovendo intercâmbios, projetos conjuntos e cooperação científica. A atuação internacional da universidade é refletida,

também, em rankings e indicadores acadêmicos, nos quais a UFSCar figura entre as melhores universidades federais brasileiras.

Diante do breve histórico apresentado, é possível afirmar que ao ampliar a oferta de cursos, diversificar as áreas de atuação e ainda, se instalar em outras regiões do Estado, a UFSCar continua possibilitando não somente a formação de profissionais capacitados, mas também ampliando a produção e disseminação de conhecimento, cultura e arte relevantes para a sociedade. Além disso, intensifica a sua interlocução com a sociedade à medida que suas ações estão atreladas ao atendimento das demandas sociais das regiões onde se localiza cada um de seus cinco campi, reafirmando os seus princípios institucionais: excelência acadêmica com compromisso social.

4.2. PERFIL E MISSÃO INSTITUCIONAL DA UFSCar

A UFSCar, ao longo de sua trajetória, tem se consolidado como uma instituição pública de referência, guiada por uma missão institucional clara e consistente, baseada na tríade indissociável de ensino, pesquisa e extensão. Sua missão é "ensinar, pesquisar, produzir e tornar acessível o conhecimento", promovendo o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social do país com qualidade, responsabilidade e compromisso ético. A missão deve ser implementada por meio de políticas que valorizem preceitos éticos, morais e sociais, e que fortaleçam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a relação dialógica da Instituição com diferentes segmentos da sociedade, de tal forma que, sendo parte dela, contribua para a construção de uma sociedade democrática, justa e ambientalmente sustentável.

Esse propósito institucional reflete-se em todas as ações desenvolvidas pela universidade, que busca contribuir de forma significativa para a transformação da sociedade brasileira, promovendo a formação cidadã, a inclusão social, a justiça, a equidade, a sustentabilidade e a inovação. A UFSCar valoriza a pluralidade de ideias, a liberdade acadêmica, a ética, o respeito às diferenças e a responsabilidade social e ambiental como princípios norteadores de sua atuação.

4.2.1 VISÃO E VALORES

A UFSCar adota como princípio a formação integral dos estudantes, voltada para o desenvolvimento de competências técnicas, científicas, humanas, éticas e sociais. Essa formação visa preparar os egressos para atuarem de forma crítica e criativa em diferentes contextos profissionais e sociais, contribuindo para a transformação da realidade.

Esta Universidade tem como visão sua consolidação como uma instituição geradora e disseminadora do conhecimento, cujos compromissos fundamentais e determinantes institucionais dos seus planos de ação refletem valores que se baseiam na democracia, na equidade e no desenvolvimento social sustentável, construídos socialmente pela comunidade acadêmica e materializados nos seguintes princípios:

- Excelência acadêmica;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Compromisso com a sociedade;
- Promoção da acessibilidade, inclusão e equidade social;
- Gratuidade do ensino público de graduação e pós-graduação;
- Gestão democrática, participativa e transparente;
- Promoção de valores democráticos e da cidadania;
- Promoção do livre acesso ao conhecimento;
- Compromisso com a responsabilidade ambiental responsável e sustentabilidade;
- Integração ao Sistema Nacional de Ensino.

4.2.2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

A UFSCar enfatiza ainda a importância da interdisciplinaridade, para além da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e da valorização da diversidade cultural, étnica, regional e de saberes. A universidade se compromete com a qualidade da formação acadêmica, a inclusão de grupos historicamente marginalizados e a promoção da justiça social como missão institucional.

Esta Universidade tem, também, o compromisso de disseminar o conhecimento produzido a partir de suas atividades de ensino, aliadas às de

pesquisa e às de extensão, ao alcance e serviço da sociedade, concorrendo para que ela se torne mais democrática, solidária e justa. Busca, ainda, garantir a qualidade educacional, por meio de uma efetiva política de capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo, além de uma ampla participação dos alunos nos diversos aspectos da vida universitária.

Os objetivos institucionais constituem, assim, diretrizes permanentes, segundo a identidade da instituição, que conduzem ao estabelecimento das diversas Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa, Extensão, Responsabilidade Social, Educação Inclusiva, Responsabilidade Ambiental, Apoio ao Discente, Avaliação e Gestão. Os objetivos Institucionais da UFSCar são:

1. Promover ações de valorização da graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, em todas as modalidades (presencial e a distância), garantindo sua indissociabilidade.

2. Promover a articulação e sinergia das atividades de ensino, pesquisa e extensão em todas as modalidades (presencial e a distância), garantindo a qualidade de todas as atividades e o equilíbrio entre elas.

3. Promover a inserção do ensino, da pesquisa e da extensão da UFSCar no esforço de compreensão e busca de soluções para problemas nacionais, regionais e locais da realidade brasileira.

4. Estimular e apoiar ações que contribuam para afirmar a identidade pautada na diversidade da UFSCar, ampliando a oferta de oportunidades de convivência com a diversidade aos membros das comunidades interna e externa.

5. Ampliar e aprimorar as políticas de atendimento à diversidade, de necessidades de acolhimento e apoio à comunidade discente em diferentes momentos das trajetórias acadêmicas.

6. Defender a gratuidade dos cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu.

7. Fortalecer e ampliar a cooperação acadêmica nacional e internacional com vistas à excelência na produção acadêmica e ao desenvolvimento democrático e à sustentabilidade socioambiental, criando mecanismos que favoreçam a participação de todas as pessoas interessadas.

8. Promover a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade, bem como a pluralidade epistemológica, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis de formação e modalidades (presencial e a distância).

9. Analisar continuamente a necessidade de ampliação da oferta de cursos e do número de vagas em todas as modalidades (presencial e a distância), a partir de estudos de demanda e de impacto e de diagnóstico dos recursos disponíveis, realizando a expansão com equilíbrio entre as áreas do conhecimento e manutenção da qualidade da formação oferecida.

10. Garantir e aprimorar continuamente a qualidade dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão em todas as modalidades (presencial e a distância).

11. Promover atividades que articulem os conhecimentos acadêmicos com aqueles oriundos das diferentes culturas que compõem a nação brasileira.

12. Incentivar a utilização de referenciais de qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão envolvendo a modalidade a distância.

13. Fortalecer a cultura de inovação e a formação de lideranças empreendedoras na UFSCar.

14. Garantir a prática de atividades acadêmicas norteadas por preceitos éticos.

15. Promover respeito, compreensão e diálogo na diversidade e pluralismo social, étnico-racial e cultural como parte da produção do conhecimento e do pleno exercício da cidadania.

16. Garantir livre acesso ao conhecimento produzido e disponibilizado pela UFSCar, ampliando, diversificando e dando visibilidade aos meios e suportes de disseminação disponíveis, com respeito à propriedade intelectual.

17. Promover, incentivar e dar suporte à política de inclusão digital, desenvolvimento, aperfeiçoamento e integração das tecnologias de informação e comunicação em todos os níveis da Instituição e em todos os processos acadêmicos e administrativos, compreendendo-as como favorecedoras do livre acesso ao conhecimento, da inovação, da otimização de recursos e da manutenção da memória da UFSCar.

18. Promover e incentivar a ambientalização e a humanização das atividades universitárias, incorporando as temáticas ambientais, da diversidade

cultural, das desigualdades sociais e da cidadania nas atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), administrativas e na formação profissional continuada.

19. Elaborar estudos de viabilidade e pertinência da implantação de escolas de aplicação em diferentes níveis de ensino (Educação Infantil e Ensinos Fundamental, Médio e Técnico), visando a produção de conhecimento na área de educação e a ampliação e enriquecimento dos campos de atuação para os estudantes dos cursos de licenciatura.

20. Promover a internacionalização nos diferentes setores da universidade, ampliando o acesso ao aprendizado em língua estrangeira e estimulando a conexão dos saberes locais com as redes de pesquisa internacionais.

4.3 O PAC EXPANSÃO 2024 E CRIAÇÃO DO NOVO CAMPUS SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

A criação do novo campus da UFSCar em São José do Rio Preto, é um marco histórico que simboliza um novo ciclo de expansão da educação superior pública e gratuita no Brasil. Esse processo foi viabilizado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Expansão IFES, lançado em junho de 2024 pelo Governo Federal, que previu a implantação de dez novos campi de universidades federais em todas as regiões do país. A proposta visa responder às desigualdades regionais no acesso ao ensino superior, especialmente em regiões com baixa oferta de matrículas públicas, como é o caso do noroeste paulista.

São José do Rio Preto foi escolhida para receber um novo campus da UFSCar considerando diversos fatores estratégicos. A cidade é um importante pólo regional, com uma população estimada em mais de 460 mil habitantes, e exerce influência direta sobre cerca de 1,6 milhão de pessoas em sua região administrativa. Além disso, a cidade apresenta indicadores sociais e econômicos robustos, com destaque para o setor de serviços, educação, saúde e tecnologia. No entanto, apesar de sua relevância regional, a presença da educação superior pública era limitada, o que evidenciava a necessidade de expansão.

O processo de implantação do novo campus teve início formal com a aprovação dos procedimentos para a implantação, em dezembro de 2024, pelo Conselho Universitário (ConsUni) da UFSCar conforme Ato Administrativo 357/2024 do ConsUni, que estabeleceu as premissas para o Campus de São José do Rio Preto. Essa etapa foi desenvolvida por um grupo de trabalho multidisciplinar e se baseou em ampla análise do território, dados demográficos, socioeconômicos, educacionais e ambientais da região, bem como em consultas à comunidade acadêmica e audiências públicas realizadas ao longo de 2024 e 2025, o resultado está apresentado no Documento Referência de Implantação do Campus da UFSCar em São José do Rio Preto. Um dos objetivos foi garantir que o novo campus estivesse alinhado com as demandas locais e vocações regionais, promovendo uma integração efetiva com o contexto socioeconômico.

Os levantamentos de dados, como indicadores sociais, econômicos e educacionais, complementados pelo mapeamento da percepção dos diferentes segmentos sociais do município de São José do Rio Preto, bem como pelas demandas e expectativas da comunidade em relação à criação do novo campus da UFSCar, somadas a discussão do diagnóstico preliminar do município e região com todos os campi, centros acadêmicos e categorias da UFSCar, permitiu alcançar uma visão ampla sobre as possibilidades de contribuição desta universidade com aquela região, e que levaram à convergência para uma formação de caráter interdisciplinar como alternativa para atuar sobre problemas complexos e, ao mesmo tempo, mitigar as dificuldades decorrentes de uma formação hiper especializada, frente às incertezas de um mundo em transformação. Assim, foi definido para o novo campus a oferta de cursos interdisciplinares, organizados em regime de ciclos, orientados pelas conexões interdisciplinares da Justiça Social, Resiliência e Sustentabilidade e Território Inovador.

O Bacharelado Interdisciplinar em Artes (BIA), tem como cursos de segundo ciclo o Bacharelado em Artes Cênicas e o Bacharelado em Produção Cultural. Por sua vez, o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Humanidades (BICH) integra no segundo ciclo os Bacharelados em Serviço Social, e Arquitetura e Urbanismo com Ênfase em Habitação de Interesse Social. Por fim, o Bacharelado em Ciência, Tecnologia e Inovação (BICTI),

segue no segundo ciclo com os Bacharelados em Inteligência Artificial e Ciência de Dados, e Engenharia de Manufatura e Design (MaDe).

Os bacharelados interdisciplinares da UFSCar, dentre eles o BIA, seguem um modelo com uma estrutura curricular flexível, baseada em competências, que permite ao estudante construir percursos formativos diversificados e adaptados às suas vocações e interesses.

4.4 CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM ARTES.

O Bacharelado Interdisciplinar em Artes está inserido no contexto de implantação do novo campus da UFSCar em São José do Rio Preto, viabilizado no ciclo recente de expansão da educação superior pública, com diretriz de enfrentamento das desigualdades regionais de acesso e ampliação da oferta pública em territórios com baixa disponibilidade de matrículas; nesse processo, a escolha do município como sede do novo campus foi fundamentada por critérios estratégicos de centralidade regional e potencial de impacto socioeconômico, combinados ao diagnóstico de insuficiência de presença pública no ensino superior, e a formulação institucional para a implantação do campus e de seus cursos foi amparada por estudos sistematizados no Documento Referência aprovado pelo ConsUni, que incorporou análise de dados demográficos, socioeconômicos, educacionais e ambientais, além de escuta social por meio de grupos focais e instâncias participativas, identificando três conexões interdisciplinares estruturantes — Justiça Social, Resiliência e Sustentabilidade e Território Inovador — como eixos de transversalidade curricular e de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em diálogo com problemas públicos e desafios complexos do contexto regional.

É nesse marco que o PPC do BIA foi concebido: como curso de primeiro ciclo, de base ampla e interdisciplinar, orientado a integrar repertórios histórico-teóricos, práticas e laboratórios de criação, mediação e gestão cultural, além de iniciação à pesquisa em Artes, preparando trajetórias formativas que podem se aprofundar no segundo ciclo, em Artes Cênicas ou Produção Cultural. Essa arquitetura em ciclos se articula diretamente às diretrizes do novo campus, pois combina flexibilidade curricular,

interdisciplinaridade e inserção territorial, ao mesmo tempo em que responde a demandas culturais e econômicas associadas ao setor criativo, às políticas culturais e às formas contemporâneas de produção e circulação artística.

No BIA, a extensão é assumida como componente estruturante do processo formativo e como dispositivo privilegiado de diálogo com a sociedade, orientando a experimentação prática em criação e produção artística e cultural desde o início do curso. O PPC prevê carga extensionista no percurso formativo e explicita a realização de ações com o território e com agentes do setor cultural local e regional, favorecendo projetos e práticas em rede (com coletivos, instituições e equipamentos culturais), fortalecendo a democratização do acesso, a formação de públicos e a qualificação de iniciativas culturais com relevância social.

Assim, o contexto de criação do BIA resulta da convergência entre: (i) a política pública de expansão recente que viabiliza o novo campus; (ii) o diagnóstico territorial e as conexões interdisciplinares definidas no Documento Referência; e (iii) uma proposta pedagógica que entende a Arte como campo de formação crítica, produção cultural, mediação social e inovação, apta a contribuir simultaneamente para o desenvolvimento econômico (economia criativa e redes produtivas culturais), para a inclusão e a cidadania (Justiça Social e diversidade) e para agendas ambientais e de sustentabilidade (Resiliência e Sustentabilidade), consolidando a inserção pública e regional da UFSCar em São José do Rio Preto.

5. PERFIL DO CURSO E JUSTIFICATIVA

O Bacharelado Interdisciplinar em Artes tem como eixo a formação ampla, humanista e técnico-criativa, estruturada no modelo em ciclos: o primeiro ciclo interdisciplinar (núcleo comum) que integra história e teorias da arte, políticas culturais, mediação e gestão, práticas cênicas, visuais e musicais, arte e educação ambiental, diversidade e inclusão, tecnologias digitais e metodologias de pesquisa; no segundo ciclo (formações específicas profissionalizantes) em Artes Cênicas ou Produção Cultural, com forte articulação entre criação, gestão, mediação e economia criativa. Esse desenho foi indicado como resposta às demandas de formação em um mundo em transformação e às diretrizes de implantação do novo campus, com cursos em dupla oferta (matutino e noturno) articulados a conexões interdisciplinares – Justiça Social; Resiliência e Sustentabilidade; Território Inovador. O regime em ciclos oportuniza a flexibilidade curricular, interdisciplinaridade, inovação pedagógica e integração ensino–pesquisa–extensão, e está explicitamente associado à escolha do BIA como um dos três cursos inaugurais do Campus São José do Rio Preto.

No BIA, as atividades curriculares formativas contemplam, entre outras, História da Arte (antiga, moderna e contemporânea), Políticas Públicas de Cultura, Jogos e Improvisação, Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas, Arte e Educação Ambiental, Projetos Culturais (I e II), Artes Inclusivas, Fundamentos das Artes Cênicas, Visuais e da Música, Mediação Cultural, Iniciação à Pesquisa em Artes, Produção de Eventos (I e II), Economia Criativa, Arte e Interfaces Sociais, Arte e Cultura Digital, Laboratórios de Práticas Integradas e Trabalho de Conclusão (I e II). O itinerário formativo equilibra componentes teórico-críticos e prático-experimentais, com ênfase em criação artística, gestão cultural, ética, diversidade e acessibilidade, e prevê um incubadora cultural, para prototipagem e desenvolvimento de projetos e negócios criativos regionais.

O curso promove aprendizagem baseada em projetos, estúdios e oficinas, atuação extensionista continuada (programas, festivais, mostras e ações em equipamentos culturais), e parcerias com redes locais (coletivos, OSCs, escolas, poder público e setor produtivo). Integra-se ainda ao ecossistema regional de inovação e criatividade por meio de projetos conjuntos e residência

de criação/produção, alinhando competências artísticas, de gestão e de tecnologia.

São diferenciais do BIA:

- A aderência ao território: o curso responde à vocação cultural de São José do Rio Preto, historicamente forte em teatro e música, com demanda por formação e profissionalização da cadeia cultural, validada em grupos focais e audiências públicas;
- Ampliação do acesso público: supre vazio de formação artística e amplia vagas públicas em áreas subatendidas no ensino superior local e regional;
- Modelo em ciclos com dupla oferta: flexibiliza percursos, reduz barreiras de horário e favorece permanência estudantil;
- Integração com inovação: a incubadora cultural e as parcerias potencializam novos negócios, circulação e sustentabilidade financeira de iniciativas artísticas;
- Viabilidade e demanda: indicadores educacionais e setoriais do documento institucional sustentam a escolha do BIA e das formações de Artes Cênicas e Produção Cultural para a fase inicial.

O BIA demonstra sinergia com o ecossistema regional de inovação, já que a economia criativa e o design se articulam diretamente com Produção Cultural e Artes Cênicas (linguagens, produtos e experiências culturais, eventos e indústrias criativas). O curso amplia a base de talentos criativos, converge com iniciativas de inovação e favorece a fixação de profissionais no território.

Além disso, o BIA amplia a presença da UFSCar e promove desenvolvimento territorial por meio de arte, cultura e tecnologia social, alinhado às diretrizes de criação do novo campus e o compromisso de representação de diferentes áreas do conhecimento desde a implantação.

Em suma, o BIA no Campus SJRP preenche uma lacuna da formação pública em Artes e Humanidades, responde à vocação cultural e ao dinamismo de coletivos locais, profissionaliza a cadeia cultural com base em criação, gestão e mediação, e impulsiona a economia criativa regional por meio de incubadora cultural e parcerias – tudo isso em um modelo interdisciplinar e em ciclos que favorece acesso, permanência e impacto social.

6. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

6.1 POLÍTICAS DE ENSINO

A UFSCar ao longo de sua história, vem ampliando e inovando no ensino, na pesquisa e na extensão para responder às rápidas transformações sociais, científicas e tecnológicas, formando profissionais-cidadãos com competências técnico-científicas para a educação continuada e orientados por valores como ética, justiça, dignidade humana, responsabilidade social e ambiental, participação, diálogo e solidariedade. Para isso, reconhece a necessidade de revisão constante dos currículos, de aproximar a formação do mundo do trabalho e de promover uma aprendizagem autônoma e permanente, apoiada por tecnologias e por práticas presenciais, a distância e híbridas. Nesse quadro, as políticas de ensino da UFSCar priorizam inclusão e acesso, interdisciplinaridade e integração ensino–pesquisa–extensão, diversificação e inovação de cursos, capacitação docente, avaliação formativa, acessibilidade e apoio à permanência estudantil, além de parcerias institucionais e valorização da arte e da cultura, reforçando o papel da universidade como agente democrático e transformador.

A UFSCar atua atentamente às transformações da sociedade contemporânea para responder às múltiplas demandas sociais, adotando ações educativas flexíveis que acolhem diferentes grupos e necessidades específicas, articuladas à sua inserção territorial, e fortalecendo as trocas culturais como apoio ao processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, orienta-se por uma educação emancipadora e democrática, que reconhece o estudante como sujeito central do próprio percurso formativo, promovendo a sua autonomia e a capacidade de aprender de forma contínua ao longo da vida — princípios que fundamentam o conjunto das atividades formativas dos cursos de graduação da UFSCar, principalmente os Bacharelados Interdisciplinares, como o Bacharelado Interdisciplinar em Artes.

No contexto do Campus São José do Rio Preto e do Bacharelado Interdisciplinar em Artes, as políticas de ensino devem permitir, também, o desenvolvimento das competências dos egressos, profissionais flexíveis e criativos, capazes de inovar e de enfrentar desafios complexos, preparados para atuar em situações de incerteza, com abertura ao novo, capacidade de adaptação e compromisso com a aprendizagem ao longo da vida. Além disso,

é essencial fortalecer a sensibilidade social e a comunicação, favorecendo o diálogo e a atuação responsável em diferentes contextos, bem como estimular o trabalho em equipe, o respeito à diversidade, o espírito empreendedor e a iniciativa para transformar ideias em ações. Por fim, essas políticas devem promover o respeito a diferentes culturas e ampliar o repertório de conhecimentos, especialmente no uso de novas tecnologias, como base para múltiplas possibilidades de atuação profissional.

A formação, assim, assenta-se no compromisso institucional de consolidar e aperfeiçoar a contribuição universitária para a sociedade, assegurando aos egressos competências técnico-científico-profissionais para a educação continuada, alicerçadas na ética democrática, dignidade humana, justiça, responsabilidade social e ambiental, respeito mútuo, participação, diálogo e solidariedade. A construção e o acompanhamento dos PPCs são entendidos como práticas democráticas que evitam currículos rígidos, promovendo flexibilidade e mecanismos de autoavaliação e melhoria contínua.

Para fortalecer acesso, permanência e sucesso acadêmico, articulam-se programas e projetos de ensino e apoio estudantil: Cheganças (acolhimento), ProEstudo, Pré-cálculo, Em Redes, Programa de Monitoria, PAAEG (tutorias e apoio acadêmico) e Promoção de Acessibilidade, somados a ações planejadas de acompanhamento acadêmico e pedagógico (como CAAPE/DeEGs), com atenção a ingressantes e a públicos prioritários.

6.2 POLÍTICAS DE PESQUISA

As atividades de pesquisa na UFSCar compreendem ações e projetos voltados à produção de conhecimentos e tecnologias, desenvolvidos nos campi ou fora deles, com recursos próprios ou captados, sempre em conformidade com as normas institucionais. Sob a coordenação da Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPq), a pesquisa é entendida como indissociável do ensino e da extensão, contribuindo para a produção científica e tecnológica, a formação profissional e a melhoria da sociedade.

As políticas de pesquisa têm como propósito produzir e divulgar conhecimento em todas as áreas, com participação de docentes, discentes e técnicos-administrativos, assegurando fomento e equidade. Entre as diretrizes estão: incentivo à excelência e à divulgação do conhecimento como bem

social; respeito à diversidade; valorização das artes e das ciências; fortalecimento de cooperações nacionais e internacionais; diálogo com agências de fomento; atuação do Escritório de Apoio Institucional à Pesquisa; defesa da universidade pública; e articulação entre pesquisa, ensino, extensão e inovação. Para o futuro, destacam-se o alinhamento aos ODS, a ampliação de cooperações, a consolidação do reconhecimento institucional, o avanço em novas áreas estratégicas e a diversificação do perfil de pesquisadores.

A UFSCar também estabelece responsabilidades e procedimentos: acompanhamento e estímulo às pesquisas, registro patrimonial de bens adquiridos com recursos de pesquisa e observância de exigências éticas e de segurança (aprovações do CEP/Plataforma Brasil, CEUA e normas de biossegurança para OGM), além de cuidados com saúde e segurança. Pesquisas com potencial inovador devem resguardar propriedade intelectual e transferência de tecnologia conforme normas internas e a Agência de Inovação (AIn). A ProPq ainda administra e apoia programas de fomento (como PIBIC/PIBITI, pós-doutorado, certificação de grupos, infraestrutura e intercâmbio internacional) e auxilia afastamentos docentes para pesquisa, fortalecendo a internacionalização da pós-graduação.

6.3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

As políticas de extensão da UFSCar reafirmam o papel da universidade pública na produção, sistematização e difusão de conhecimentos e saberes plurais, de forma dialógica e comprometida com as demandas e urgências da sociedade, frente a desafios sociais, culturais, ambientais, políticos e tecnológicos. Para isso, adotam o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando que a extensão integre a formação acadêmica e contribua para a transformação social.

Nessa perspectiva, os programas e atividades de extensão promovem a participação articulada de estudantes, docentes, servidores técnico-administrativos e comunidade externa, reunindo diferentes áreas do conhecimento em projetos trans, multi e interdisciplinares. Essa dinâmica fortalece a relação orgânica com a sociedade e amplia a visibilidade do potencial extensionista da instituição, em consonância com as diretrizes nacionais que definem a extensão como um processo interdisciplinar,

educativo, cultural, científico e político, orientado à interação transformadora entre universidade e sociedade.

A extensão, na UFSCar, deve contribuir para a formação qualificada de estudantes e pesquisadores e para a produção científica voltada ao bem-estar coletivo, ao fortalecimento das artes e da cultura, à justiça e à democracia. Nesse sentido, prioriza: a interação dialógica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos e do enfrentamento de questões contemporâneas complexas; a formação cidadã integrada ao currículo, com vivências interprofissionais e interdisciplinares; a produção de mudanças na própria universidade e em outros setores sociais; e a articulação permanente entre ensino, pesquisa e extensão. Como diretrizes institucionais, destacam-se a institucionalização do compromisso ético com a transformação social, a garantia de recursos e planejamento (incluindo planos diretores), o apoio a ações na graduação e pós-graduação, o fortalecimento em igualdade de condições com ensino e pesquisa, a avaliação de impactos, o estímulo à participação docente e o respeito às especificidades e amplitude das atividades extensionistas.

No campo da cultura, a universidade assume responsabilidade pela democratização e pelo caráter público dos bens culturais, compreendendo a cultura como direito em suas dimensões simbólica, econômica e cidadã. Entre as diretrizes específicas estão: fortalecer a Política Cultural e o Plano de Cultura quadrienal; ampliar infraestrutura, recursos e pessoal; estruturar uma gestão capaz de mapear, sistematizar, monitorar e apoiar ações e patrimônios culturais; fomentar bolsas e recursos para criação e difusão; garantir a presença da arte e da cultura na formação crítica; integrar ações com políticas de enfrentamento às discriminações e violências; promover eventos e iniciativas culturais; e ampliar parcerias e redes de cooperação. A gestão da extensão é atribuída à Pró-Reitoria de Extensão (ProEx), conforme o Regimento Geral da Extensão, estabelecido pela Resolução do Conselho de Extensão nº 03/2016.

No âmbito do Bacharelado Interdisciplinar em Artes, a política de extensão da UFSCar concretiza-se como componente estruturante do processo formativo, alinhada ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e orientada pela interação dialógica e transformadora com a

sociedade. No BIA a extensão é compreendida como espaço privilegiado de experimentação prática em criação, produção e mediação artística e cultural, envolvendo estudantes, docentes, técnicos e comunidades em projetos interdisciplinares que deverão responder a demandas territoriais e urgências contemporâneas. Ao aproximar o estudante da realidade social desde o início da formação, a extensão fortalece a construção de competências para atuar de modo crítico e responsável, ampliando a difusão artística e cultural, contribuindo para a democratização do acesso às artes e reconhecendo a cultura como direito em suas dimensões simbólica, cidadã e econômica. Assim, as ações extensionistas do BIA tendem a consolidar redes locais, valorizar saberes plurais e fortalecer territórios culturais, afirmando o compromisso público da universidade com a transformação social e com a promoção das artes, da diversidade e da democracia.

6.4 POLÍTICAS DE ACESSO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

A política de acesso aos cursos de graduação da UFSCar orienta-se pelos princípios da democratização do ensino superior público, da equidade e do respeito à diversidade, articulando diferentes modalidades de ingresso para ampliar oportunidades e atender perfis distintos de candidatos(as). O acesso combina processos seletivos regulares, modalidades específicas voltadas a públicos historicamente sub-representados e mecanismos acadêmico-administrativos destinados ao preenchimento de vagas remanescentes, sempre com base em normas institucionais e editais próprios.

O Sistema de Seleção Unificada (SiSU) constitui a principal via de ingresso para cursos presenciais, adotada pela UFSCar desde 2011, com seleção baseada nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Realizado uma vez ao ano, o processo seleciona candidatos(as) para ingresso no primeiro semestre letivo do ano subsequente. Paralelamente, a Universidade mantém políticas específicas de inclusão. O Vestibular Indígena, implementado desde 2008, oferta 1 (uma) vaga em cada um dos cursos presenciais, podendo ser acrescida de mais 1 (uma) vaga proveniente do não preenchimento no ingresso destinado a migrantes internacionais. Desde 2022, esse ingresso ocorre por meio de Acordo de Cooperação entre a UNICAMP e a UFSCar, permitindo concorrência às vagas nas duas instituições e fortalecendo

a cooperação acadêmica e institucional em diálogo com instâncias representativas, como o Centro de Culturas Indígenas (CCI/UFSCar) e a CAIAPI/DEDH (Unicamp). A UFSCar assegura, ainda, modalidade de ingresso para migrantes internacionais (antigo ingresso para refugiados), regulamentada por normativas institucionais, com oferta de 1 (uma) vaga nos cursos presenciais e classificação baseada em notas do ENEM, permitindo ao(a) candidato(a) utilizar uma dentre as últimas cinco edições do exame. Como parte da Política de Acesso e Permanência, foi instituído o ingresso de pessoas trans, com oferta de 1 (uma) vaga nos cursos presenciais, seleção pela classificação do ENEM (também com escolha dentre as últimas cinco edições), exigindo-se conclusão do ensino médio, autodeclaração de identidade trans (travesti, transexual, transgênero ou não-binária) e apresentação de memorial descritivo.

Além dessas possibilidades, a UFSCar pode receber estudantes estrangeiros(as) por meio do PEC-G (Programa de Estudantes-Convênio de Graduação), iniciativa federal que promove o ingresso de candidatos(as) de países com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e de cooperação, conforme regras nacionais e editais próprios. Em geral, o PEC-G prevê seleção baseada em documentação, comprovação de escolaridade equivalente ao ensino médio, requisitos migratórios e condições acadêmicas para acompanhamento do curso, podendo incluir exigências de proficiência em língua portuguesa conforme as normas do programa. Essa modalidade reforça a internacionalização e a diversidade no ambiente universitário, em consonância com o compromisso institucional com a formação pública e a cooperação internacional.

Além das modalidades de ingresso inicial, a UFSCar dispõe de mecanismos para preenchimento de vagas ociosas e mobilidade acadêmica. A Transferência Externa (e também a interna, quando aplicável), organizada pela Divisão de Gestão e Registro Acadêmico (DiGRA) da ProGrad (Pró-reitoria de Graduação), busca ocupar vagas liberadas por abandono, desligamento por desempenho mínimo ou transferência, ocorridas nos dois últimos anos, conforme editais e calendário acadêmico. A classificação utiliza, desde 2017, resultados do ENEM de edições anteriores, conforme critérios estabelecidos em edital. Complementarmente, o ingresso para Portador(a) de Diploma,

realizado separadamente desde 2025, destina-se a pessoas já graduadas em curso superior reconhecido pelo MEC que desejem cursar nova graduação na UFSCar, utilizando vagas remanescentes não preenchidas pela Transferência Externa, de acordo com regras e condições definidas em edital. Em conjunto, essas modalidades estruturam uma política de acesso plural, que combina seleção ampla, ações afirmativas, cooperação internacional e aproveitamento responsável de vagas, reafirmando o compromisso institucional com inclusão, transparência e qualidade acadêmica.

Considerando a implantação do novo Campus da UFSCar em São José do Rio Preto e a realização do primeiro ingresso dos Bacharelados Interdisciplinares (primeiro ciclo) por meio do SiSU, registra-se que as demais modalidades institucionais de ingresso (p. ex., transferências, portador de diploma e seleções específicas) serão operacionalizadas a partir do segundo ano de oferta de vagas do campus, conforme disponibilidade de vagas ociosas e regulamentação em editais próprios. O ingresso nos cursos de segundo ciclo (formações específicas profissionalizantes) será objeto de normatização interna, definindo critérios e procedimentos de transição acadêmica para egressos(as) dos respectivos Bacharelados Interdisciplinares, em consonância com o regime em ciclos e com as diretrizes institucionais vigentes.

6.5 POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

A UFSCar desenvolve, desde a sua criação, políticas institucionais determinadas pelos princípios de uma Universidade compromissada com a sociedade e promotora de valores democráticos e de cidadania, em prol de uma educação inclusiva.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar dedica uma seção específica para tratar das políticas de responsabilidade social, as quais estão baseadas em conceitos de educação inclusiva e equidade social, nas políticas de ações afirmativas, diversidade e equidade, na responsabilidade socioambiental e na participação social e gestão democrática.

Nessa perspectiva, as Políticas de Responsabilidade Social procuram promover a educação inclusiva, a responsabilidade socioambiental, a saúde

mental e à Política de ações afirmativas, diversidade e equidade da UFSCar⁷. além de diversas ações baseadas na Política para Prevenção, Redução e Mitigação de Danos da Violência na UFSCar⁸.

Educação inclusiva

A UFSCar tem se destacado não apenas por implementar atividades acadêmicas inovadoras, mas também por ampliar o acesso e a participação em seus cursos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. A instituição busca democratizar a educação superior, garantindo oportunidades a grupos social e economicamente desfavorecidos.

Entre suas diretrizes, a UFSCar mantém o compromisso com ações afirmativas, amplia o acesso de estudantes a diferentes níveis do Ensino Superior e promove equidade e inclusão, assegurando condições iguais de desenvolvimento acadêmico e social para todos.

Responsabilidade Socioambiental

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) articula ensino, pesquisa e extensão com as demandas sociais, reforçando seu caráter público e sua relevância para a comunidade. Para isso, conta com mecanismos de participação e transparência, como audiências públicas, consultas populares e ouvidoria, garantindo diálogo e corresponsabilidade social.

A instituição também vincula sua missão à promoção da sustentabilidade ambiental e social, valorizando diversidade, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural, conforme destacado em seus valores institucionais e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Assim, a UFSCar combina excelência acadêmica e compromisso social, fortalecendo sua presença como universidade pública comprometida com a sociedade e o meio ambiente.

⁷ UFSCar. Política de ações afirmativas, diversidade e equidade da Universidade Federal de São Carlos (2016). Disponível em: <https://www.saade.ufscar.br/arquivos/politica-aco-es-afirmativas-diversidade-equidade-da-ufscar.pdf>. Acesso de 20 de agosto de 2025.

⁸ UFSCar. Resolução CONSUNI Nº 118/2023 que dispõe sobre a Política para Prevenção, Redução e Mitigação de Danos da Violência na Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: https://sei.ufscar.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1352617&id_orgao_publicacao=0. Acesso em 20 de agosto de 2025.

Saúde mental

A saúde mental, entendida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um estado de bem-estar que permite ao indivíduo desenvolver suas habilidades pessoais, enfrentar desafios e contribuir para a comunidade.

Nesse contexto, a universidade desempenha papel fundamental, promovendo ações voltadas à saúde mental de todos os integrantes da comunidade acadêmica — servidores, estudantes de graduação e pós-graduação, terceirizados e estagiários — assumindo a atenção psicossocial como uma responsabilidade coletiva, tendo em vista que se trata de um direito universal garantido pela Constituição Federal Brasileira.

A promoção da saúde mental requer estratégias multiníveis e a criação de redes integradas, que mobilizem conhecimento e condições para o incentivo a comportamentos e ambientes saudáveis.

A instituição busca integrar educação, prevenção e assistência, utilizando indicadores de saúde mental e qualidade de vida para planejar, implementar e avaliar a eficácia das iniciativas.

A política de saúde mental da UFSCar enfatiza o acolhimento e o protagonismo dos membros da comunidade universitária, promovendo espaços de diálogo, convivência e escuta. A instituição também estimula práticas político-pedagógicas voltadas à valorização da diversidade e dos direitos humanos, articulando inovação educacional com a experiência plena da vida universitária, incluindo vivências lúdicas, artísticas, políticas e comunitárias. Tais ações visam à construção de uma cultura de paz, respeito à diversidade e prevenção de toda forma de violência.

As parcerias entre universidade, instituições acadêmicas e órgãos do Sistema Único de Saúde buscam fortalecer redes intersetoriais que têm como objetivo ampliar o acesso à assistência à saúde mental, promover o bem-estar coletivo e garantir a efetivação desse direito. Assim, a UFSCar consolida sua atuação como promotora de saúde mental, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento humano, a equidade social e a qualidade de vida em toda a comunidade universitária.

A Política de Saúde Mental da UFSCar (2023), aprovada institucionalmente, é fruto de construção coletiva com diversos setores da comunidade acadêmica e da rede pública de saúde. Estabelece princípios, diretrizes e linhas de

cuidado para a promoção, prevenção e assistência em saúde mental na universidade.

A Coordenadoria de Articulação em Saúde Mental (CASM), foi criada em 2023 pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE) para operacionalizar a política de saúde mental da UFSCar. Entre suas atribuições estão o apoio à implementação da política, a articulação de redes de produção de saúde mental, a coordenação da comissão permanente e fortalecimento da articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)/SUS.

A Comissão Permanente para a Promoção, Prevenção e Cuidados em Saúde Mental (CPPCSM), é um colegiado institucional com representantes da UFSCar e da rede externa de saúde, criado para agir como núcleo de planejamento, mapeamento de indicadores, promoção de redes internas e externas e articulação intersetorial.

Por fim, a UFSCar tem se notabilizado pelos cuidados e atenção com os participantes e colaboradores da comunidade acadêmica, tendo em vista as diversas ações decorrentes de uma administração colaborativa e sensível às questões humanas.

Ações afirmativas

Entre os princípios que norteiam a Política de ações afirmativas, diversidade e equidade da Universidade Federal de São Carlos (2016) estão o reconhecimento da diversidade, a promoção da equidade, a participação institucional e comunitária, a responsabilidade social e a transformação.

As diretrizes se dividem em gerais e específicas, sendo que a primeira contribui para a promoção de ações afirmativas, diversidade e equidade e a segunda, voltada para as relações étnico-raciais, inclusão e acessibilidade, e gênero/diversidade sexual.

A Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE) é o órgão de apoio administrativo vinculado à Reitoria da UFSCar, responsável pelo estabelecimento e implementação de políticas de ações afirmativas, diversidade e equidade para a Universidade, bem como pela criação de mecanismos permanentes de acompanhamento e consulta à comunidade, visando verificar a eficácia dos procedimentos e a qualidade e repercussão dos

resultados alcançados, o qual é uma importante referência para a comunidade acadêmica.

A Política de ações afirmativas, diversidade e equidade da UFSCar (2016) se apresenta como resultado de um processo participativo, no qual estudantes, docentes, técnicos-administrativos, movimentos sociais e comunidade externa colaboraram para a formulação de um documento que vincula o caráter público, democrático e social da UFSCar à promoção de equidade.

A trajetória institucional da UFSCar é contextualizada historicamente, destacando o reconhecimento de desigualdades estruturais na educação superior brasileira — especialmente em relação à raça/etnia, gênero, pessoas com deficiência e condição socioeconômica.

No que tange às ações afirmativas, o documento relata que a UFSCar iniciou mecanismos de reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, negros, indígenas e pessoas de baixa renda, bem como programas de permanência estudantil.

Simultaneamente, as políticas de inclusão buscam apoiar pessoas com deficiência por meio de núcleos de acessibilidade, adaptação de espaços físicos e aplicação de tecnologias assistivas, e suporte à permanência de alunos em situação de vulnerabilidade.

A Política de ações afirmativas, diversidade e equidade define que a instituição deve reconhecer e respeitar identidades, como no caso do uso do nome social de travestis e transexuais nos registros acadêmicos e funcionais da UFSCar. São contempladas também a interseção entre gênero, raça, etnia e outras formas de desigualdade, sinalizando que as ações afirmativas e de equidade devem considerar múltiplas dimensões de exclusão.

Prevenção, Redução e Mitigação de Danos da Violência

A UFSCar promove políticas voltadas à diversidade, equidade e prevenção da violência, incluindo a Política de Ações Afirmativas e a Política para Prevenção, Redução e Mitigação de Danos da Violência. Essas iniciativas refletem o compromisso da universidade em garantir um ambiente acadêmico seguro, inclusivo e justo.

O objetivo do conjunto de ações é prevenir e reduzir diferentes formas de violência — física, psicológica, simbólica, de gênero e étnico-racial —

promovendo dignidade, respeito à diversidade e cultura de paz. Para isso, são adotadas diretrizes como coleta de dados sobre violência, planejamento de espaços seguros, prevenção primária por meio de sensibilização e educação, e a promoção de igualdade social e de gênero.

A política também estabelece uma governança institucional para fortalecer a cultura da paz. Ela se aplica a toda a comunidade acadêmica e busca transformar tanto casos formais de violência quanto condições institucionais que possam favorecê-la, garantindo participação, proteção e desenvolvimento a todos.

7. OBJETIVOS DO CURSO

O Bacharelado Interdisciplinar em Artes (BIA) tem como propósito formar profissionais capazes de intervir de modo crítico, criativo e tecnicamente qualificado nos ecossistemas artísticos e culturais do território, tomando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como eixo estruturante do processo formativo. Ao integrar fundamentos histórico-teóricos, experiências prático-experimentais, mediação, gestão cultural e investigação em artes, o curso busca produzir impacto direto na realidade em que se insere: ampliar o acesso público à formação superior em artes, fortalecer redes, coletivos e equipamentos culturais, qualificar a produção e a circulação de bens e serviços culturais e apoiar a profissionalização da cadeia produtiva local e regional. Dessa forma, pretende contribuir para o desenvolvimento socioeconômico associado à economia criativa, à inovação e às políticas culturais, formando egressos(as) com relevância social para atuar em criação, produção, curadoria, gestão, mediação e formulação de projetos e programas culturais, em consonância com as conexões interdisciplinares do novo campus (Justiça Social; Resiliência e Sustentabilidade; Território Inovador).

7.1 OBJETIVO GERAL

Assegurar formação integral, profissional e científica em Artes, organizada em regime interdisciplinar e em ciclos, assegurando ao estudante sólida base humanista e crítica, domínio introdutório dos fundamentos das linguagens cênicas, visuais e musicais e competências de investigação e de comunicação acadêmica, articuladas a práticas de criação, produção e mediação cultural. Ao longo do percurso formativo, o curso visa consolidar competências para conceber, desenvolver, analisar e registrar realizações e projetos artístico-culturais com rigor técnico-metodológico, observando princípios éticos, diversidade, inclusão e acessibilidade, bem como mobilizando instrumentos de planejamento, organização e gestão pertinentes ao campo das Artes. Esse objetivo alinha-se às políticas institucionais da UFSCar, particularmente à integração ensino - pesquisa - extensão, à inovação pedagógica e à inserção territorial, orientando metas de aprendizagem que sustentam a progressão para o segundo ciclo e a atuação qualificada e socialmente responsável.

7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos do BIA desdobram o objetivo geral e explicitam os resultados de aprendizagem esperados ao longo do percurso formativo, articulando competências técnico-criativas, crítico-reflexivas e de gestão, em coerência com a estrutura curricular e com a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

São objetivos específicos do BIA:

- Consolidar repertório crítico e humanista em artes, assegurando ao(à) estudante a apropriação de referências históricas, teóricas e estético-políticas para análise de obras, práticas e contextos culturais.

- Desenvolver fundamentos introdutórios nas linguagens cênicas, visuais e musicais, por meio de experiências prático-experimentais em estúdios, ateliês e laboratórios, ampliando competências técnico-criativas e de trabalho colaborativo.

- Formar competências de investigação em artes, incluindo formulação de problemas, revisão e tratamento de fontes, desenho metodológico, ética em pesquisa e produção de registros (portfólios, diários de processo, dossiês e relatórios).

- Aprimorar competências de comunicação acadêmica e profissional, em modalidades oral, escrita e multimodal/digital, para apresentação, argumentação e difusão de processos e resultados artístico-culturais em diferentes públicos e contextos.

- Qualificar a concepção, o planejamento e a gestão de projetos artístico-culturais, desenvolvendo habilidades de organização de equipes, cronogramas, orçamentos, captação/financiamento, logística de produção, prestação de contas e avaliação.

- Desenvolver competências de mediação cultural e formação de públicos, articulando práticas educativas e comunicacionais, curadoria e ações de acessibilidade, com atenção a diferentes faixas etárias, territórios e equipamentos culturais.

- Integrar princípios de ética, diversidade, inclusão e acessibilidade às práticas de criação, produção e gestão, promovendo atuação profissional comprometida com direitos culturais e com a redução de desigualdades.

- Articular ensino, pesquisa e extensão como experiência formativa indissociável, inserindo o(a) estudante em ações continuadas com o território (programas, eventos, mostras, ações comunitárias e parcerias), de modo a produzir impacto sociocultural verificável.

- Estimular competências em cultura digital e tecnologias aplicadas às artes, incluindo criação, registro, edição, difusão e gestão de conteúdos e projetos em ambientes digitais, com uso responsável e crítico de ferramentas tecnológicas.

- Incorporar perspectivas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental na elaboração e execução de práticas e projetos artístico-culturais, favorecendo abordagens compatíveis com resiliência, uso consciente de recursos e educação ambiental.

- Promover inserção territorial e atuação em redes, fortalecendo a capacidade de mapear ecossistemas culturais, dialogar com coletivos, OSCs, escolas, poder público e setor produtivo, e operar em arranjos colaborativos.

- Preparar a progressão formativa no regime em ciclos, assegurando bases de aprendizagem e orientação acadêmica que sustentem a transição para o segundo ciclo e/ou a atuação profissional qualificada ao final do primeiro ciclo, conforme o projeto pedagógico.

8. PERFIL DO EGRESSO

O egresso do Bacharelado Interdisciplinar em Artes da UFSCar é um profissional de base humanista, espírito crítico e domínio técnico-criativo, capaz de transitar entre linguagens e contextos. Com formação em um amplo repertório histórico e teórico, nos fundamentos das artes cênicas, visuais e da música, bem como competências de pesquisa e escrita acadêmica. Esse alicerce sustenta a leitura sensível de obras e situações socioculturais, o que se converte em capacidade de interpretar territórios, dialogar com públicos diversos e integrar referências afro-brasileiras, indígenas e de outras matrizes, em perspectiva decolonial, inclusiva e sustentável.

No plano da criação e da produção, o egresso domina processos colaborativos e metodologias de ateliê, jogos e improvisação, composição cênico-musical e práticas de laboratório, articulando meios analógicos e digitais. Consegue conceber, realizar e documentar obras, eventos e experiências culturais — do diagnóstico à prestação de contas — empregando ferramentas de gestão (cronogramas, orçamentos, indicadores, avaliação de impacto), mediação e acessibilidade (audiodescrição, Libras, desenho universal). Atua com fluência em curadoria, mediação cultural e educação não formal, desenvolvendo ações formativas e de formação de públicos em escolas, equipamentos e projetos comunitários, sempre atento à ética da representação, à diversidade e aos direitos culturais.

No campo das políticas e dos ecossistemas culturais, o egresso compreende instrumentos de fomento, sistemas e conselhos de cultura, legislação aplicável e economia criativa, sendo capaz de desenhar, executar e avaliar programas e projetos em parceria com a sociedade civil, o poder público e o mercado. Consolida competências empreendedoras por meio de experiências de incubação e prototipagem, transformando ideias em produtos, serviços e negócios criativos (festivais, mostras, plataformas, ações de turismo cultural, conteúdos digitais), com critérios de sustentabilidade econômica, sociocultural e ambiental. Essa atuação se articula a redes locais e regionais — companhias, coletivos, OSCs, secretarias e setor produtivo —, ampliando circulação, captação e impacto no território.

Por fim, o egresso é um agente de aprendizagem contínua e inovação responsável: investiga os próprios processos (portfólios, dossiês curatoriais,

relatórios técnicos), integra metodologias de pesquisa às práticas artísticas e domina ferramentas digitais para criação, registro e difusão. Cultiva competências socioemocionais (escuta, colaboração, liderança compartilhada), pensamento crítico e capacidade de comunicação escrita/oral em múltiplos registros. Com essa combinação de fundamentos, prática e reflexão, está apto a atuar como criador, produtor, curador, mediador, gestor e pesquisador em artes, conectando estética, política e gestão para responder de modo qualificado às demandas culturais do interior paulista e de outros contextos nacionais e internacionais.

O Bacharel egresso do BIA da UFSCar é, portanto, capaz de:

- Criar, produzir e difundir obras, eventos e experiências de alto impacto sociocultural;
- Medir e comunicar resultados, operando métricas de participação, acesso, acessibilidade e impacto;
- Conectar redes e políticas, articulando projetos entre governo, sociedade civil e mercado;
- Empreender com sustentabilidade, transformando ideias em produtos/serviços culturais via incubadora e parcerias;
- Atuar eticamente em diversidade, inclusão e direitos culturais;
- Aprender continuamente, com autonomia de percurso e atualização tecnológica constante – pilares do modelo em ciclos adotado para o campus.

São campos de atuação profissional do Bacharel egresso do BI Artes:

- A criação e produção artística: em coletivos e companhias; como artistas-produtores; na direção, atuação, dramaturgia, cenografia, sonoplastia, iluminação, artes visuais e multimídia.
- Na gestão e curadoria: em centros culturais, museus, teatros, festivais, bienais e mostras; propondo programação cultural, curadoria, produção executiva e técnica.
- Na mediação e formação de públicos: em programas educativos; promovendo a acessibilidade cultural; em ações comunitárias e de território.
- Na economia criativa e empreendedorismo: em estúdios e produtoras; startups e empreendimentos incubados; na consultoria e serviços criativos; roteiros de turismo cultural.

- Na elaboração de políticas culturais e gestão pública: em sistemas municipais/estaduais, conselhos de cultura, elaboração e avaliação de políticas e editais.
- Em pesquisas aplicadas e documentação: mapeamentos culturais, memória e arquivo, avaliação de impacto sociocultural.
- Na articulação em redes: colaboração com SESC, SESI, coletivos, associações e conselhos locais e regionais.

9. PROPOSTA PEDAGÓGICA

A proposta pedagógica do Bacharelado Interdisciplinar em Artes (BIA) está fundamentada nos princípios éticos, políticos e pedagógicos que orientam a UFSCar e o novo campus, reafirmando a universidade pública como espaço de produção e disseminação de conhecimento, formação cidadã e transformação social. Nesse sentido, o BIA organiza seu processo formativo a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, da interdisciplinaridade e da flexibilidade curricular, em coerência com o regime em ciclos. A formação é concebida para desenvolver autonomia intelectual, pensamento crítico, competências técnico-criativas e capacidade de atuação em redes, preparando o(a) estudante para transitar entre linguagens artísticas, mediação cultural e gestão de projetos, em diálogo permanente com os desafios do território e com as conexões interdisciplinares do campus (Justiça Social; Resiliência e Sustentabilidade; Território Inovador).

Do ponto de vista metodológico, o curso privilegia a articulação entre teoria e prática como eixo estruturante da aprendizagem. Os conteúdos histórico-teóricos, estéticos e político-culturais são mobilizados em situações de experimentação, oficinas, estúdios e laboratórios, nas quais o(a) estudante desenvolve processos de criação, produção e mediação cultural, registrando e analisando criticamente suas escolhas e resultados. Assim, o percurso formativo reconhece e incorpora repertórios e experiências prévias dos(as) discentes, valorizando a aprendizagem situada, a investigação aplicada e a produção de portfólios, diários de processo, dossiês e projetos como evidências do desenvolvimento de competências. A interdisciplinaridade se efetiva tanto na arquitetura curricular—pela integração entre fundamentos das artes cênicas, visuais e musicais, políticas culturais, gestão, mediação, pesquisa e cultura digital—quanto em componentes integradores e atividades extensionistas que conectam problemas reais do campo artístico-cultural a métodos de investigação e intervenção.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são tratadas simultaneamente como conteúdo e como suporte pedagógico. O BIA incorpora ferramentas digitais para criação, registro, edição, comunicação e difusão de

processos e produtos artísticos, bem como para organização e gestão de projetos, trabalho colaborativo e acompanhamento acadêmico. Ambientes virtuais de aprendizagem e plataformas institucionais apoiam atividades síncronas e assíncronas, ampliando possibilidades de acesso e interação, além de favorecer a documentação de trajetórias formativas (portfólios digitais, repositórios e diários reflexivos). Em paralelo, a acessibilidade metodológica orienta o planejamento didático, contemplando dimensões atitudinais, comunicacionais e digitais: diversificação de formatos de participação e entrega, uso de recursos compatíveis com tecnologias assistivas, adequação de materiais e estratégias de comunicação inclusiva, além de acolhimento e acompanhamento em articulação com as políticas institucionais de permanência e inclusão. Conteúdos e práticas vinculados à educação ambiental, aos direitos humanos, às relações étnico-raciais e à história e cultura afro-brasileira, africana e indígena atravessam o currículo de modo transversal e também por componentes específicos, reforçando a formação ética, inclusiva e socialmente referenciada.

10. ESTRUTURA CURRICULAR E SEUS COMPONENTES

O Bacharelado Interdisciplinar em Artes corresponde ao curso de 1º Ciclo, cuja matriz curricular pode ser compartilhada com os cursos de 2º Ciclo de formação específica: Bacharelado em Artes Cênicas e Bacharelado em Produção Cultural.

A estrutura curricular do Bacharelado Interdisciplinar em Artes foi projetada para uma duração de 3 anos e com uma carga horária total de 2400 horas de atividades curriculares.

As atividades curriculares, considerando a carga horária definida para as disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas, as atividades de extensão, as atividades complementares compõem toda a estrutura curricular do curso e serão descritas a seguir, conforme indicado no quadro de integralização abaixo:

Quadro I - Cargas horárias para integralização do Bacharelado Interdisciplinar em Artes distribuídas pelos seus componentes curriculares

Carga horária para integralização do Bacharelado Interdisciplinar em Artes	
Disciplinas obrigatórias	1230
Disciplinas optativas	750
Disciplinas eletivas	180
Atividades complementares	210
Atividades extensionistas*	30
* A carga horária das atividades extensionistas é de 240h, das quais 210h já serão realizadas em disciplinas obrigatórias com características extensionistas, restando 30h de atividades de extensão para se completar este componente curricular.	2400

10.1. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

O projeto pedagógico prevê uma formação integral do corpo discente, cujos conteúdos buscam abarcar as dimensões teórica, prática e extensionista do campo das Artes. A estrutura curricular foi planejada para equilibrar momentos de reflexões críticas com períodos de práticas e de experimentação dentro do escopo das artes.

Outro aspecto importante que orienta este projeto pedagógico é a centralidade na dimensão local e territorial, espaços em que as artes e a cultura se manifestam e potencializam encontros, diálogos e possibilidade de aprendizagens.

Para complementar a formação discente, o engajamento e o envolvimento em atividades extensionistas e complementares conferem um processo dinâmico e integrado à sociedade, enfatizando a importância de se construir redes e processos dialógicos.

Por meio das inscrições em disciplinas optativas e eletivas, o estudante vai desenhando seu próprio percurso formativo, buscando aprofundamento em áreas de maior afinidade dentro do universo das Artes e, também, preparando sua formação para um dos cursos de 2º Ciclo, caso seja de interesse do estudante dar continuidade na sua formação, uma vez que as disciplinas optativas para o Bacharelado Interdisciplinar em Artes podem se configurar como um rol de disciplinas que serão consideradas obrigatórias para os cursos de 2º Ciclo: Artes Cênicas e Produção Cultural.

A estrutura curricular para a formação do Bacharelado Interdisciplinar em Artes foi organizado nos seguintes Eixos Curriculares:

1. **Linguagens, Artes, Cultura e Sociedade** - este eixo curricular aponta para a integração entre as dimensões das linguagens, das artes, da cultura em um contexto de visibilidade das diversidades. Nesse eixo, são abordados conteúdos que visam aprofundar conhecimentos e experimentações acerca das diversas formas de expressão e comunicação humanas, como a verbal, corporal, visual e sonora, bem como se aproximar dos fundamentos que baseiam as diferentes expressões artísticas: Teatro, Dança, Artes Visuais, Música, promovendo o contato com o patrimônio artístico e cultural, material e imaterial, e estimulando a criação e produção dos próprios estudantes nas linguagens das artes visuais, música, dança e teatro. A estruturação do eixo também contribui para a ampliação do repertório cultural dos estudantes, permitindo que eles reflitam sobre as relações entre arte, sociedade, história e política. Promove, também, o respeito e a valorização das diferentes culturas, saberes e vivências, incluindo as

matrizes indígenas, africanas e europeias que formam a identidade brasileira, combatendo preconceitos e promovendo a cidadania. Em síntese, este eixo se dedica a reflexões e práticas que colaborem para a formação de profissionais, cidadãos e cidadãs capazes de interagir, expressar-se e compreender criticamente o mundo ao seu redor, valorizando a pluralidade das manifestações culturais e artísticas que compõem a sociedade brasileira.

- 2. Artes, Cultura, Territorialidades e Interfaces Sociais** - aborda as relações entre as artes e as produções culturais e os territórios em que estão inseridas. As interfaces sociais, antropológicas e filosóficas são abordadas em relações dialógicas com as manifestações artísticas e culturais. O território é concebido como uma força viva e dinâmica onde os sujeitos experienciam seu cotidiano e práticas, num sentido comunitário que configura o espaço habitado, histórico e geográfico. As artes e a cultura se configuram como manifestações dessas interações e, ao mesmo tempo, visibilizam aspectos simbólicos e materiais que constroem e reconstroem modos de ver, de viver, de existir. Característica que confere às artes e às produções culturais um espaço de mediação: ao mesmo tempo em que reflete as demandas do território, sinaliza movimentos futuros. A concepção de artes e de cultura como força humana, simbólica, econômica e cidadã permite pensar sua inserção no território de forma transversal. O conjunto de disciplinas deste eixo busca, portanto, pensar os espaços de mediação cultural como acontecimentos na vida cultural, o que permite uma abordagem de natureza histórico-cultural, como forma de apreender o contemporâneo. Percorrer os caminhos que constituem determinados campos culturais como característicos dos diferentes territórios é algo que se dá em perspectiva crítica e histórica, considerando desde as demandas de natureza econômica até a dimensão simbólica e de construção de imaginários, como papel constitutivo da cultura e das manifestações das artes nos territórios.

3. **Ações Afirmativas, Cidadania e Direitos Humanos** - este eixo curricular foi planejado para promover a cultura de defesa e garantia dos direitos humanos, a equidade social e a participação cidadã ativa. Pretende colaborar para a formação de indivíduos críticos e conscientes de seus direitos e deveres, capazes de combater a discriminação e as desigualdades em articulação com o exercício profissional no campo das Artes. O conjunto de disciplinas deste eixo busca visibilizar e fortalecer as artes e as culturas afrobrasileiras, africanas e indígenas, promovendo reflexões e planejando ações e estratégias para uma concepção e produção artística e cultural inclusiva e antirracista. Compreende as Artes como campo formativo e estratégico para se construir uma cultura inclusiva e antirracista, buscando fortalecer o respeito à dignidade humana e prevenir violações de direitos. Reforça a importância da participação ativa das pessoas na vida política e social de um país, promovendo a participação democrática e o respeito às diferenças. Neste contexto, as Artes operam como uma dimensão simbólica e material para colaborar com a efetivação dos direitos humanos e da cidadania. Trata-se de um conjunto de propostas que articulam políticas de ações afirmativas, formação cidadã e fundamentos de Direitos Humanos com os demais eixos curriculares estabelecidos no Projeto Político e Pedagógico do Bacharelado Interdisciplinar em Artes. Este conjunto de conteúdo visa consolidar a formação de profissionais, incentivando e estimulando práticas que respeitem e valorizem as diversidades sociais e culturais que compõem a sociedade brasileira, reforçando, assim, uma proposta de formação cidadã e democrática.
4. **Linguagem Científica e Vivência Universitária** - este eixo faz referência à orientação acerca da organização flexível e integrada de diferentes componentes curriculares que remontam a estrutura dos bacharelados interdisciplinares, destacando as possibilidades de construção de perfis formativos por meio do protagonismo discente. A importância deste eixo reside no fato de que a formação do Bacharelado Interdisciplinar em Artes na UFSCar pode ser complementada em dois cursos de 2º Ciclo: Artes Cênicas e Produção Cultural, caso seja do

interesse do estudante. Neste eixo, também, são mobilizados conteúdos que apresentam e instigam a participação discente na apropriação da linguagem científica, possibilitando a iniciação na pesquisa acadêmica no campo das Artes, preparando o estudante para seguir a formação em nível de pós-graduação, caso seja de interesse da pessoa.

Cada um dos Eixos Curriculares concentra um rol de disciplinas obrigatórias, completando, assim, a quantidade de disciplinas obrigatórias necessárias para o processo formativo do Bacharelado Interdisciplinar em Artes e que será complementado com disciplinas optativas, eletivas, atividades extensionistas e complementares escolhidas pelo estudante no seu percurso formativo, destacando que diversas disciplinas optativas para o Bacharelado Interdisciplinar em Artes podem ser consideradas disciplinas obrigatórias para os cursos de 2º Ciclo: Artes Cênicas e Produção Cultural.

Na sequência é possível observar a distribuição das disciplinas obrigatórias organizada nos Eixos Curriculares que foram descritos acima:

Quadro II - Disciplinas obrigatórias do Bacharelado Interdisciplinar em Artes organizadas nos Eixos Curriculares

EIXOS CURRICULARES	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS
<p>Linguagens, Artes, Cultura e Sociedade</p>	<p>História da Arte Geral (Antiga, Moderna e Contemporânea)</p>
	<p>Fundamentos das Artes Cênicas: Teatro e Dança</p>
	<p>Fundamentos das Artes Visuais</p>
	<p>Fundamentos da Música</p>
	<p>Jogos e Improvisação</p>
	<p>Laboratório de Práticas Cênicas, Visuais e Musicais</p>
	<p>Políticas Públicas de Cultura</p>
	<p>Economia Criativa</p>

Artes, Cultura, Territorialidades e Interfaces Sociais	Arte e Interfaces Sociais
	Arte e Cultura Digital
	Mediação Cultural
	Oficinas de Projetos Culturais I
	Oficinas de Projetos Culturais II
	Produção de Eventos Culturais I
	Produção de Eventos Culturais II
Ações Afirmativas, Cidadania e Direitos Humanos	Cultura e Artes afrobrasileiras e indígenas
	Arte e Educação Ambiental
	Cultura e Artes Inclusivas
	Arte e Diversidade Cultural
Linguagem Científica e Vivência Universitária	Introdução ao Bacharelado Interdisciplinar
	Iniciação a Pesquisa em Artes
	Trabalho de Conclusão de Curso I
	Trabalho de Conclusão de Curso II

A autonomia na organização da matriz curricular do BIA é uma das características do bacharelado interdisciplinar e, na prática, permite que cada estudante construa um percurso individualizado, dada a variedade de trajetórias possíveis. Por isso, a gestão responsável dessas trajetórias acadêmicas se coloca como um dos desafios na estruturação do curso, exigindo atenção aos requisitos recomendados e ao encadeamento dos processos de construção do conhecimento em cada um dos Eixos Curriculares previstos no Projeto Pedagógico. Para orientar e auxiliar o aluno a compreender essas possibilidades, segue a apresentação de uma matriz curricular sugerida para integralização em 3 anos, que indica a sequência recomendada das disciplinas obrigatórias de modo a favorecer o melhor

aproveitamento dos conteúdos, contribuindo para um processo de ensino-aprendizagem mais eficiente. As disciplinas obrigatórias de cada Eixo Curricular são organizadas para abarcar aspectos teóricos, práticos e extensionistas e o estudante tem a liberdade para escolher optativas e eletivas já a partir do segundo semestre, sendo protagonista desde o início.

Quadro III - Matriz Curricular do Bacharelado Interdisciplinar em Artes - Obrigatórias (BIA)

MATRIZ SUGERIDA PARA INTEGRALIZAÇÃO DO BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM ARTES EM 3 ANOS																																				
A matriz sugerida é um exemplo de uma possível trajetória onde as disciplinas obrigatórias estão distribuídas ao longo dos três anos previstos para o BIA. <i>Esta matriz contempla todos os requisitos recomendados e o encadeamento dos processos de construção do conhecimento em cada um dos eixos curriculares que orientam o Projeto Pedagógico do BIA.</i>																																				
1º Semestre	Introdução do Bacharelado Interdisciplinar				Políticas Públicas de Cultura				Jogos e Improvisação				Cultura e Artes afrobrasileiras e indígenas				Arte e Educação Ambiental				Oficinas de Projetos Culturais I				História da Arte Geral (Antiga, Moderna e Contemporânea)				7 5 0 H D I S C I P L I N A S O P T A T I V A S	1 8 0 H D I S C I P L I N A S E L E T I V A S	2 1 0 H A T I V I D A D E S C O M P L E M E N T A R E S	2 4 0 H A T I V I D A D E S E X T E N S I O N I S T A S				
Natureza da CH	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex								
Total de Horas	15	15			30					30			30	30			30			30			30			30							60			
2º Semestre	Fundamentos das Artes Cênicas: Teatro e Dança				Fundamentos das Artes Visuais				Fundamentos da Música				Oficinas de Projetos Culturais II				Arte e Diversidade Cultural																			
Natureza da CH	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex																
Total de Horas	30	30			30	30			30	30				30						30					30											
3º Semestre	Mediação Cultural				Iniciação a Pesquisa em Artes				Produção de Eventos Culturais I				Economia Criativa																							
Natureza da CH	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex																				
Total de Horas	60				60					30		30	60																							
4º Semestre	Laboratório de Práticas Cênicas, Visuais e Musicais				Arte e Interfaces Sociais				Arte e Cultura Digital				Cultura e Artes Inclusivas																							
Natureza da CH	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex																				
Total de Horas		60						60	30	30			30			30																				
5º Semestre	Produção de Eventos Culturais II				Trabalho de Conclusão de Curso I																															
Natureza da CH	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex																												
Total de Horas		30		30	30	30																														
6º Semestre	Trabalho de Conclusão de Curso II																																			
Natureza da CH	T	P	Est	Ex																																
Total de Horas	30	60																																		

T = Teórica, P = Prática, Est = Estágio, Ex = Extensão

Na matriz apresentada a seguir, além da distribuição das disciplinas obrigatórias ao longo dos três anos previstos, há a indicação da adição de disciplinas optativas e eletivas por semestre, que na prática deve ocorrer conforme disponibilidade e objetivos de cada aluno, compondo percursos mais adequados ao seu perfil.

Nesse sentido, o aluno pode ajustar semestralmente sua trajetória, reconhecendo que, em alguns casos, ampliar o tempo de integralização em um ou dois semestres pode ser preferível a reprovações recorrentes ou ao abandono do curso. Em qualquer escolha, recomenda-se observar o encadeamento formativo e as recomendações de cada disciplina, bem como articular a integralização curricular com Atividades Complementares e Atividades Curriculares de Extensão (ACEs), construindo uma formação ampla por meio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, extensão, cultura e experiências no mundo do trabalho. Assim, as matrizes devem ser entendidas como referências para uma trajetória individual planejada de forma ponderada, reforçando a flexibilização curricular e a identidade do BIA como curso independente, ainda que articulado a formações específicas.

Quadro IV - Matriz Curricular Do Bacharelado Interdisciplinar em Artes (BIA)

MATRIZ SUGERIDA PARA INTEGRALIZAÇÃO DO BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM ARTES EM 3 ANOS																																		
A matriz sugerida é um exemplo de uma possível trajetória onde as disciplinas obrigatórias estão distribuídas ao longo dos três anos previstos para o BIA. <i>Esta matriz contempla todos os requisitos recomendados e o encadeamento dos processos de construção do conhecimento em cada um dos eixos curriculares que orientam o Projeto Pedagógico do BIA.</i>																																		
1º Semestre	Introdução do Bacharelado Interdisciplinar				Políticas Públicas de Cultura				Jogos e Improvisação				Cultura e Artes afrobrasileiras e indígenas				Arte e Educação Ambiental				Oficinas de Projetos Culturais I				História da Arte Geral (Antiga, Moderna e Contemporânea)				2 1 0 H A T I V I D A D E S C O M P L E M E N T A R E S	2 4 0 H A T I V I D A D E S C O M P L E M E N T A R E S				
Natureza da CH	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex						
Total de Horas	15	15			30					30			30	30			30			30		30			60									
2º Semestre	Fundamentos das Artes Cênicas: Teatro e Dança				Fundamentos das Artes Visuais				Fundamentos da Música				Oficinas de Projetos Culturais II				Arte e Diversidade Cultural				OPTATIVA (Obrigatória do 2º CICLO ou Prevista no PPC)				OPTATIVA (Obrigatória do 2º CICLO ou Prevista no PPC)									
Natureza da CH	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex			T	P	Est	Ex
Total de Horas	30	30			30	30			30	30				30						30	60				30									
3º Semestre	Mediação Cultural				Iniciação a Pesquisa em Artes				Produção de Eventos Culturais I				Economia Criativa				OPTATIVA (Obrigatória do 2º CICLO ou Prevista no PPC)				OPTATIVA (Obrigatória do 2º CICLO ou Prevista no PPC)				OPTATIVA (Obrigatória do 2º CICLO ou Prevista no PPC)									
Natureza da CH	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex			T	P	Est	Ex
Total de Horas	60				60					30		30	60				60				30				30									
4º Semestre	Laboratório de Práticas Cênicas, Visuais e Musicais				Arte e Interfaces Sociais				Arte e Cultura Digital				Cultura e Artes Inclusivas				OPTATIVA (Obrigatória do 2º CICLO ou Prevista no PPC)				OPTATIVA (Obrigatória do 2º CICLO ou Prevista no PPC)				Eletiva									
Natureza da CH	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex			T	P	Est	Ex
Total de Horas		60						60	30	30			30			30	60				60				30									
5º Semestre	Produção de Eventos Culturais II				Trabalho de Conclusão de Curso I				OPTATIVA (Obrigatória do 2º CICLO ou Prevista no PPC)				OPTATIVA (Obrigatória do 2º CICLO ou Prevista no PPC)				OPTATIVA (Obrigatória do 2º CICLO ou Prevista no PPC)				Eletiva				Eletiva									
Natureza da CH	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex			T	P	Est	Ex
Total de Horas		30		30	30	30			60				60				90				30				30									
6º Semestre	Trabalho de Conclusão de Curso II				OPTATIVA (Obrigatória do 2º CICLO ou Prevista no PPC)				OPTATIVA (Obrigatória do 2º CICLO ou Prevista no PPC)				OPTATIVA (Obrigatória do 2º CICLO ou Prevista no PPC)				Eletiva				Eletiva				Eletiva									
Natureza da CH	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex	T	P	Est	Ex			T	P	Est	Ex
Total de Horas	30	60			60				60				90				30				30				30									

T = Teórica, P = Prática, Est = Estágio, Ex = Extensão

* OBRIGATORIA DO 2º CICLO [ARTES CÊNICAS ou PRODUÇÃO CULTURAL] OU OUTRA DISCIPLINA INDICADA COMO OPTATIVA NO PPC DO BIA

LIVRE ESCOLHA

A partir da Matriz Curricular, é possível verificar que os Eixos Curriculares foram estruturados, em relação às disciplinas obrigatórias, da seguinte maneira:

Quadro V - Carga horária e características das disciplinas organizadas por eixos curriculares

Eixos Curriculares	Carga horária e características das disciplinas obrigatórias				
	T	P	Est	Ex	Total
Linguagens, Artes, Cultura e Sociedade	240	180	-	-	420
Artes, Cultura, Territorialidades e Interfaces Sociais	90	150	-	120	360
Ações Afirmativas, Cidadania e Direitos Humanos	90	30	-	90	210
Linguagem Científica e Vivência Universitária	135	105	-	-	240
Total	555	465	0	210	1230
T = Teórica, P = Prática, Est = Estágio, Ex = Extensão					

Nota-se que as disciplinas teóricas têm uma maior concentração no Eixo Curricular “Linguagens, Artes, Cultura e Sociedade”, porém elas perpassam todos os eixos, evidenciando uma característica importante para a formação do bacharel interdisciplinar em Artes que é o da constante reflexão crítica sobre a própria prática e sobre o seu papel na sociedade.

As disciplinas práticas se concentram nos eixos “Linguagens, Artes, Cultura e Sociedade” e “Artes, Cultura, Territorialidades e Interfaces Sociais”, embora também se articulem com os outros eixos, possibilitando momentos diversificados de experimentação no campo das artes, articulando práticas em linguagens artísticas com perspectivas de realização de projetos em conjunto e em diálogo com a sociedade.

As disciplinas extensionistas estão adensadas nos eixos “Artes, Cultura, Territorialidades e Interfaces Sociais” e “Ações Afirmativas, Cidadania e Direitos Humanos”, sinalizando a importância em se formar profissionais competentes no campo das Artes, junto com uma formação cidadã e engajada na defesa dos direitos humanos e na construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva, antirracista e

democrática, cuja formação se complementa nas trocas com a própria sociedade, por meio da extensão universitária.

As 1230 horas de disciplinas obrigatórias buscam um equilíbrio entre a teoria e a prática do início ao fim do curso. As 555 horas de disciplinas teóricas se equilibram com as experiências práticas previstas nas 675 horas de disciplinas práticas e extensionistas.

Além das disciplinas obrigatórias, o percurso formativo do Bacharelado Interdisciplinar em Artes está organizado com o intuito de que o estudante participe de mais 210 horas de atividades complementares, de mais 30 horas de atividades de extensão e possa escolher mais 750 horas de disciplinas optativas e mais 180 horas de disciplinas eletivas, lembrando que as disciplinas optativas para o Bacharelado Interdisciplinar em Artes podem incluir disciplinas obrigatórias para os cursos de 2º Ciclo: Artes Cênicas e Produção Cultural, desde que sejam indicadas como tal nos respectivos projetos pedagógicos.

10.2. DISCIPLINAS OPTATIVAS E ELETIVAS

Para completar a formação no Bacharelado Interdisciplinar em Artes é necessária a participação em 750 horas em disciplinas optativas e mais 180 horas em disciplinas eletivas.

As disciplinas optativas contribuem para que o estudante possa aprofundar seus conhecimentos em áreas específicas, fazendo relações interdisciplinares com os conhecimentos ofertados pelas disciplinas obrigatórias. Estas disciplinas complementam e aprofundam conhecimentos de determinadas áreas de maior afinidade do estudante, permitindo com que o próprio estudante possa direcionar o seu percurso formativo.

As disciplinas optativas serão ofertadas, em articulação com os Eixos Curriculares que orientam o Projeto Pedagógico do Bacharelado Interdisciplinar em Artes.

Conforme indicado acima, as disciplinas optativas para o Bacharelado Interdisciplinar em Artes podem se configurar como disciplinas obrigatórias para os cursos de 2º Ciclo: Artes Cênicas e Produção Cultural, desde que sejam indicadas nos respectivos projetos pedagógicos. Esta informação é muito importante para quem desejar dar continuidade na formação, seguindo o percurso formativo do curso de 2º Ciclo de interesse: Artes Cênicas e Produção Cultural. Por isso é

fundamental consultar os projetos pedagógicos dos cursos de Artes Cênicas e de Produção Cultural para conferir quais disciplinas são obrigatórias para completar a formação nestes cursos de 2º Ciclo - o que pode orientar as escolhas das disciplinas optativas e/ou eletivas a serem cursadas pelo estudante no seu percurso formativo escolhido durante a formação no Bacharelado Interdisciplinar em Artes.

Abaixo seguem um rol de disciplinas que são optativas para o Bacharelado Interdisciplinar em Artes e que são obrigatórias para os cursos de 2º Ciclo, considerando a atual versão dos projetos pedagógicos dos cursos de Produção Cultural e de Artes Cênicas.

Quadro VI - Disciplinas optativas para o Bacharelado Interdisciplinar em Artes e obrigatórias para Produção Cultural

Comunicação e Cultura
Cultura e Desenvolvimento Local
Direitos Culturais e Cidadania
Divulgação Cultural
Formação em Produção Cultural
Gestão e Financiamento Cultural
Legislação e Direitos da Cultura
Pesquisa em Produção Cultural I
Pesquisa em Produção Cultural II
Produção de Eventos Culturais III
Redes e Cooperativismo Cultural
Seminários Avançados em Produção Cultural I
Seminários Avançados em Produção Cultural II
Tópicos em Acessibilidade Cultural
Tópicos em Produção Cultural Antirracista

Quadro VII - Disciplinas optativas para o Bacharelado Interdisciplinar em Artes e obrigatórias para Artes Cênicas.

Artes do Corpo I
Artes do Corpo II
Jogos e Improvisação
História do Teatro Brasileiro I
Teatro do Oprimido I
Teatro e Infâncias I

Estão previstas as disciplinas, listadas a seguir, como optativas para o Bacharelado Interdisciplinar em Artes e obrigatórias Bacharelado em Artes Cênicas, que serão incluídas, oportunamente, conforme atualização curricular:

Quadro VIII - Disciplinas optativas previstas para o Bacharelado Interdisciplinar em Artes e obrigatórias para Artes Cênicas.

Ação cultural nos territórios, políticas culturais e as artes cênicas
Dramaturgia I
Dramaturgia II: Ateliê de escritura
Encenação I
Encenação II
Encenação III
Encenação IV
Estudos da Recepção e Mediação Teatral
História do Teatro Brasileiro II
História Geral do Teatro
Laboratório de prática teatral: interpretação I
Laboratório de prática teatral: interpretação II
Laboratório de prática teatral: interpretação III
Laboratório de prática teatral: interpretação IV
Metodologias de Pesquisa em Artes da Cena I
Metodologias de Pesquisa em Artes da Cena II
Performatividade e linguagens híbridas nas artes cênicas
Performatividades Negras e Indígenas

Processos criativos e pedagógicos em artes cênicas
Teatro e infâncias II
Teatro Latino Americano
Tecnologias da cena I: iluminação, sonoplastia, video, mídias digitais
Tecnologias da cena II: iluminação, sonoplastia, video, mídias digitais
Teoria das Artes Cênicas
Trabalho de Conclusão de Curso I em Artes Cênicas (acadêmico clássico e/ou artístico)
Trabalho de Conclusão de Curso II em Artes Cênicas (acadêmico clássico e/ou artístico)
Visualidades I: cenografia e figurino
Visualidades II: cenografia, figurino e visagismo
Visualidades III: cenografia, figurino e iluminação

As disciplinas eletivas são quaisquer atividades curriculares oferecidas pela Universidade e que não compõem o currículo do curso do estudante, necessárias para completar o número total de horas exigidas para a integralização do curso.

O rol de disciplinas eletivas e a oferta das disciplinas optativas serão anunciadas a cada semestre, considerando as possibilidades de oferta das mesmas.

10.3. DETALHAMENTO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS

10.3.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Introdução do Bacharelado Interdisciplinar
Carga horária: 30H (15H Teórica; 15H Prática)
Requisito(s): Não há.
Ementa: Interdisciplinaridade e indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão na Universidade. Orientação Profissional. Organização de estudos. Vida acadêmica e saúde mental. Projeto de Vida.
Objetivos: Compreender o conceito de interdisciplinaridade e sua relevância na construção do conhecimento no contexto dos Bacharelados Interdisciplinares. Conhecer os princípios da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão como pilares estruturantes da universidade pública. Entender os desafios e potencialidades da vida universitária, com foco na organização dos estudos, orientação profissional e cuidados com a saúde mental. Apreciar a importância do autoconhecimento e da elaboração de um projeto de vida acadêmico e profissional alinhado aos valores e possibilidades oferecidos pela formação interdisciplinar.
Bibliografia Básica: OLIVEIRA, R. E. A interdisciplinaridade na prática acadêmica universitária. Revista Brasileira de Educação, v. 26, e026027, 2021. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1414-40772021000200377&script=sci_arttext SÍVERES, Luiz. A extensão universitária como um princípio de aprendizagem. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade, 2013. 274 p. ISBN 978-85-7963-089-7. SILVA, João Batista do Carmo (Org.). Experiências de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade pública. Curitiba: Bagai, 2022.
Bibliografia Complementar: GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê? Instituto Paulo Freire. São Paulo, 2017. Disponível em: https://eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/02/Extensao_Universitaria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. 52. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2021.

Introdução do Bacharelado Interdisciplinar

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (Org.). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. São Paulo: Manole, 2010.

SANTOS, Cristiane da Silva et al. (Org.). Estudos interdisciplinares em humanidades e linguagens. Goiânia: Editora Lupa, 2021.

PEREIRA, Ana; COSTA, Helena. Interdisciplinaridade e pensamento crítico em ciências humanas. Porto Alegre: Bookman, 2020.

Políticas Públicas de Cultura

Carga horária: 30H (30H Teóricas)

Requisito(s): Não há.

Ementa: A disciplina "Políticas Públicas de Cultura" estuda as ações e intervenções do Estado, da sociedade civil e de grupos comunitários para promover o desenvolvimento cultural, satisfazer necessidades da população e buscar a transformação social através das manifestações artísticas e culturais. Abrange o percurso histórico das políticas culturais no Brasil, destacando as principais experiências até a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), enfatizando o papel da sociedade civil e a organização dos conselhos de políticas culturais. Aspectos Fundamentais: Concepção e história das políticas culturais: O que são, como surgiram e qual sua importância para a sociedade. Instrumentos de políticas culturais: A criação e funcionamento de conselhos, fundos, conferências e planos setoriais. Patrimônio cultural: A noção de patrimônio material e imaterial e a importância de sua preservação, difusão e fomento. Diversidade cultural brasileira: A valorização das diversas manifestações culturais, línguas e saberes populares. O papel de agentes culturais e públicos: Como a sociedade civil e os fazedores de cultura participam e se beneficiam das políticas culturais. O Sistema Nacional de Cultura (SNC): A estrutura e funcionamento do sistema para a articulação das políticas culturais na contemporaneidade.

Objetivos:

Compreender como o Estado formula e implementa políticas culturais, considerando os diversos agentes e suas estratégias; estudar a evolução das políticas culturais no Brasil e investigar a participação da sociedade civil na construção das políticas culturais e os limites e potencialidades dessa participação.

Bibliografia Básica:

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, Albino (org.). *Política cultural e gestão democrática no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Bibliografia Complementar:

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. 2 ed. (revisado e ampliado). São Paulo: Iluminuras, 2012.

BOTELHO, Isaura. *Políticas culturais*. São Paulo: Edições Sesc, 2017.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Sistema Nacional de Cultura: uma política de estado*. Brasília: MinC, Secretaria de Políticas Culturais, 2010.

DURAND, José Carlos. *Política cultural e economia da cultura*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo; Ateliê Editorial, 2013.

Jogos e Improvisação

Carga horária: 30H (30H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa: Acepções e perspectivas histórico-teóricas de jogo dramático. Jogo Teatral. Brincadeira dramática infantil, faz de conta, jogo simbólico. Jogos tradicionais. Conceitos e experiências da improvisação teatral. Experimentação coletiva de métodos e procedimentos de jogos e improvisação.

Objetivos:

Conhecer diferentes conceitos de brincadeira e jogo. Estudar metodologias de jogos e de improvisação teatral. Realizar práticas dirigidas de jogos e de improvisação teatral. Exercitar postura e atitude de jogo. Desenvolver teatralização de ações lúdicas.

Bibliografia Básica:

CHACRA, Sandra. *Natureza e sentido da improvisação teatral*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005. [G 792.028 C431n Biblioteca Comunitária]

PUPO, Maria Lúcia de Souza Barros. Para desembaraçar os fios. *Educação e Realidade*, v. 30, jul/dez 2005, p. 217-228. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/12462> Acesso em: 22.outubro. 2025.

SPOLIN, Viola. *Improvisação para o teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1992. [B 792 S762i.3 Biblioteca Comunitária].

Bibliografia Complementar:

BOAL, Augusto. *Jogos para atores e não atores*. Organização de Julián Boal. Estabelecimento de texto de Till Baumann. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2025. (consta na biblioteca da UFSCAR)

BOGART, Anne; LANDAU, Tina. *O livro dos viewpoints: o guia prático para viewpoints e composição*. Tradução de Sandra Meyer. São Paulo: Perspectiva,

2017.	Disponível	em:
https://pt.scribd.com/document/607015718/Anne-Bogart-e-Tina-Landau-O-Livro-Dos-Viewpoints-Um-Guia-Pratico-Para-Viewpoints-e-Composicao		
HUIZINGA, Johan. <i>Hommo Ludens</i> . São Paulo: Perspectiva, 2010. Disponível em: http://jnsilva.ludicum.org/Huizinga_HomoLudens.pdf		
KOUDELA, Ingrid Dormien. <i>Brecht: um jogo de aprendizagem</i> . São Paulo: Perspectiva, 1991. [G 792 K88b Biblioteca Comunitária]		
SPOLIN, Viola. <i>Jogos teatrais: o fichário de Viola Spolin</i> . Tradução de Ingrid Dormien Koudela. São Paulo: Perspectiva, 2001. [G 792.028 S762j.2 Biblioteca Comunitária].		

Cultura e Artes afrobrasileiras e indígenas

Carga horária: 60H (30H Teórica; 30H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa: A disciplina “Arte e Cultura Afro-brasileiras e Indígenas” visa o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural brasileiro, com destaque para as influências africanas, afro-brasileiras e indígenas. Propõe um olhar sobre as artes e as manifestações culturais brasileira em articulação com as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que buscam combater o racismo e promover a educação para as relações étnico-raciais, ensinando as contribuições desses povos à formação da identidade nacional. Aspectos Fundamentais: Culturas Indígenas: Aborda as manifestações artísticas e culturais dos povos originários, destacando cosmovisões que ajudam a refletir sobre diversidade cultural na contemporaneidade. Culturas Africanas: Estabelece a interface entre as manifestações artísticas e culturais do povo brasileiro com as raízes africanas. Culturas Afro-brasileiras: Estuda as manifestações artísticas e culturais afro-brasileiras, destacando suas influências nas mais diversas linguagens artísticas e a sua potência na cultura brasileira. Artes e Culturas Decoloniais: Analisa perspectivas artísticas que questionam a hegemonia europeia no imaginário cultural coletivo e propõem outras experiências que partam de matrizes indígenas e africanas.

Objetivos:

Promover o respeito e a valorização das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, essenciais para a formação da identidade brasileira;
 Desconstruir discursos racistas e combater preconceitos e discriminações relacionadas à população negra e indígena;
 Visibilizar e celebrar a contribuição da população negra e dos povos indígenas em diversas áreas, como música, teatro, dança, culinária, religião, cinema, etc.

Bibliografia Básica:

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). O Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Coleção Educação para a Diversidade. Brasília: SECAD-MEC, 2006.

POLI, Ivan. Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Freitas Bastos, 2023

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Bibliografia Complementar:

MORAES, Eulália Maria Aparecida de; CHAVES, Otávio Ribeiro; SILVA, Ricardo Tadeu Caires (Orgs.). O ensino de história da África, da cultura afro-brasileira e indígena: múltiplos olhares. Cáceres: UNEMAT, 2018

RODRIGUES, Chiara Santos de Miranda; KUWAE, Christiane Ayumi; SILVA, Ana Karine Macedo. Contribuições da Diáspora Africana na Cultura Brasileira. Volume II. Ciranda da Arte, 2024.

MUNANGA, Kabengele. "Arte afro-brasileira: o que é, afinal?". In: Mostra do redescobrimento: arte afro-brasileira. São Paulo: Associação Brasil 500 anos de Artes Visuais, 2000.

SILVA, Petronilha B. G. Entre Brasil e África: construindo conhecimento e militância. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

POTIGUARA, Eliane. Metade cara, metade máscara. Rio de Janeiro: Grumin Edições, 2018.

Arte e Educação Ambiental

Carga horária: 60H (30H Teórica; 30H Extensão)

Requisito(s): Não há.

Ementa: Análise crítica de problemas ambientais e de caminhos arte/educativos que possam contribuir na sua superação. Reflexão crítica e propositiva sobre a natureza como fonte de vida relacionada à formação humana de sujeitos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com específicas condições físicas, emocionais, intelectuais, culturais e artísticas. Interfaces entre a produção artística e a educação ambiental, na perspectiva do caráter socioambiental e sociocultural da relação de seres humanos com a natureza.

Objetivos:

Compreender as questões socioambientais de forma crítica e sensível com base em princípios éticos e atitudes responsáveis que contribuam para a preservação da vida e a sustentabilidade. Estabelecer conexões entre as artes e a educação ambiental, propiciando compreensão do papel do artista como sujeito capaz de provocar sensibilidades, questionamentos e transformações no modo de perceber e agir no mundo. Analisar e experimentar metodologias e conteúdos de educação ambiental mediados pelas artes, investigando possibilidades poéticas, pedagógicas e interdisciplinares que contribuam para

a formação artística comprometida com o cuidado, a justiça ambiental e a imaginação criadora.

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, Cláudio Tarouco de. Educação Ambiental Biorrizomática: Dimensões éticas, estéticas e poético-visuais. *Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 1–21, 2022. DOI: 10.14295/ambeduc.v27i1.14249. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/14249>. Acesso em: 1 nov. 2025.

KREKAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SATO, Michèle; PASSOS, Luiz Augusto. Arte-educação-ambiental. *Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 43–59, 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/1136>. Acesso em: 1 nov. 2025.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Alexandre Falcão de; PASQUARELLI JÚNIOR, Vital. TEATRO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE AMBIENTE, EXPRESSÃO ESTÉTICA E EMANCIPAÇÃO. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, [S. l.], v. 18, 2013. DOI: 10.14295/remea.v18i0.3556. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3556>. Acesso em: 1 nov. 2025.

COCCIA, Emanuele. *A vida das plantas*. Tradução de Fernando Scheibe. 1. ed. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.

GOLDBERG, Luciane Germano. *Arte-Educação-Ambiental: o despertar da consciência estética e a formação de um imaginário ambiental na perspectiva de uma ONG*. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Pós-graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2004. Disponível em: <https://ufc.academia.edu/LucianeGoldberg> Acesso em: 1 nov. 2025.

LATOUR, Bruno. *Onde aterrar? – Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Tradução Marcela Vieira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima*: Isabelle Stengers. Tradução Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Oficinas de Projetos Culturais I

Carga horária: 30H (30H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa: Aborda a introdução aos fundamentos e às etapas da elaboração de projetos culturais. Analisa e debate sobre o cenário da produção cultural no Brasil. Apresenta as diferentes etapas de um projeto cultural: concepção,

planejamento, pré-produção, produção, execução e pós-produção. Aborda os principais instrumentos para estruturação de projetos, como diagnóstico, justificativa, objetivos, público-alvo, cronograma e orçamento. Prevê experimentações e exercícios práticos de elaboração de um projeto cultural, com foco na aplicação dos conhecimentos teóricos.

Objetivos:

Apresentar os principais fundamentos aplicadas em projetos culturais;
Praticar a concepção, planejamento, pré-produção, produção, execução e pós-produção de um projeto cultural;
Conhecer diferentes experiências de projetos culturais.

Bibliografia Básica:

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Projetos Culturais: Técnicas de Modelagem. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.
ALEXANDRINO, Willian. Planejamento e avaliação de projetos culturais. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2022.
OLIVIERI, Cristiane; NATALE, Edson (Orgs.). Guia brasileiro de produção cultural: Ações que transformam a cidade. 8. ed. São Paulo: Edições Sesc, 2016.

Bibliografia Complementar:

POLI, Karina. Identificando suas redes culturais e ecossistemas: Instrumentos para planejar carreiras e projetos culturais. Editora IOLE, 2023.
CUNHA, Maria Helena Melo da. Gestão cultural: profissão em formação. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2007.
AVELAR, Romulo. O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2008.
RUBIM, Linda. Organização e produção da cultura. Salvador: EDUFBA, 2005.

História da Arte Geral (Antiga, Moderna e Contemporânea)

Carga horária: 60H (60H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa: Conceitos e métodos da historiografia da arte. principais manifestações artísticas antigas, modernas e contemporâneas. As práticas e as linguagens artísticas como parte de um sistema sócio-histórico. Conhecimento e reflexão sobre a arte brasileira.

Objetivos:

Estudar sobre as principais manifestações artísticas antigas, modernas e contemporâneas. Realizar reflexões sobre o surgimento da modernidade artística até o presente, priorizando conhecer artistas e ler obras. Conhecer a produção artística brasileira dos séculos XX e XXI.

Bibliografia Básica:

ARGAN, Giulio Carlo. Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos. Trad. Denise Bottmann; Trad. Federico Cartti. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. [G 709.03 A686a.2 Biblioteca Comunitária]

BATTISTONI FILHO, Duílio. Pequena história da arte. 1. ed. Campinas: Papirus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 17 nov 2025.

GOMBRICH, Ernst Hans. A história da arte. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos, 1993. [G 700.9 G632h.15 Biblioteca Comunitária].

Bibliografia Complementar:

ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como historia da cidade. Trad. Pier Luigi Cabra. Sao Paulo : Martins Fontes, 1995. [G 709 A686h Biblioteca Comunitária]

BARDI, Pietro Maria. História da arte brasileira: pintura, escultura, arquitetura, outras artes. Sao Paulo : Melhoramentos, 1977. [G 7(81)(091) B246h.2 Biblioteca Comunitária]

CORTELAZZO, Patricia Rita. A história da arte por meio da leitura de imagens. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 17 nov 2025.

DALDEGAN, Valentina; DOTTORI, Maurício. Elementos de história das artes. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 17 nov 2025.

JANSON, H.W. História da arte. tradução de J.A. Ferreira de Almeida, Maria Manuela Rocheta Santos ; colaboração de Jacinta Maria Matos. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. [G 709 J35ha.5 Biblioteca Comunitária].

Fundamentos das Artes Cênicas: Teatro e Dança

Carga horária: 60H (30H Teórica; 30H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa: Fundamentos estéticos, históricos e conceituais do teatro e da dança. Diálogos das artes ciências com as outras linguagens artísticas. Princípios de composição, presença e corporeidade, bem como noções de espaço, tempo, ritmo e ação. Surgimento das artes cênicas como campo interdisciplinar, relacionando práticas e teorias da cena a contextos culturais e sociais diversos.

Objetivos:

Refletir sobre a dimensão histórica, estética e social das artes cênicas. Compreender os principais fundamentos teóricos e práticos do teatro e da

dança. Estimular uma visão interdisciplinar e crítica sobre os processos de criação cênica.

Bibliografia Básica:

PAVIS, Patrice. Dicionário de Teatro. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LABAN, Rudolf. Domínio do Movimento. São Paulo: Summus, 1978.

FERNANDES, Ciane. O Corpo em Movimento: o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas. São Paulo: Annablume, 2000.

Bibliografia Complementar:

LECOQ, Jacques. O Corpo Poético. São Paulo: SENAC, 2010.

GREINER, Christine. Corpo e Cena: estudos sobre o corpo em movimento. São Paulo: Annablume, 2005.

BROOK, Peter. O Ponto de Mudança: quarenta anos de experiências teatrais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BARBA, Eugenio; SAVARESE, Nicola. A Arte Secreta do Ator. São Paulo: Hucitec, 1995.

HERNANDÉZ, Márcia Maria Strazzacappa (org.). Fazer, pensar e ensinar artes cênicas: epistemologias do extremo leste do Brasil. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 17 nov 2025.

Fundamentos das Artes Visuais

Carga horária: 60H (30H Teórica; 30H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa: Princípios, conceitos e práticas das artes visuais. Diálogo das artes visuais com outras linguagens artísticas. Elementos formais da imagem e suas articulações históricas, culturais e tecnológicas. Processos de criação, leitura de obras e contextualização. Artes visuais na constituição do pensamento estético contemporâneo.

Objetivos:

Compreender os fundamentos teóricos e formais das artes visuais. Desenvolver a percepção estética e crítica por meio da observação e da prática artística. Analisar obras e contextos das artes visuais sob perspectivas históricas e culturais. Estimular o diálogo entre as artes visuais e outras linguagens da cena.

Bibliografia Básica:

ARNHEIM, Rudolf. Arte e Percepção Visual. São Paulo: Pioneira, 1980.

READ, Herbert. A Educação pela Arte. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DANTO, Arthur. Após o Fim da Arte: arte contemporânea e os limites da história. São Paulo: Odysseus, 2006.

Bibliografia Complementar:

COUCHOT, Edmond. A Tecnologia na Arte: da fotografia à realidade virtual. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SANTAELLA, Lúcia. Estética de Platão a Peirce. São Paulo: Experimento, 1994.

DE DUVE, Thierry. Clement Greenberg entre as Linhas. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

LIPPARD, Lucy. Seis Anos: a desmaterialização do objeto artístico. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PERIGO, Katiucya. Artes visuais, história e sociedade: diálogos entre a Europa e a América Latina. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 17 nov 2025.

Fundamentos da Música

Carga horária: 60H (30H Teórica; 30H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa: Estudo prático e teórico dos principais elementos da linguagem musical. Elementos estruturais da música: aspectos rítmicos, melódicos e harmônicos. Escuta musical e percepção musical. Vivências Musicais. Relação da música com as outras linguagens da Arte. Estéticas musicais contemporâneas.

Objetivos:

Introduzir conhecimentos básicos da linguagem musical, formais, históricos e culturais. Compartilhar conhecimentos e vivências musicais. Possibilitar apreciação, prática, execução e criação musical em conjunto. Discutir sobre estéticas musicais ancestrais e contemporâneas.

Bibliografia Básica:

SCHAFFER, R. Murray. O Ouvido Pensante. São Paulo: UNESP, 1991.

WISNIK, José Miguel. O Som e o Sentido: uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: 2001.

Bibliografia Complementar:

BARROS, Gilmar. Cantos da Terra: musicalidades afro-indígenas no Brasil contemporâneo. Recife: Ed. UFPE, 2018.

BJØRKVOLD, Jon-Roar. Música, inspiração e criatividade. 1. ed. São Paulo: Summus, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 17 nov 2025.

BORGES, Sérgio. Música e Interculturalidade: encontros e fronteiras. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

BORNHOLDT, Jeimely Heep. História da música ocidental: do classicismo ao contemporâneo. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 17 nov 2025.

KOELLREUTTER, Hans-Joachim. O ensino da música num mundo de som. São Paulo: Novas Metas, 1986.

Oficinas de Projetos Culturais II

Carga horária: 30H (30H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa: A disciplina “Oficinas de Projetos Culturais II” aprofunda a prática e a experimentação nos processos de concepção, planejamento, pré-produção, produção, execução e pós-produção vinculados aos projetos culturais. Aspectos Fundamentais: Fundamentos do Projeto Cultural: Definição e conceituação de projetos e eventos culturais; introdução às políticas públicas para a cultura e às leis de incentivo; os desafios e oportunidades diante do cenário da produção cultural no Brasil. Planejamento do Projeto Cultural: A importância do planejamento estratégico para o projeto cultural; elaboração de diagnóstico: identificação da demanda e do contexto do projeto; definição da ideia, justificativa e objetivos (gerais e específicos); análise do público-alvo e das estratégias de engajamento. Ferramentas de Elaboração do Projeto Cultural: Estruturação de cronogramas e etapas de trabalho (pré-produção, produção, pós-produção); elaboração de orçamento: planejamento financeiro, composição de custos e fontes de financiamento; elaboração do plano de comunicação e divulgação; formação da equipe e gestão de pessoas no escopo dos projetos culturais. Prática e Execução do Projeto Cultural: Discussão e análise de projetos culturais de referência; Desenvolvimento prático de um projeto cultural; orientação para a escrita da proposta em formato de edital e para apresentação a potenciais patrocinadores.

Objetivos:

Aprofundar a prática e a experimentação no processo de elaboração, execução e avaliação de projetos culturais;

Identificar os principais mecanismos de financiamento para projetos culturais na cidade e na região;

Praticar a concepção, planejamento, pré-produção, produção, execução e pós-produção de um projeto cultural;

Conhecer diferentes experiências de projetos culturais.

Bibliografia Básica:

CESNIK, Fábio de Sá. Guia do incentivo à cultura. 3 ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

BARROS, J.M.; OLIVEIRA JÚNIOR, J. (Org.). Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão cultural. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011.

ALEXANDRINO, Willian. Planejamento e avaliação de projetos culturais. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2022.

Bibliografia Complementar:

OLIVIERI, Cristiane; NATALE, Edson (Orgs.). Guia brasileiro de produção cultural: Ações que transformam a cidade. 8. ed. São Paulo: Edições Sesc, 2016.

POLI, Karina. Identificando suas redes culturais e ecossistemas: Instrumentos para planejar carreiras e projetos culturais. Editora IOLE, 2023.

Arte e Diversidade Cultural

Carga horária: 30H (30H Extensão)

Requisito(s): Não há.

Ementa: A disciplina "Arte e Diversidade Cultural" mobiliza a arte como expressão de diferentes culturas e identidades, promovendo a valorização da pluralidade de expressões e a reflexão sobre a sociedade e seus padrões. Destaca o papel das tecnologias de informação e comunicação como fator de visibilidade ou de exclusão das diversidades culturais. Convida a refletir e debater sobre reconhecer e analisar as diversas produções artísticas, utilizando a arte como uma dimensão para a inclusão e participação e para o fortalecimento da construção de uma sociedade cada vez mais democrática. Aspectos Fundamentais: Diversidade Cultural: Conceito polissêmico que auxilia na compreensão da arte e da cultura como espaços do plural, das diferentes perspectivas. Linguagens artísticas e pluralidade: Estabelece um panorama como a pluralidade cultural se manifesta nas mais diversas linguagens artísticas na contemporaneidade. Tecnologias e diversidades culturais: Analisa como as tecnologias potencializam ou enfraquecem a visibilidade das diversidades culturais no debate público.

Objetivos:

Compreender o papel social da arte, analisando como a arte pode expressar identidades, memórias e denunciar injustiças, servindo como veículo de transformação social.

Reconhecer e apreciar a pluralidade de formas de expressão artística de diferentes grupos culturais nas mais diversas linguagens e formatos.

Questionar os padrões estéticos e a forma como as diferentes manifestações artísticas refletem e influenciam a sociedade.

Promover a inclusão, por meio da arte como um instrumento para a inclusão e valorização da diversidade cultural.

Bibliografia Básica:

OLIVEN, Ruben George. A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

FADUL, Anamaria; GOBBI, Maria Cristina. Mídia e região na era digital: diversidade cultural, convergência midiática. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

BARROS, José Márcio; KAUARK, Giuliana; MIGUEZ, Paulo (Org.). Diversidade cultural: da proteção à promoção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

Bibliografia Complementar:

SAID, Edward W. Cultura e imperialismo. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FONTELES, Bené. Nem é erudito, nem é popular: arte e diversidade cultural no Brasil. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2010

BATISTA, Fabiano Eloy Atílio (Org.). Diversidade cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte e cultura. Ponta Grossa - PR: Atena Editora, 2023.

COLLING, L. A vontade de expor: arte, gênero e sexualidade. Salvador: EDUFBA, 2021.

NOCHLIN, Linda. Mulheres, arte e poder e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Mediação Cultural

Carga horária: 60H (60H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa: A disciplina "Mediação Cultural" aborda a formação de profissionais para criar pontes entre a cultura e o público, promovendo o diálogo e a reflexão sobre obras artísticas e conteúdos culturais. Seus objetivos incluem desmistificar a arte, ampliar a compreensão do público sobre o patrimônio material e imaterial, sobre as mais diversas manifestações artísticas e culturais, estimulando o senso crítico e colaborando para que a cultura seja cada vez mais acessível e democrática. Lança mão de recursos pedagógicos e educativos com o intuito de se projetar uma educação para a cultura. Aspectos Fundamentais: Uma ponte entre o público e a cultura: Estabelece um conjunto de ações e de estratégias educativas que conecta o público com obras de arte, exposições e outros conteúdos culturais, indo além da simples apresentação para promover uma relação mais profunda e engajada. Dialogicidade: Em vez de apenas informar, a mediação busca criar um processo de aprendizado colaborativo, onde o diálogo e a escuta são fundamentais para construir entendimentos compartilhados e estimular novas perspectivas sobre a cultura. Arte, Cultura e Cotidiano: Visibiliza espaços e ações que guardam relações com as manifestações artísticas e culturais.

Objetivos:

Democratizar o acesso à cultura;
Fomentar o senso crítico;
Criar estratégias para uma educação para as artes e para a cultura;
Ajudar as pessoas a perceberem elementos em uma obra que poderiam passar despercebidos, relacionando-os com suas próprias experiências;
Promover a reflexão e a articulação de significados, não apenas no presente, mas também a partir de diferentes contextos históricos.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão (Orgs.). Arte/educação como mediação cultural e social. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
PEREIRA, Diana Araujo. Mediação cultural na América Latina: utopias em curso. Buenos Aires: CLACSO; Foz do Iguaçu: UNILA, 2023.
MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

Bibliografia Complementar:

MARTINS, Mirian Celeste (org.). Pensar juntos mediação cultural: [entre]laçando experiências e conceitos. São Paulo: Terracota Editora, 2018. Disponível em: <https://www.mirianceleste.com.br/> Acesso em: 21.setembro.2025.
MARTINS, Mirian Celeste (Org.). Mediação cultural: olhares interdisciplinares. São Paulo: Uva Limão, 2017
SALCEDO, Diego Andres (Org.). Mediação cultural. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.
CERVETTO, Renata; LÓPEZ, Miguel A. Agite antes de usar: deslocamentos educativos, sociais e artísticos na América Latina. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018
GIELEN, Pascal; MUNCK, Marlies de. Proximidade: arte e educação depois da covid-19. Tradução de Suzana Camargo. São Paulo: Cobogó, 2021.

Iniciação a Pesquisa em Artes

Carga horária: 60H (60H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa: Introdução à metodologia de investigação baseada em artes. Distinções entre pesquisa em arte/pesquisa baseada em artes e pesquisas sobre arte. A/r/tografia.

Objetivos:

Conceituar a perspectiva metodológica da pesquisa (ou investigação) baseada nas artes (PBA), ou pesquisa em artes e a metodologia da pesquisa educacional baseada nas artes (PEBA). Compreender a distinção entre

pesquisas realizadas sobre temas das artes e a metodologia de pesquisa baseada em arte.

Bibliografia Básica:

DIAS, Belidson; IRWIN, Rita (orgs). *A/r/tografia*. Santa Maria: Edufsm, 2013.

FERNANDES, Ciane. Em busca da escrita com dança: algumas abordagens metodológicas de pesquisa com prática artística. *DANÇA: Revista do Programa de Pós-Graduação em Dança*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 18–36, 2014. DOI: 10.9771/2317-3777dança.v2i2.9752. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistadanca/article/view/9752>. Acesso em: 30 setembro. 2025

SCIALOM, Melina; FERNANDES, Ciane. Prática artística como pesquisa no Brasil: Algumas reflexões iniciais. *Revista De Ciências Humanas*, vol. 22, n. 2, Julho-Dezembro 2022, p. 1-23. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/14230> Acesso em: 14.agosto.2025.

Bibliografia Complementar:

BRAGAGNOLO, Bibiana; DALTRO, Emyle; SANCHEZ, Leonardo Pellegrim (Orgs). *Pesquisa Artística: performance, criação e cultura contemporânea*. Rio Branco: Stricto Sensu, 2022. DOI: 10.35170/ss.ed.9786586283778 Disponível em:

<https://sseditora.com.br/wp-content/uploads/Pesquisa-Artistica-performance-criacao-e-cultura-contemporanea-2.pdf> Acesso em: 21.abr.2025.

BRITES, Blanca; TESSLER, Elida (orgs.). *O meio como ponto zero: metodologia da pesquisa em artes plásticas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/206759?locale-attribute=en> Acesso em: 21.setembro.2025.

DIEDERICHSEN, Maria Cristina. Pesquisa baseada em arte: criações poéticas desdobrando mundos. *Palíndromo*, v. 11, n. 25, set - dez 2019, p. 64-84. Disponível em: file:///E:/Downloads/sant_anna,+4-+PESQUISA+BASEADA+EM+ARTE+-+CRI+A%C3%87%C3%83O+DE+MUNDOS+OUTROS.pdf Acesso em: 20.junho.2025.

FERNÁNDEZ, Tatiana; DIAS, Belidson. Investigação Baseada em Arte (IBA) e a Investigação Educacional Baseada Arte (IEBA): quatro questionamentos baseados nas concepções de arte e artista. *Revista VIS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 27–44, 2017. DOI: 10.26512/vis.v16i2.20650. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistavis/article/view/20650>. Acesso em: 27 abr. 2025.

LOMBARDI, Lucia Maria Salgado dos Santos; PRINI, Thais Helena. Arte e sonho na metodologia de uma pesquisa sobre formação de docentes da Educação Infantil. *Educação*, [S. l.], v. 47, n. 1, p. e45744, 2024. DOI: 10.15448/1981-2582.2024.1.45744. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/45744>. Acesso em: 2 nov. 2025.

Produção de Eventos Culturais I

Carga horária: 60H (30H Prática; 30H Extensão)

Requisito(s): Não há.

Ementa: Apresenta experiências de produções de eventos culturais, promovendo um diálogo com as pessoas que produzem cultura na cidade e na região, com o intuito de estabelecer uma aproximação e possibilidades de criações de redes com a comunidade. Prevê-se que haja o envolvimento com setores, grupos e associações que realizam atividades culturais, com o intuito de colaborar para a plena realização de atividades, eventos e ações.

Objetivos:

Conhecer o setor cultural e as pessoas que atuam na cultura na cidade e na região;

Praticar a produção e a gestão cultural de forma crítica e coletiva;

Inserir-se e participar, de forma colaborativa, dos processos de produção e gestão de atividades culturais realizadas por grupos na cidade e região;

Compreender as relações possíveis entre a extensão universitária e a produção e gestão cultural junto com atores da cidade e região.

Bibliografia Básica:

NEITZEL, Adair de Aguiar; STEIL, Isleide; FRANCEZ, Letícia. Pesquisa educacional baseada em arte: a/r/tografia. Revista da FUNDARTE, [S. l.], v. 52, n. 52, 2022. DOI: 10.19179/rdf.v52i52.1097. Disponível em: <https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/article/view/1097>. Acesso em: 27 abr. 2024.

CESNIK, Fábio de Sá; MALAGODI, Maria Eugênia. Projetos culturais. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

THIRY-CHERQUES, Hermano R. Projetos culturais: técnicas de modelagem. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

Bibliografia Complementar:

RUBIM, Linda. Organização e produção da cultura. Salvador: EDUFBA, 2005.

Projetos Culturais: como elaborar, executar e prestar contas. Brasília : Instituto Alvorada Brasil : Sebrae Nacional, 2014.

MAHL, Marcelo Lapuente; CAMPOS, Raquel Discini de. A formação teatral no interior de São Paulo, segundo Humberto Sinibaldi Neto: uma história do FIT, o Festival Internacional de Teatro de São José do Rio Preto (1969-2016). ArtCultura Uberlândia, v. 26, n. 49, p. 210-220, jul.-dez. 2024

Economia Criativa

Carga horária: 60H (60H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa: A disciplina "Economia Criativa" estuda como a criatividade, a cultura e o conhecimento são transformados em produtos, serviços e bens que geram valor econômico e social. Ela abrange setores como arte, design, moda, música, tecnologia e mídia, focando na geração de trabalho e renda a partir do capital intelectual e cultural, além de promover a diversidade cultural e o desenvolvimento humano. Investiga o potencial da criatividade e da cultura como fontes de desenvolvimento econômico e social. Aspectos Fundamentais: Fundamentos da Economia Criativa: Explora a base teórica do conceito, buscando a compreensão da articulação entre criatividade, cultura e capital intelectual e as relações econômicas. Inovação e Empreendedorismo: Discute como a criatividade e a inovação são motores para a criação de novos arranjos econômicos para a solução de problemas. Gestão e Produção: Oferece ferramentas e métodos de trabalho para a atuação em diferentes segmentos criativos, desde a produção de bens e serviços até o empreendedorismo. Impacto Econômico e Social: Foca em como a economia criativa gera oportunidades de trabalho, renda, exportação e como ela pode contribuir para o desenvolvimento humano e a sustentabilidade das comunidades. Técnicas e Tecnologias: Examina o uso de tecnologias e técnicas que agregam valor ao capital intelectual e cultural. Territórios criativos em redes: Examina as conexões em redes de cidades e territórios criativos em níveis estaduais, nacionais e internacionais.

Objetivos:

Compreender os fundamentos da Economia Criativa;
Conhecer experiências aplicadas de Economia Criativa;
Investigar diferentes arranjos econômicos de produção de bens culturais e de geração de renda;
Examinar como se constituem as políticas públicas que fomentam a Economia Criativa no cenário local, regional e nacional.

Bibliografia Básica:

REIS, Ana Carla Fonseca. Economia da Cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura. São Paulo: Manole, 2007.
CALABRE, Lia. Políticas Culturais: Informações, territórios e economia criativa. São Paulo/RJ: Itaú Cultural/Fundação Casa Ruy Barbosa, 2013.
SILVA, Jonas de Paula e; MAYBUK, Sérgio Luiz. Crises econômicas e as modalidades economia solidária e economia criativa. Brazilian Journals, 2021.

Bibliografia Complementar:

LEITÃO, Cláudia Sousa (org.). Criatividade e emancipação nas comunidades-rede: contribuições para uma economia criativa brasileira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

DRAVET, F. MARQUES A. e CHAVES, B. Perspectivas teóricas e aplicadas na pesquisa em Economia Criativa no Brasil: Revisão de escopo, Revista brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 19, n. 3, 2022.

REIS, A. C. F. Economia criativa como estratégia de desenvolvimento. Garimpo de soluções e Itaú Cultural, 2008.

ORTIZ, Felipe Chibás. Criatividade, inovação e empreendedorismo: startups e empresas digitais na economia criativa. Phorte Editora, 2021.

ALVES JÚNIOR, Edivaldo Bezerra. Economia criativa no Brasil: uma revisão bibliográfica sobre sua importância e desenvolvimento. Repositório UFPE, 2023.

Laboratório de Práticas Cênicas, Visuais e Musicais

Carga horária: 60H (60H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa: Experimentações cênicas, visuais e musicais. Conceituação das obras criadas. Diálogos interdisciplinares em Arte. Demonstrações dos processos de criação e/ou resultados finais. Discussão pública sobre os processos.

Objetivos:

Colocar em prática projetos e/ou pesquisas desenvolvidas ao longo dos semestres anteriores como forma de experimentação do processo de criação de uma obra artística. Fornecer ao artista pesquisador suporte teórico-prático e espaço criativo para as primeiras demonstrações públicas originadas no BI Artes.

Bibliografia Básica:

COHEN, Renato. Work in progress na Cena Contemporânea. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DOMINGUES, Diana (org). A arte no século XXI: a humanização das tecnologias. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. [G 700.105 A786a Biblioteca Comunitária]

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. Tradução Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental, 2005. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/164394/partilha+do+sensivel+ranciere.pdf> Acesso em: 18 nov. 2025

Bibliografia Complementar:

GROYS, Boris. Arte en Flujo – Ensaios sobre la evanescencia del presente. Traducción Paola Cortes Rocca. Buenos Aires: Caja Negra, 2016. Disponível

em:

<https://catedracaceres.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/03/boris-groys-arte-en-flujo-2016.pdf> Acesso em: 18 nov. 2025.

RENNÓ, Iara. Macunaíma Ópera Tupi: Álbum completo. São Paulo: Selo Sesc, 2008. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5oqkrur0W_I Acesso em: 18 nov. 2025.

ROLNIK, Suely. Cartografia Sentimental. Porto Alegre: Sulinas; Editora da UFRGS, 2011. Disponível em: https://monoskop.org/images/e/e3/Rolnik_Suely_Cartografia_sentimental_transformacoes_contemporaneas_do_desejo_2006.pdf Acesso em: 18 nov. 2025.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Estética e política, memória e esquecimento: novos desafios na era do Mal de Arquivo. Remate de Males, Campinas, SP, v. 29, n. 2, p. 271–281, 2010. DOI: 10.20396/remate.v29i2.8636279. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636279> Acesso em: 18 nov. 2025.

ZILIO, Carlos. Da Antropofagia à Tropicália. Revista Arte&Ensaio. Rio de Janeiro: PPGAV-EBA-UFRJ. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/52100> Acesso em: 18 nov. 2025.

Arte e Interfaces Sociais

Carga horária: 60H (60H Extensão)

Requisito(s): Não há.

Ementa: Estuda as relações entre as práticas e manifestações artísticas e os contextos sociais em que se inserem, analisando a arte como um campo expandido de mediação cultural, participação, engajamento político e transformação coletiva. Investiga de que modo a arte contribui para a reflexão crítica, a inclusão social, o fortalecimento comunitário e a construção de processos de mudança, dialogando com áreas como saúde, educação, economia e outros campos do conhecimento. Reflete e vivencia projetos que articulam diferentes linguagens artísticas em parceria com a sociedade civil, com ênfase em ações colaborativas, territoriais, interculturais e decoloniais, promovendo a integração entre arte, comunidade e educação.

Objetivos:

Analisar as relações existentes e potenciais entre as manifestações artísticas e as interfaces sociais, tais como a saúde, a educação e a economia e pesquisar articulações entre as manifestações artísticas e culturais da cidade e da região com as diversas interfaces sociais. SUGESTÃO 2: Compreender as interações entre arte, sociedade e práticas comunitárias. Refletir sobre a

dimensão ética e política das artes na esfera pública. Investigar experiências artísticas participativas em diferentes contextos sociais. Estimular práticas colaborativas entre artistas, grupos e territórios.

Bibliografia Básica:

ADORNO, Theodor W. Teoria estética. Martins Fontes, 1970.

FARIAS, Edson; FERNANDES, Dmitri; COUTO, Bruno (Orgs.). Arte/cultura nas ciências sociais. Editora UFJF, 2019.

Bibliografia Complementar:

BUENO, Maria Lúcia. Arte e cultura na modernidade-mundo: sociologia da cultura e da arte (ensaios). Editora UFJF, 2021.

SOUTTO MAYOR, Ana Lucia de Almeida; SOARES, Verônica de Almeida. Arte e Saúde: desafios do olhar. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008

BARBOSA, Ana Mae. Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez, 1996

CARVALHO, Edvaldo do Nascimento; BASTOS, Argemiro Midonês. O mundo do trabalho por meio da arte. Editora CRV, 2025.

GOMES, Elaine. Turismo cultural: mediação de visitas. Editora Senac São Paulo, 2023.

Arte e Cultura Digital

Carga horária: 60H (30H Teórica; 30H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa: Aborda a intersecção entre a criação artística e as tecnologias digitais, explorando o impacto das tecnologias na cultura e nos processos criativos, a estética digital, as novas mídias, a inteligência artificial e a participação do público na produção e circulação das obras. Propõe reflexões éticas e estéticas em relação aos processos de criação em ambientes virtuais, considerando a atual contemporaneidade.

Objetivos:

Compreender e analisar as teorias da arte e cultura digital; estabelecer diálogos entre a história da arte e as novas formas de expressão digital e desenvolver uma postura crítica, ética e responsável diante do universo digital.

Bibliografia Básica:

SANTAELLA, Lúcia. Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

MEDEIROS, Juliana. Criatividade, inteligência artificial e direitos autorais. Editora Dialética, 2025.

COELHO, Teixeira. Sinais e maravilhas: da arte & cultura na era digital. São Paulo: Iluminuras, 2021.

Bibliografia Complementar:

ARANTES, Priscila. Arte e Mídia no Brasil: por uma estética em tempo digital. Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

SÁ, João Carlos da Silva; BORGATTO, Antônio Fernando. Inteligência artificial e arte: o humano e a busca pelo seu duplo. Revista Polymatheia, v. 15, n. 30, p. 96–112, 2022.

ALVES, Carolina Dantas. A inteligência artificial generativa e o mundo da arte: novos modos de presença ou meros sistemas algorítmicos?. Revista Aniki: Revista Brasileira de Comunicação e Arte, v. 6, n. 1, p. 116–134, jan./abr. 2025.

ALVES DA VEIGA, Pedro. Média-Arte Digital – Ampliando Conceitos. Universidade Aberta, 2020.

LEMONS, André; SAVAZONI, Rodrigo (org.). Cultura em rede: ensaios sobre cultura e novas mídias. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.

Cultura e Artes Inclusivas

Carga horária: 60H (30H Teórica; 30 Extensão)

Requisito(s): Não há.

Ementa: A disciplina "Arte e Cultura Inclusiva" se dedica a analisar e aplicar as manifestações artísticas e culturais como ferramentas para a promoção da inclusão social, acessibilidade, valorização da diversidade e combate ao preconceito. Aponta como a produção e a fruição cultural podem ser planejadas e executadas a partir da inclusão e participação das pessoas com deficiência. Aspectos Fundamentais: Fundamentos da inclusão: Análise de conceitos como diversidade, equidade, acessibilidade e direitos culturais para pessoas com deficiência e outros grupos sub-representados no setor cultural. Arte como potência de inclusão: Estudo das diferentes linguagens artísticas (teatro, dança, música, artes visuais) e seu potencial para a inclusão, expressão e autoconhecimento. Acessibilidade cultural: Análise de estratégias e tecnologias assistivas para conceber e tornar eventos, museus, exposições e obras de arte acessíveis a todas as pessoas, incluindo a audiodescrição e a Língua Brasileira de Sinais (Libras), por exemplo. Cultura e diversidade: Abordagem sobre como a arte visibiliza culturas minorizadas, combatendo o preconceito e promovendo a valorização das diferenças. Políticas públicas e inclusão cultural: Debate sobre a legislação e as iniciativas governamentais que fomentam a produção e o acesso à cultura inclusiva, incluindo editais, prêmios e demais modalidades. História da arte inclusiva: Estudo de artistas, movimentos e iniciativas que ao longo da história buscaram romper barreiras e promover a participação de grupos historicamente sub-representados no cenário artístico e cultural.

Objetivos:

Promover a inclusão e a acessibilidade junto com pessoas com deficiência no campo das artes e da produção cultural; Desconstruir discursos capacitistas e combater preconceitos e discriminações relacionadas às pessoas com deficiência;

Visibilizar e celebrar a contribuição das pessoas com deficiência em diversas áreas, como música, teatro, dança, culinária, religião, cinema, etc.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, T. C. Arte e Inclusão: o caminho para a diversidade. Wak Editora, 2011.

MENDES, C. R.; LARA, L. S. Acessibilidade cultural no Brasil: o desafio da política pública. Editora Fiocruz, 2015.

FIGUEIRA, E. Introdução Geral à Educação Inclusiva. Instituto Paradigma, 2024.

Bibliografia Complementar:

KUPERMAN, A. Museus acessíveis: práticas e desafios. Editora Pinacoteca de São Paulo, 2018.

REILY, L.H. Armazém de imagens: ensaio sobre a produção artística da pessoa com deficiência. Campinas: Papyrus: 2001

SOMERA, N. O artista com deficiência no Brasil: arte, inclusão social e campo artístico. 2008. 157f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas

TOJAL, A.P.F. Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus. 2007. 322f. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Produção de Eventos Culturais II

Carga horária: 60H (30H Prática; 30H Extensão)

Requisito(s): Não há.

Ementa: A disciplina de Produção de Eventos Culturais II aborda a concepção, o planejamento e a operacionalização avançada de projetos e eventos culturais. Aprofunda os conceitos estudados até este momento do curso, com foco na experimentação prática do processo de produção e de gestão cultural. Prevê-se que haja o envolvimento com setores, grupos e associações que realizam atividades culturais, com o intuito de colaborar para a plena realização de atividades, eventos e ações. Aspectos Fundamentais: Aprofundamento em práticas de produção e gestão de projetos culturais: Desenvolvimento e operacionalização de projetos e eventos culturais de maior complexidade. Gestão de espaços culturais: Compreensão das funções, significados e gestão de espaços culturais. Circuitos culturais: Envolvimento e

participação em grupos da cidade e região que atuam no setor cultural. Modelos de gestão: Análise de práticas de gestão cultural em diferentes setores (público, privado e comunitário). Desenvolvimento de projetos: Habilitação do estudante para a prática, incluindo a criação de projetos operacionais para eventos específicos, como shows, espetáculos de dança e teatro, mostras audiovisuais, feiras culturais, etc.

Objetivos:

Praticar a produção e a gestão cultural de forma crítica e coletiva;
Inserir-se e participar, de forma colaborativa, dos processos de produção e gestão de atividades culturais realizadas por grupos na cidade e região;
Compreender as relações possíveis entre a extensão universitária e a produção e gestão cultural junto com atores da cidade e região.

Bibliografia Básica:

CESNIK, Fábio de Sá; MALAGODI, Maria Eugênia. Projetos culturais. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

THIRY-CHERQUES, Hermano R. Projetos culturais: técnicas de modelagem. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

RUBIM, Linda. Organização e produção da cultura. Salvador: EDUFBA, 2005.

Bibliografia Complementar:

Projetos Culturais: como elaborar, executar e prestar contas. Brasília : Instituto Alvorada Brasil : Sebrae Nacional, 2014.

MAHL, Marcelo Lapuente; CAMPOS, Raquel Discini de. A formação teatral no interior de São Paulo, segundo Humberto Sinibaldi Neto: uma história do FIT, o Festival Internacional de Teatro de São José do Rio Preto (1969-2016). ArtCultura Uberlândia, v. 26, n. 49, p. 210-220, jul.-dez. 2024

Trabalho de Conclusão de Curso I

Carga horária: 60H (30H Teórica; 30H Prática)

Requisito(s): 990 horas de atividades curriculares obrigatórias

Ementa:

Introdução ao processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso no âmbito do Bacharelado Interdisciplinar em Artes. Estudo de métodos e abordagens interdisciplinares que articulam teoria e prática artística. Definição do tema, delimitação do objeto, construção do referencial teórico e metodológico, planejamento da prática artística e do produto final. Discussão sobre ética na pesquisa, práticas criativas e interfaces sociais, culturais, políticas e econômicas da Arte. Elaboração do pré-projeto do TCC com orientação docente.

Objetivos:

Compreender os fundamentos e as etapas da pesquisa em Artes;
Incentivar a articulação entre pensamento crítico e prática artística;
Definir o tema e os objetivos do TCC em consonância com os interesses do estudante;
Desenvolver um plano de trabalho que integre teoria, prática e reflexão crítica;
Produzir o pré-projeto de TCC.

Bibliografia Básica:

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
COSTA, Cristina. O conhecimento na prática: pesquisa qualitativa em artes e ciências humanas. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

ROUXEL, Annie. Pesquisa em arte: por uma abordagem crítica. Porto Alegre: Sulina, 2016.
BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
HERNÁNDEZ, Fernando. Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Trabalho de Conclusão de Curso II

Carga horária: 60H (30H Teórica; 60H Prática)

Requisito(s): Trabalho de Conclusão de Curso I

Ementa:

Execução do projeto de TCC proposto na disciplina TCC I. Desenvolvimento do produto artístico e/ou da monografia reflexiva, articulando processo criativo, fundamentos teóricos e análise crítica. Acompanhamento contínuo da produção prática e escrita por meio de orientações individuais ou em grupo. Preparação para a apresentação pública do TCC, incluindo aspectos técnicos, estéticos e discursivos. Avaliação dos resultados obtidos e reflexões sobre o percurso realizado.

Objetivos:

Implementar o projeto proposto no TCC I, integrando produção artística e pesquisa teórica;
Estimular a autonomia criativa e investigativa do estudante;
Promover reflexões críticas sobre o processo de criação e as interfaces das Artes com a sociedade;

Preparar e realizar a apresentação pública do TCC em formatos diversos, conforme a linguagem artística escolhida;
Finalizar e entregar a monografia reflexiva com qualidade e rigor acadêmico e coerência com o processo vivido.

Bibliografia Básica:

LIMA, Jorge (Org.). Processos de criação artística: reflexões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2012.

FUSARI, José Cerchi; FERRAZ, Maria Heloisa C. Metodologia do ensino de arte. São Paulo: Cortez, 2001.

ESTEBAN, Maria Teresa. O avesso do bordado: ensaios sobre escrita e pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Bibliografia Complementar:

DANTO, Arthur. O que é a arte. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

COHEN, Renato. Performance como linguagem. São Paulo: Perspectiva, 2002.

REIS, Heloisa Helena Pimenta (Org.). Arte e educação: propostas para a prática interdisciplinar. Campinas: Papirus, 2006.

10.3.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS

Comunicação e Cultura
Carga horária: 60H (30H Teórica; 30H Prática)
Requisito(s): Não há.
Ementa: Estuda a interdependência entre esses dois campos, analisando como a comunicação molda a cultura e como a cultura influencia a forma como nos comunicamos. Compreende as diversas manifestações culturais em diferentes contextos sociais e midiáticos, bem como as teorias que fundamentam esses processos. Integra a teoria com a aplicação prática, a fim de analisar e produzir conteúdos que refletem e influenciam os contextos culturais.
Objetivos: Compreender os fundamentos teóricos da relação entre comunicação e cultura; Analisar a relação entre a comunicação e a cultura, considerando os aspectos participativos da sociedade e a presença de políticas públicas do setor; Identificar como a comunicação e a cultura local pode ser um recurso para a criação de oportunidades sociais, econômicas e de pertencimento comunitário; Criar peças comunicativas em conjunto com manifestações culturais.
Bibliografia Básica: MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. História das teorias da comunicação. Loyola, 1999. ROCHA, Everardo. A sociedade do sonho: comunicação, cultura e consumo. Mauad, 1994.
Bibliografia Complementar: SANTAELLA, Lúcia. Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003. CABRAL, Eula Dantas Taveira; CABRAL FILHO, Adilson Vaz (Orgs.). Comunicação e cultura no Brasil. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Brasiliense, 1994. MATTELART, Armand. História da sociedade da informação. São Paulo: Loyola, 2002.

Cultura e Desenvolvimento Local

Carga horária: 30H (30H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Aborda a interconexão entre os processos culturais que mobilizam o território composto pela cidade de São José do Rio Preto e sua região e o seu desenvolvimento social e econômico, destacando em como tradições, valores, processos e práticas culturais potencializam a reflexão crítica, a melhoria da qualidade de vida e do dinamismo social e econômico da região. A disciplina analisa a cultura como uma dimensão simbólica e material essencial para a criação de soluções e a formação de políticas públicas que atendam às necessidades específicas do território.

Objetivos:

Analisar a relação entre os aspectos culturais e os projetos de desenvolvimento local, considerando os aspectos participativos da sociedade e a presença de políticas públicas do setor;
Identificar como a cultura local pode ser um recurso para a criação de oportunidades sociais, econômicas e de pertencimento comunitário;
Compreender a influência da cultura na formação de políticas públicas que fortaleçam o desenvolvimento local;
Promover o debate acerca da construção coletiva de identidade e de pertencimento entre os membros da comunidade, valorizando suas práticas culturais.

Bibliografia Básica:

BADALOTTI, Rosana Maria; COMERLATTO, Dunia (Orgs.). Território, territorialidades e estratégias de desenvolvimento regional. Passo Fundo: IMED, 2016.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2008.

Bibliografia Complementar:

BORGES, Analu Garcia. Cidadania, Cultura e Território: Práticas educativas dos coletivos culturais com a universidade nas bordas de São Paulo. Tese de Doutorado, FAUUSP, 2016.

BARBOSA, Jorge Luiz; DE CASTRO, Flávia Lages; RODRIGUES, Luiz Augusto (Orgs.). Coleção Cultura e Território. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

FREITAS, Letícia Lima de. Culturas e territórios. Fiocruz, 2024.

MIKLOS, Jorge. Cultura e desenvolvimento local: ética e comunicação comunitária. São Paulo: Érica, 2014.

KASHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEF, Ivan. Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande, v. 3, n. 4, março de 2002.

Direitos Culturais e Cidadania

Carga horária: 30H (30H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Trabalha a relação entre a cultura, os direitos humanos e a participação da cidadã e do cidadão na sociedade, abordando temas como a proteção do patrimônio cultural, o acesso à cultura, a valorização da diversidade, a liberdade de expressão e os deveres de cada uma e cada um para com a comunidade. Propõe reflexões sobre o papel dos profissionais de produção cultural, considerando a capacidade de reconhecer, valorizar e participar ativamente na vida cultural, promovendo a cidadania plena.

Objetivos:

Desenvolver a reflexão crítica entre a relação da cultura e dos direitos humanos;
Promover a participação ativa na proteção e valorização do patrimônio cultural local e nacional;
Fomentar a compreensão da importância da cultura como um direito humano e um elemento-chave para o exercício da cidadania e para o fortalecimento da democracia;
Colaborar com a formação de cidadãs e cidadãos conscientes de seus direitos e deveres na esfera cultural;
Colaborar com a formação de profissionais de produção cultural que atuem na perspectiva de defesa dos direitos humanos.

Bibliografia Básica:

CHAUÍ, Marilena. Cidadania Cultural: Política cultural e cultura política novas. São Paulo: Autêntica Editora, 2024.
CUNHA FILHO, Francisco Humberto. (F)atos, política(s) e direitos culturais: experimentações cotidianas. Editora Dialética, 2021.
CANCLINI, Néstor García. As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Bibliografia Complementar:

SANTOS, José Luís. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric (organizadores). Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EdUSP), 2005.

GOHN, Maria da Glória. Cidadania e direitos culturais. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 118-124, 2005.

Divulgação Cultural

Carga horária: 60H (30H Teórica; 30H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Aborda o processo de publicização e de valorização de eventos, expressões artísticas e manifestações culturais, com o objetivo de torná-las acessíveis ao público, gerar interesse, fortalecer a identidade de grupos, comunidades, empresas e instituições e promover a diversidade e os saberes locais. Abrange a aplicação de métodos e estratégias para comunicar a cultura, utilizando tanto a mídia tradicional quanto as novas tecnologias digitais e mídias sociais para aumentar a visibilidade e o engajamento do público. Propõe, também, práticas experimentais de divulgação cultural construídas junto a setores artísticos e de produção cultural da cidade e região.

Objetivos:

Analisar as diversas metodologias adotadas nos processos de divulgação cultural;
Experimentar, de forma criativa, o uso de mídias digitais para alcançar diferentes públicos e divulgar conteúdos culturais;
Promover atividades artísticas e culturais que incentivem a participação e o interesse pelas artes;
Promover espaços e momentos de interações com a sociedade civil para fomentar e valorizar os saberes e a diversidade cultural do país;
Criar processos e peças de divulgação cultural em conjunto com setores artísticos e culturais da cidade e da região.

Bibliografia Básica:

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede (volume 1 de A era da informação: economia, sociedade e cultura). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1995.
CAREY, James W. Comunicação como cultura: ensaios sobre mídia, tecnologia e sociedade. Tradução de Sérgio Moraes Rego. São Paulo: Edições Loyola, 2009

Bibliografia Complementar:

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
SODRÉ, Muniz. A comunicação do grotesco: introdução à cultura de massa brasileira. Petrópolis: Vozes, 1977.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Cultura e democratização na Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.
KIGNEL, Piatã Stoklos. Comunicação e marketing cultural. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2023

Formação em Produção Cultural

Carga horária: 30H (30H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Aborda os aspectos formativos do profissional que atua no planejamento, gestão e execução de projetos e eventos culturais e artísticos, proporcionando uma reflexão crítica sobre o processo de produção cultural em diversas áreas como teatro, música, cinema e artes visuais. Também propõe análises de estratégias no gerenciamento de iniciativas culturais, na elaboração de projetos para captação de recursos e na produção, distribuição e consumo de bens culturais, conectadas com os desafios da contemporaneidade.

Objetivos:

Refletir, de forma crítica, sobre a formação de profissionais que atuam na produção cultural;
Analisar ações e estratégias utilizadas nos processos de produção cultural;
Refletir sobre o papel do profissional que atua na produção cultural diante dos desafios contemporâneos;
Refletir sobre a relação entre cultura, mercado e consumo.

Bibliografia Básica:

CESNIK, Fábio de Sá; MALAGODI, Maria Eugênia. Projetos culturais. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000.
GADELHA, Rachel. Produção cultural: conformações, configurações e paradoxos. Armazém da Cultura, 2015

Bibliografia Complementar:

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de Políticas Culturais. Iluminuras, 1999.
CARINE, Bárbara. Como ser um educador antirracista. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2023.
FREIRE, Paulo. Direitos humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública da cidade de São Paulo. Organização e notas de Ana Maria Araújo Freire e Erasto Fortes Mendonça. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020

Gestão e Financiamento Cultural

Carga horária: 60H (60H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Aborda os aspectos administrativos, operacionais e financeiros do setor cultural, bem como suas interfaces sociais e econômicas. Promove a prática e a reflexão acerca dos processos de elaborar, coordenar, executar e avaliar projetos, além de buscar recursos para fomentar a produção cultural.

Objetivos:

Analisar as possibilidades existentes para a realização da gestão e do financiamento do setor cultural na contemporaneidade;
Associar a economia criativa com diferentes arranjos, tais como o empreendedorismo e a economia solidária, a criação de redes cooperativistas, além das possibilidades que se apresentam no atual cenário do mercado cultural;
Elaborar, coordenar e executar projetos culturais, considerando os caminhos para a busca de financiamento e as metodologias para a prestação de contas;
Avaliar criticamente como se configura o cenário da produção cultural, verificando suas possibilidades de sustentabilidade e de inclusão de atores historicamente excluídos deste processo.

Bibliografia Básica:

RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim; VASCONCELOS, Fernanda Pimenta (Org.). Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estados e distrito federal. Salvador: Edufba, 2017
BARROS, José Márcio; BEZERRA, Jocastra Holanda (Org.). Gestão cultural e diversidade: do pensar ao agir. Belo Horizonte, MG: EdUEMG, 2018
MENEZES, Henilton. A Lei Rouanet muito além dos (f)atos. São Paulo: Distribuidora Loyola, 2016

Bibliografia Complementar:

SANTANA, Fernando. (Org.). Gestão cultural e diversidade: da teoria à prática. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2018.
DRUMMOND, Maria de Fátima. Financiamento da Cultura no Brasil: aspectos históricos e conceituais. Belo Horizonte: EDUFMG, 2010.
PELEGRINI, Marília. Marketing cultural e financiamento da cultura. Garimpo de Soluções, 2016.
REIS, Ana Carla Fonseca. O financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado. São Paulo: Thomson, 2006.
SILVA, A. C. F. P.. Financiamento Cultural - Horizontes Brasileiros. 1. ed. Brasília: Ed. da Autora, 2024

Legislação e Direitos da Cultura

Carga horária: 30H (30H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Compreende o quadro normativo que protege a cultura como um direito humano fundamental no Brasil, abordando a Constituição Federal, o papel do Estado no fomento cultural, a proteção do patrimônio cultural (material e imaterial) e a promoção do acesso democrático à cultura, articulando o arcabouço legislativo do setor cultural com as demandas sociais, fomentando a reflexão acerca de políticas públicas efetivas e eficiente para o setor cultural. O conteúdo programático também prevê a abordagem de temas relativos aos direitos autorais, à promoção, valorização e defesa das diversidades culturais e a educação para o reconhecimento da pluralidade de manifestações culturais que compõem a sociedade brasileira.

Objetivos:

Compreender a cultura como um elemento central para o pleno exercício da cidadania e para o fortalecimento de uma sociedade cada vez mais democrática;

Ampliar o conhecimento acerca do arcabouço normativo que ampara o setor cultural no Brasil, considerando as dimensões nacionais, regionais e locais;

Formar profissionais capazes de atuar no campo da gestão e da política cultural;

Promover a reflexão crítica sobre as relações entre Estado, cultura e sociedade;

Promover o acesso a instrumentos legais e políticas públicas voltadas para a área cultural.

Bibliografia Básica:

DRUMMOND, Alessandra; NEUMAYR Rafael (orgs.). Direito e cultura: aspectos jurídicos da gestão e produção cultural. Belo Horizonte: Artmanagers, 2011.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto; BOTELHO, Isaura; SEVERINO, José Roberto. Direitos Culturais. Salvador: EDUFBA, 2018.

BEZERRA, Tony Gigliotti. A emergência do Sistema Nacional de Cultura. Curitiba: Appris, 2022.

Bibliografia Complementar:

SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra (orgs.). Bens Culturais e Direitos Humanos. São Paulo: SESC, 2015.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. Cultura neoliberal. Leis de incentivo como política pública de cultura. São Paulo, Escrituras / Instituto Pensarte, 2004.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

PEDRO, Jesús Prieto de. Direitos culturais, o filho pródigo dos direitos humanos. In: REVISTA OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL, São Paulo, n. 11, p. 43-48, jan./abr. 2011.

SILVA, José Afonso da. Ordenação constitucional da cultura. São Paulo: Malheiros, 2001.

Pesquisa em Produção Cultural I

Carga horária: 30H (30H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

A disciplina se concentra em aprofundar o conhecimento teórico e a aplicação prática de metodologias de pesquisa para a produção cultural, além de analisar as principais temáticas abordadas nas pesquisas do campo da produção cultural. Também considera que as práticas empreendidas nos processos de produção cultural constituem um campo para pesquisas que fortalecem a interlocução entre teoria e prática.

Objetivos:

Apresentar o universo das pesquisas realizadas no campo da produção cultural;

Refletir como as pesquisas no campo da produção cultural se articulam e influenciam dinâmicas sociais, econômicas, raciais, de gênero, etc.;

Analisar artigos e produções teóricas no campo da produção cultural;

Refletir sobre o papel da pesquisadora e do pesquisador do campo da produção cultural diante dos desafios contemporâneos.

Bibliografia Básica:

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de Políticas Culturais. Iluminuras, 1999

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Bibliografia Complementar:

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo R. (orgs.) Pesquisa participante: o saber da partilha. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

GADELHA, Rachel. Produção cultural: conformações, configurações e paradoxos. Armazém da Cultura, 2015.

Pesquisa em Produção Cultural II

Carga horária: 30H (30H Teórica)

Requisito(s): Produção de Eventos Culturais I

Ementa:

A disciplina se concentra em operacionalizar o processo de pesquisa na área da produção cultural, analisando textos científicos do campo da produção cultural, bem como as experimentações artísticas e estéticas envolvidas nas produções contemporâneas. Sugere experimentações e esboços para possíveis pesquisas no campo da produção cultural.

Objetivos:

Conhecer a linguagem científica adotada em produções textuais no campo da produção cultural;
Ampliar o repertório acerca das experimentações estéticas e artísticas inovadoras na contemporaneidade;
Refletir como as pesquisas no campo da produção cultural se articulam e influenciam dinâmicas sociais, econômicas, raciais, de gênero, etc.;
Esboçar e experimentar a redação de notas científicas acerca do campo da produção cultural.

Bibliografia Básica:

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Projetos culturais: técnicas de modelagem. 2 ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006.
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. Cortez, 2013.
BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo R. (orgs.) Pesquisa participante: o saber da partilha. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

Bibliografia Complementar:

BURKE, Peter. O que é história cultural? Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005
MARTINS, R; TOURINHO, T (Orgs.). Processos e práticas de pesquisa em cultura visual e educação. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013
CASTRO, Celso (Org.). Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

Produção de Eventos Culturais III

Carga horária: 60H (30H Prática; 30H Extensão)

Requisito(s): Produção de Eventos Culturais II

Ementa:

Espaço de prática em relação aos processos de produção e gestão cultural, abordando a concepção, o planejamento e a operacionalização avançada de projetos e eventos culturais. Aprofunda os conceitos estudados até este

momento do curso, com foco na experimentação prática do processo de produção e de gestão cultural. Prevê-se que haja a realização de ações culturais que se articulem com práticas antirracistas, anticapacitista, antilgbtfóbica e que promova a pluralidade cultural como fundamento para a construção de uma sociedade cada vez mais democrática.

Objetivos:

Praticar a produção e a gestão cultural de forma crítica e coletiva, aliando a produção cultural com a defesa dos direitos humanos;
Refletir sobre o papel social do profissional de produção cultural, no bojo da construção de uma sociedade cada vez mais democrática.

Bibliografia Básica:

COELHO NETO, J. T. O que é ação cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.
MANDARON, Rachel. Produção de Eventos Culturais: Iniciando - passo a passo. E-book. Amazon, 2022.
ALBUQUERQUE, A. et al. Direitos humanos, políticas públicas e mudança social: diálogos e tensionamentos. Pimenta Cultural, 2020.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Jefferson Fernandes; SILVA, Carlos Alberto Ferreira da; BERSELLI, Marcia. Artes Cênicas e Acessibilidade Cultural: contextos de desaprendizagens (Org.) Natal: SEDIS-UFRN, 2022.
CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.
VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. Diversidade sexual e homofobia no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2011

Redes e Cooperativismo Cultural

Carga horária: 60H (30H Teórica; 15H Prática; 15H Extensão)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Mobiliza conteúdos acerca das possibilidades de arranjos de organização colaborativa em rede e os princípios do cooperativismo, como potência para fortalecer a cultura, a produção e as iniciativas artísticas e culturais. Propõe uma reflexão sobre as inter-relações entre diversos atores sociais e as tecnologias de comunicação para a gestão cultural e a promoção do desenvolvimento social, por meio de redes colaborativas e do papel articulador do profissional de produção cultural neste sistema.

Objetivos:

Avaliar experiências de redes colaborativas no campo da produção e da gestão cultural;

Avaliar experiências de arranjos econômicos no campo da economia criativa que os princípios de colaboração e impacto social;
Refletir, de forma crítica, sobre a mobilização de redes sociais para a promoção e o ativismo cultural;
Localizar o espaço das diversidades culturais nos sistemas de redes colaborativas;
Compreender o cooperativismo, as formações de redes e a economia solidária como processos potentes para orientar políticas públicas no campo da economia criativa.

Bibliografia Básica:

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
VAZ, Sérgio. Cooperifa: antropofagia periférica. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008
TURINO, Célio. Por todos os caminhos: pontos de cultura na América Latina. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020

Bibliografia Complementar:

FRANTZ, Walter. Associativismo, cooperativismo e economia solidária. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.
OLIVEIRA, Paulo de Salles. Cultura Solidária em Cooperativas: Projetos Coletivos de Mudança de Vida. São Paulo: Edusp, 2005.
RUBIM, Antonio. Políticas e Redes de Intercâmbio e Cooperação em Cultura no Âmbito Ibero-Americano. 2005.
REIS, Ana Carla Fonseca. Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável: o caleidoscópio da cultura. Barueri: Manole, 2006

Seminários Avançados em Produção Cultural I

Carga horária: 30H (30H Teóricas)

Requisito(s): 1000 horas de atividades curriculares obrigatórias

Ementa:

Espaço para que sejam apresentados reflexões acerca do campo da produção cultural e de suas interfaces com as dinâmicas sociais. Prevê-se que seja elaborado um texto científico e que o mesmo seja apresentado em sessão pública, com o intuito de se fomentar um debate sobre a produção cultural na contemporaneidade.

Objetivos:

Praticar o processo de pesquisa e de escrita no campo da produção cultural e de suas interfaces sociais;
Praticar a comunicação científica junto ao público, tendo como área de saber a produção cultural;

Refletir sobre o papel das pesquisas no campo da produção cultural, no bojo da construção de uma sociedade cada vez mais democrática.

Bibliografia Básica:

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaio sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão popular, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 2002.

Bibliografia Complementar:

CRIPPA, Giulia. Patrimônio cultural e decolonialidade: reflexões teóricas e práticas. In: Revista Memória, v. 8, n. 1, 2024.

URVALINO, Philippe. A Invenção da Política Cultural. São Paulo: Sesc SP, 2015.

Seminários Avançados em Produção Cultural II

Carga horária: 30H (30H Teóricas)

Requisito(s): Seminários Avançados em Produção Cultural I

Ementa:

Aprofundamento do espaço de reflexões acerca do campo da produção cultural e de suas interfaces com as dinâmicas sociais. Prevê-se que seja elaborado um texto científico e que o mesmo seja apresentado em sessão pública, com o intuito de se fomentar um debate sobre a produção cultural na contemporaneidade.

Objetivos:

Praticar o processo de pesquisa e de escrita no campo da produção cultural e de suas interfaces sociais;

Praticar a comunicação científica junto ao público, tendo como área de saber a produção cultural;

Refletir sobre o papel das pesquisas no campo da produção cultural, no bojo da construção de uma sociedade cada vez mais democrática.

Bibliografia Básica:

CHAUÍ, Marilena. O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1983

CARVALHO, Mário de Faria; SILVA, Everaldo Fernandes da; PAIVA, André Luiz dos S. (Org.). Educação e cultura popular. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais: diálogos possíveis. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

Bibliografia Complementar:

DOMINGUES, Petrônio. Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica. História (São Paulo), v. 30, n. 2, p. 401-419, 2011.
CEREZUELA, David Roselló. Planejamento e avaliação de projetos culturais: Da ideia à razão. Edições Sesc SP; 1ª edição, 2015

Tópicos em Acessibilidade Cultural

Carga horária: 30H (30H Extensão)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Aborda as dimensões da inclusão e da acessibilidade na produção e fruição da cultura. A acessibilidade e a inclusão no setor cultural tem como escopo de atuação identificar e sugerir a eliminação das múltiplas barreiras que impedem a participação plena de todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. O foco é a eliminação de entraves de ordem física, atitudinal, comunicacional e sensorial. O alinhamento entre as políticas públicas de inclusão e de cultura são fundamentais para a garantia e a ampliação de direitos, sobretudo das pessoas com deficiência. A disciplina possui uma dimensão prática que prevê a inserção em práticas culturais da cidade e região, a fim de se propor caminhos para iniciar ou ampliar iniciativas de acessibilidade e de inclusão.

Objetivos:

- Espaços culturais: Estratégias para tornar museus, galerias e teatros acessíveis;
- Projetos culturais: A importância de planejar a acessibilidade em todas as etapas, desde a concepção até a execução dos projetos;
- Formação de profissionais: Capacitação de equipes e agentes culturais para a implementação de ações inclusivas;
- Comunicação cultural: Produção de materiais acessíveis para a divulgação de eventos, garantindo que as informações cheguem a todos os públicos;
- Estudos de caso: Analisa exemplos de boas práticas e desafios enfrentados por instituições culturais na implementação da acessibilidade.

Bibliografia Básica:

CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (Orgs.). Acessibilidade em Ambientes Culturais. UFRGS, 2019.
LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira; PINTO, Isabela Cardoso; PEREIRA, Silvia de Oliveira. Políticas públicas e pessoa com deficiência: direitos humanos, família e saúde. Salvador: EDUFBA, 2011.
OLIVEIRA, Francisco Nilton Gomes de; HOLANDA, Gerda de Souza; DORNELES, Patrícia Silva; MELO, Juliana Valéria de (Orgs.). Acessibilidade cultural no Brasil: narrativas e vivências em ambientes sociais. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2016.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Camila Araújo. E se Experimentássemos Mais?: Contribuições Não Técnicas de Acessibilidade em Espaços Culturais. Editora Appris, 2021.

ALVES, Cíntia. (Anti)manual Prático de Acessibilidade Cultural. Vozes Diversas, 2025.

CARVALHO, Adélia A. S.; MOREIRA, Adriana; DE PAULA, Emerson; FONSECA, José Flávio G. (Orgs.). Norteando Experiências em Acessibilidade Cultural. eManuscrito, 2024.

FIGUEIRA, Emílio. As Pessoas Com Deficiência na História do Brasil: Uma trajetória de silêncio e gritos!. Wak, 2021.

TEIXEIRA, Carolina. Deficiência em Cena. João Pessoa: Ideia, 2011.

Tópicos em Produção Cultural Antirracista

Carga horária: 30H (30H Extensão)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Analisa como as manifestações culturais podem perpetuar ou combater as estruturas racistas da sociedade. Tem como proposta debater e promover práticas culturais que valorizem a história e a contribuição da população negra e de outros grupos oprimidos, buscando atrelar os processos de produção cultural, bem como os produtos, a luta antirracista. Prevê que seja realizado projeto de extensão universitária junto a setores que atuam na promoção e na criação das artes e das manifestações culturais na cidade e na região.

Objetivos:

Conhecer e dialogar tópicos relativos à formação de identidades culturais referenciadas na negritude e nas cosmovisões indígenas que compõem a diversidade cultural do povo brasileiro;

Verificar as práticas e processos em curso nas artes e nas produções culturais que contribuem para uma perspectiva antirracista;

, considerando aspectos culturais, sociais e históricos de tais elementos inseridos no contexto educativo de instituições de ensino básico e superior;

Debater assuntos como racismo, apropriação cultural e construção da história negra e das histórias indígenas no país, assim como suas influência;

Estimular práticas de produções culturais que se articulem com as as leis 10.639/03 e 11.645/08;

Propor uma ações extensionistas antirracistas junto com setores culturais da cidade e da região.

Bibliografia Básica:

ARAUJO, Emanuel (Org.). A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Museu Afro Brasil, 2010.

LOPES, Nei. História e cultura africana e afro-brasileira. São Paulo: Balsa Planeta, 2008.

JECUPÉ, Kaká Werá. A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2020.

Bibliografia Complementar:

SILVA, Petronilha B. G. Entre Brasil e África: construindo conhecimento e militância. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

POTIGUARA, Eliane. Metade cara, metade máscara. Rio de Janeiro: Grumim Edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). O Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Coleção Educação para a Diversidade. Brasília: SECAD-MEC, 2006.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. O Índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. MEC; UNESCO, 2006

Artes do Corpo I

Carga horária: 60H (60H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Práticas somáticas a partir do século XX. Corpo e autoconhecimento. Consciência corporal em movimento. Técnicas de movimento expressivo, criativo e cênico.

Objetivos:

Entender e trabalhar o corpo do ponto de vista da educação somática. Aprofundar o conhecimento da própria corporalidade. Conhecer os principais fundamentos para a análise do movimento expressivo. Investigar temáticas do corpo e do movimento em relação a etnias, classe, gênero e deficiência. Elaborar projetos que contemplem o corpo expressivo e o movimento.

Bibliografia Básica:

HERNANDÉZ, Márcia Maria Strazzacappa. Educação somática e artes cênicas: princípios e aplicações. Campinas, SP: Papyrus, 2013. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 nov 2025.

MILLER, Jussara. A escuta do corpo: sistematização da técnica Klauss Vianna. 4. ed. São Paulo: Summus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 nov 2025.

NEVES, Neide; MILLER, Jussara. Técnica Klauss Vianna – consciência em movimento. Ilinx – Revista do Lume Teatro – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Teatrais, UNICAMP, 2013. Disponível em: <https://www.cocen.rei.unicamp.br/revistadigital/index.php/lume/article/view/258/242> Acesso em: 21.setembro.2025.

Bibliografia Complementar:

BRIKMAN, Lola. A linguagem do movimento corporal. 1. ed. São Paulo: Summus, 2014. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 nov 2025.

CARON, Marina. Corpo, transborda: educação somática, consciência corporal e expressividade. 1. ed. São Paulo: Summus, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 nov 2025.

FERNANDES, Ciane. O corpo em movimento: O Sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em Artes Cênicas. São Paulo: Annablume, 2002. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/513853428/o-Corpo-Em-Movimento-o-Sistema-Laban-Bartenieff-Na-Formacao-e-Pesquisa-Em-Artes-Cenicas-1nbsped-Compress-Compactado>

MILLER, Jussara. Qual é o corpo que dança?: dança e educação somática para adultos e crianças. 1. ed. São Paulo: Summus, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 nov 2025.

SALDANHA, Suzana. Angel Vianna: sistema, método ou técnica? Rio de Janeiro : FUNARTE, 2009. [927 V617a Biblioteca Campus Sorocaba]

Artes do Corpo II

Carga horária: 60H (60H Prática)

Requisito(s): Artes do Corpo I

Ementa:

Educação somática. O corpo em cena. Composições em Dança e Teatro; Criação de cenas a partir das práticas do movimento. Aprofundamento das práticas e teorias corporais nas artes da cena, explorando o corpo como campo de criação, memória e pensamento.

Objetivos:

Realizar estudos práticos e teóricos sobre o corpo inserido em contextos específicos, considerando implicações sócio-político-históricas do corpo em movimento. Investigar manifestações culturais que envolvem corpo e movimento, inclusive da história pessoal de estudantes da turma. Refletir sobre as relações do corpo e seus contextos.

Bibliografia Básica:

GREINER, Christine. O Corpo: pistas para estudos indisciplinados. São Paulo: Annablume, 2005.

FERNANDES, Ciane. O Corpo em Movimento: o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas. São Paulo: Annablume, 2000.

STRAZZACAPPA, Márcia. Educação somática e artes cênicas. São Paulo: Papyrus Editora, 2012.

Bibliografia Complementar:

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BARBA, Eugenio; SAVARESE, Nicola. A Arte Secreta do Ator. São Paulo: Hucitec, 1995.

COHEN, Bonnie Bainbridge. Sentir, perceber e agir: Educação somática pelo método Body–Mind Centering. São Paulo: Edições Sesc, 2015. ISBN 978-8569298625.

FALCÃO, Inacyra. Corpo e ancestralidade: uma proposta pluricultural de dança-arte-educação. Salvador: EDUFBA, 2002.

MARQUES, Isabel. Revisitando a dança educativa moderna de Rudolf Laban. Sala Preta, [S. l.], v. 2, p. 276-281, 2011. DOI: 10.11606/issn.2238-3867.v2i0p276-281. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57104>. Acesso em: 22 maio. 2025.

Jogos e Improvisação II

Carga horária: 60H (60H Prática)

Requisito(s): Jogos e Improvisação

Ementa:

Aprofundamento dos princípios e práticas de jogos e improvisação nas artes da cena. Dinâmicas corporais, vocais e coletivas voltadas à criação e à escuta cênica, em diálogo com processos colaborativos e experimentais. Métodos de presença, atenção e composição no instante, articulando saberes do teatro e da dança em matrizes populares, afro-brasileiras e indígenas de jogo e performance.

Objetivos:

Aprofundar a compreensão e a prática dos jogos teatrais e da improvisação como processos de criação. Desenvolver a escuta, a atenção e a disponibilidade corporal e relacional em cena.

Investigar a improvisação como campo de experimentação estética. Valorizar práticas de jogo oriundas de diferentes tradições culturais.

Bibliografia Básica:

SPOLIN, Viola. Jogos teatrais: o fichário de Viola Spolin. Tradução de Ingrid Dormien Koudela. São Paulo : Perspectiva, 2012. [G 792.028 S762j.2 Biblioteca Comunitária]

BOAL, Augusto. Jogos para Atores e Não Atores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

SEABRA, Carlos. O Livro dos Jogos das Crianças Indígenas e Africanas. São Paulo: Estrela Cultural, 2019. ISBN 978-8545559665.

Bibliografia Complementar:

BARBA, Eugenio. A Canoa de Papel: tratado de antropologia teatral. São Paulo: Hucitec, 1994.

LECOQ, Jacques. O Corpo Poético. São Paulo: SENAC, 2010.

HERRERO, Marina; FERNANDES, Ulysses (orgs.). Jogos e Brincadeiras na Cultura Kalapalo. São Paulo: Edições Sesc, 2010. ISBN 978-8579950063.

KOUDELA, Ingrid Dormien. Brecht : um jogo de aprendizagem. São Paulo : Perspectivas, 1991. [G 792 K88b Biblioteca Comunitária]

RAMALDES, Karine; CAMARGO, Robson Corrêa de. Os jogos teatrais de Viola Spolin: uma pedagogia da experiência. Goiânia: Kelps, 2017. [792.028 R165j Biblioteca Campus Sorocaba].

História do Teatro Brasileiro I

Carga horária: 60H (60H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Chegada do teatro ao Brasil. A semana de 1922, influência das vanguardas europeias, pré-modernismo e modernismo com Oswald e Mário de Andrade. Teatro brasileiro (segunda metade do século XX): Nelson Rodrigues, Ariano Suassuna, movimentos teatrais mais conhecidos. Teatro brasileiro na atualidade.

Objetivos:

Compreender o percurso do teatro no Brasil, seu surgimento e abrangência em todo o território nacional. Refletir sobre os aspectos mais importantes da história dos movimentos, seus contextos e seus legados à contemporaneidade.

Bibliografia Básica:

CAFEZEIRO, Edwaldo; GADELHA, Carmem. História do teatro brasileiro: um percurso de Anchieta a Nelson Rodrigues. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; EdUERJ; FUNARTE, 1996.

<https://pt.scribd.com/document/366067612/CAFEZEIRO-Edwaldo-GADELHA-Carmem-Historia-do-Teatro-Brasileiro-pdf>

MAGALDI, Sábato. Panorama do teatro brasileiro. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1962. Disponível em: <https://doceru.com/doc/s180058> Acesso em: 2 nov. 2025.

MATE, Alexandre; SCHWARCZ, Pedro M. Antologia do teatro brasileiro. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. Disponível em: <https://doceru.com/doc/1v5v> Acesso 2 nov. 2025.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Oswald de. O rei da vela. São Paulo: Globo, 1998. [G 792.0981 A553r.7 Biblioteca Comunitária]

FERNANDES, Silvia. Teatro expandido em contexto brasileiro. Revista Sala Preta, Vol. 18, n. 1, 2018. <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/146758>

RODRIGUES, Nelson. Vestido de noiva. São Paulo: Nova Fronteira, 1998. [DV 696v.2 Rpt.2 Biblioteca Comunitária]

PRADO, Décio de Almeida. Moderno teatro brasileiro. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001. Disponível em: <https://doceru.com/doc/nx15ccsv> Acesso em: 2 nov. 2025.

SUASSUNA, Ariano. Aula magna na Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: Ed. UFPA, 1994. [G 869.98 S939a Biblioteca Comunitária]

Teatro do Oprimido I

Carga horária: 60H (30H Teórica; 30H Prática)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

Introdução teórico-prática aos fundamentos do Teatro do Oprimido, desenvolvido por Augusto Boal. Estudo das bases estéticas, éticas e políticas do método, em diálogo com a pedagogia libertadora de Paulo Freire e com perspectivas decoloniais e interculturais. Propõe experiências com jogos teatrais e exercícios de imagem, fórum e improvisação, voltadas à reflexão crítica sobre opressões sociais, culturais e corporais.

Objetivos:

Compreender os princípios teóricos e práticos do Teatro do Oprimido de Augusto Boal. Relacionar a prática teatral a contextos sociais, políticos e educacionais. Investigar o corpo e a cena como instrumentos de emancipação e diálogo. Experimentar técnicas de jogos e improvisações voltadas à conscientização crítica.

Bibliografia Básica:

BOAL, Augusto. Teatro do oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BOAL, Augusto. A estética do oprimido. Rio de Janeiro : Garamond, 2009. [G 701 B662e Biblioteca Comunitária]

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

Bibliografia Complementar:

BEZERRA, Antonia Pereira. O teatro do oprimido ontem, hoje e sempre / Antonia Pereira Bezerra, César Augusto Paro, Michelle Cristine Assis Couto, Simone Requião. - Salvador: UFBA, Escola de Teatro; Superintendência de Educação a Distância, 2022. ISBN: 978-65-5631-095-4 Disponível em:

https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/738521/2/eBook_Teatro_do_Oprimido_SEAD-UFBA_c.pdf Acesso em: 21.setembro.2025.

BOAL, Augusto. 200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985. [B 792.028 B662d.6 Biblioteca Comunitária]

CONCEIÇÃO, Flávio da. DO TEATRO ENGAJADO AO TEATRO DO OPRIMIDO: avanços na metodologia boaleana. Cadernos do GIPE-CIT, [S. l.], n. 40, p. 8–27, 2020. DOI: 10.9771/cadgipecit.40.2018.35394. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/gipe-cit/article/view/35394>. Acesso em: 17 nov. 2025.

TURLE, Licko. Teatro do Oprimido e Negritude - A utilização do Teatro-Fórum na questão racial. Rio de Janeiro: E-pappers: Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

SARAPECK, Helen. Abraçando a árvore do Teatro do Oprimido: pesquisa memorial de experiências com o símbolo do método. 2016. Dissertação (Mestrado em Ensino de Artes Cênicas) - Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.unirio.br/cla/ppgeac/dissertacoes-defendidas-em-2016> Acesso em: 20.junho.2025.

Teatro e Infâncias I

Carga horária: 30H (30H Teórica)

Requisito(s): Não há.

Ementa:

As infâncias no teatro. A paridade com o teatro adulto, a responsabilidade ética e pedagógica, a importância do fazer teatral para as infâncias. O teatro de Ilo Krugli e o Vento Forte, Maria Clara Machado, Gabriela Rabelo, Vladimir Capella, Marcelo Romagnoli, entre outros. A cena infantil contemporânea (2000 - 2025) acompanhada pela crítica de Dib Carneiro Neto.

Objetivos: Conhecer a história do teatro infantil no Brasil, bem como os autores e diretores expoentes na área. Observar a evolução dos temas e formatos levados à cena ao longo dos anos. Refletir sobre o papel do teatro na formação de público.

Bibliografia Básica:

CARNEIRO NETO, Dib. Já Somos Grandes – Teatro Infantil: Entrevistas, Críticas, Debates, Balanços & Rumos. São Paulo: Giostri, 2014.

ASSIS, Adriana. Tempo de Comemoração, Tempo de Reflexão – Um breve Histórico do Teatro Infantil Brasileiro. Rio de Janeiro: CBTIJ, 2008. Disponível em:

<https://cbtij.org.br/tempo-de-comemoracao-tempo-de-reflexao-um-breve-historico-teatro-infantil-brasileiro/> Acesso em: 3 nov. 2025.

VIEIRA, Miguel Vellinho. História (decolonial) de lenços e ventos. *Móin-Móin - Revista de Estudos sobre Teatro de Formas Animadas*, Florianópolis, v. 1, n. 29, p. 381–395, 2024. DOI: 10.5965/2595034701292024381. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/moin/article/view/24720>. Acesso em: 2 nov. 2025.

Bibliografia Complementar:

RABELO, Gabriela. *O jovem lê e faz teatro* / Gabriela Rabelo. – 1. ed. – São Paulo: Mercuryo Jovem, 2007. (consta na biblioteca do IF S.J. Rio Preto)

ROMAGNOLI, Marcelo. *Sete textos de teatro para crianças e jovens*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2014.

CAPELLA, Vladimir. *Avoar*. São Paulo: Editora Letras & Letras, 2001. Disponível em: <https://bibliopedra.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/09/avoar-vladimir-capella.pdf> Acesso em 3 nov. 2025.

CAPELLA, Vladimir. In: *Acervo Memória Cultural*. São Paulo: SESI-SP, 2025. Disponível em: <https://centroculturalfiesphml.azurewebsites.net/memoria-cultural/biografia/678ccf04-bc6a-4c67-9075-08dcff560877/vladimir-capella> Acesso em: 03 de novembro de 2025.

PECINHA É A VOVÓZINHA. Portal de críticas ao teatro infantil brasileiro, por Dib Carneiro Neto. São Paulo, 2025. Disponível em: <http://pecinhaeavovozinha.com.br/> Acesso em: 3 nov. 2025.

ANOTA AÍ!

Ingressou no Bacharelado Interdisciplinar em Artes e planeja seguir com a formação nos cursos de Artes Cênicas ou de Produção Cultural? Fique atento para já ir cursando as disciplinas que serão obrigatórias para os cursos de Artes Cênicas ou de Produção Cultural. Estas disciplinas podem ser feitas como optativas durante o seu processo de formação no Bacharelado Interdisciplinar em Artes!

Ficou com dúvida? Procure a Coordenação do Curso; ela vai lhe ajudar a entender direitinho!

10.4. ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

Uma das características importantes do processo formativo do Bacharelado Interdisciplinar em Artes é sua vocação original em compreender a extensão universitária como espaço privilegiado para a experimentação prática acerca da criação e da produção artística e cultural e em diálogo constante com a sociedade.

A aproximação do estudante com a sociedade, desde o início de sua formação, fortalece um dos objetivos principais que é o processo dialógico entre o profissional das Artes com o público, compreendendo as demandas e traduzindo em projetos que visem ampliar a difusão artística e cultural, colaborar com a democratização das artes e da cultura e fortalecer redes locais e territórios de artes e de cultura.

Por este motivo, as disciplinas obrigatórias e optativas ofertadas no Bacharelado Interdisciplinar em Artes trazem características extensionistas que visam o aprendizado e diálogo com a sociedade local e regional.

É comum identificar, nas disciplinas ofertadas pelo Bacharelado Interdisciplinar em Artes, propostas de atuações práticas junto com a comunidade local e com o setor criativo, artístico e cultural da cidade e da região.

O percurso formativo do Bacharelado Interdisciplinar em Artes prevê 240 horas de atividades de extensão. Destas 240 horas, 210 horas já terão sido cumpridas nas próprias disciplinas obrigatórias que compõem a matriz curricular do Bacharelado Interdisciplinar em Artes e que possuem características extensionistas.

As 30 horas faltantes de atividades de extensão podem ser realizadas nas disciplinas optativas, desde que elas possuam características extensionistas que podem ser verificadas na sua ficha de caracterização ou ementa. Além destas disciplinas optativas com perfis extensionistas, o estudante pode atuar em atividades e projetos de extensão, certificados, e futuramente em Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE) que serão ofertados e divulgados semestralmente. Considerando o contexto atual da implantação de um novo Campus e suas características, e que o corpo social ainda está se constituindo, ainda não há ACIEPES previstas na matriz curricular do curso.

10.5. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A formação do Bacharelado Interdisciplinar em Artes define 210 horas de atividades complementares.

Essas atividades colaboram com o aprofundamento didático, curricular, científico e cultural e podem ser realizadas em contextos socioculturais variados e situações não formais de ensino e de aprendizagem.

Elas representam oportunidades para uma vivência universitária mais profunda, permitindo que estudantes participem e se engajem em atividades de seus interesses, afinidades e aptidões, qualificando, assim, sua formação.

É de competência do Conselho de Coordenação de Curso a análise e aprovação das atividades de cada estudante. O conselho poderá nomear docentes para a verificação do processo e emissão de parecer. A verificação da carga horária relativa às atividades complementares serão computadas conforme a participação do estudante nas atividades listadas a seguir.

I. participação em congressos, simpósios e reuniões científicas (Congresso de Iniciação Científica da UFSCar– CIC/UFSCar, e outros eventos internos ou externos à UFSCar - máximo de 80 horas;

II. participação em programas especiais, tais como: participação no corpo docente do projeto curso pré-vestibular da UFSCar, Programa de Educação Tutorial, projetos de extensão, Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE) - máximo de 120 horas;

III. participação em órgãos colegiados da UFSCar - conselho de curso, conselhos superiores (graduação, pesquisa, extensão, assuntos comunitários e estudantis, ações afirmativas diversidade e equidade, arte e cultura, conselho de administração, conselho universitário, etc.) - máximo de 60 horas;

IV. curso de Libras (Língua Brasileira de Sinais) - máximo de 60 horas;

V. curso de audiodescrição - máximo de 40 horas;

VI. participação em atividades artísticas e culturais (música, teatro, coral, cineclubes, etc.) - máximo de 60 horas;

VII. exposição e/ou apresentação em atividades artísticas e culturais - máximo de 60 horas;

VIII. participação em grupos de pesquisa - máximo de 60 horas;

IX. participação, como espectador, de peças de teatro, espetáculos circenses, apresentações musicais, etc. - máximo de 30 horas;

X. participação, como espectador, de exposições de filmes, cinema, vídeo, instalações de artes visuais, etc. - máximo de 30 horas;

XI. participação em projetos artísticos e culturais realizados em espaços dedicados a saúde e educação - máximo de 100 horas;

XII. participação em coletivos, grupos, cooperativas artísticas e culturais - máximo de 80 horas;

XIII. participação como prestador de serviço ou outras atividades remuneradas dentro do campo das artes e da cultura - máximo de 120 horas;

XIV. participação em atividades de estágio na área cultural - máximo de 120 horas.

10.6. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A formação do Bacharelado Interdisciplinar em Artes não prevê a obrigatoriedade de estágio supervisionado. Compreende-se que a estrutura curricular do curso, sobretudo com a centralidade das atividades extensionistas, seja possível experimentar práticas do processo de criação e de produção artística e cultural em diversos ramos da economia criativa e com diversos grupos sociais, diversificando, assim, os contextos de atuação do profissional do campo da Artes.

Caso o estudante consiga ingressar em algum programa de estágio durante o seu percurso formativo, o mesmo poderá ser computado como parte das horas a serem dedicadas em atividades complementares (máximo de 120 horas).

10.7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O projeto pedagógico do Bacharelado Interdisciplinar em Artes prevê que o estudante elabore e apresente um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O TCC se configura como uma atividade curricular que propõe a integração, sistematização e síntese dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, refletindo domínio sobre um tema escolhido dentro das diversas áreas que o curso abrange, como artes cênicas, produção cultural, linguagens artísticas, arte e cultura integrada com a sociedade, etc. A partir da elaboração e apresentação do TCC é possível caminhar para o aprofundamento no campo das Artes e de suas interfaces, a fim de que este processo colabore com a preparação para o mercado de trabalho, a vida acadêmica e científica, ou a continuidade dos estudos em outras graduações.

A proposta do Bacharelado Interdisciplinar em Artes, em relação a elaboração e a apresentação do TCC, é que o resultado seja uma articulação entre teoria e prática e que o produto final possa se dar no campo das experimentações

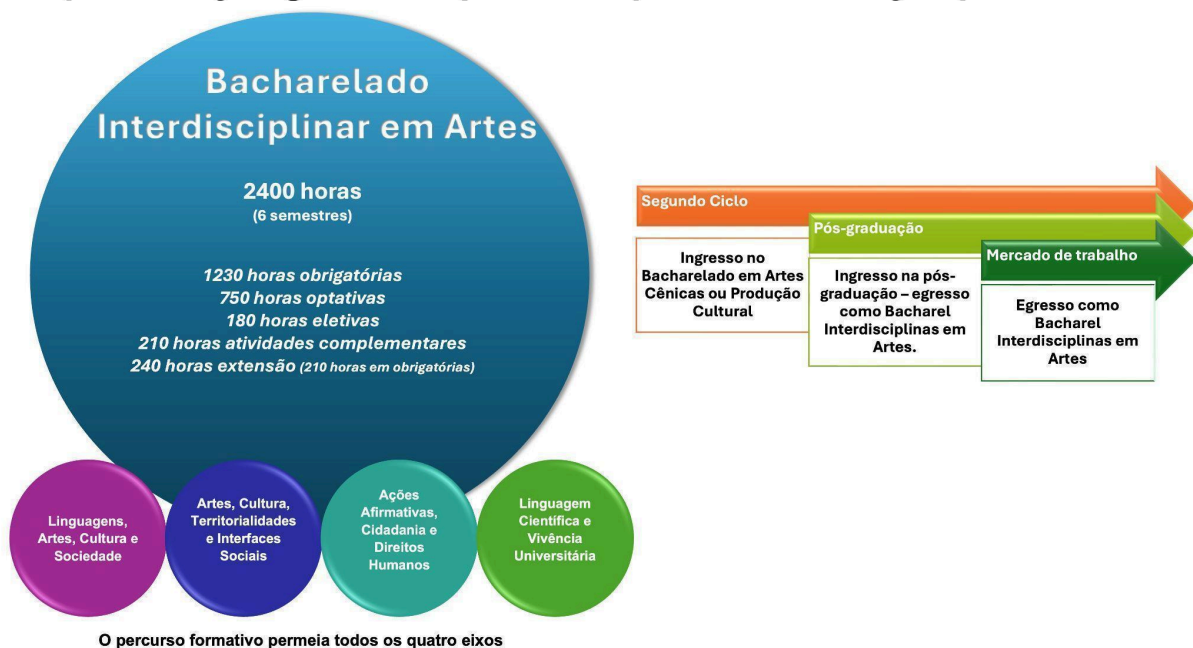
práticas nas diversas linguagens artísticas apreendidas no decorrer do curso em combinação com a apresentação de monografia que reflita sobre a prática em si, considerando os processos criativos e/ou proponha reflexões críticas acerca da dimensão das Artes e de suas interfaces sociais, econômicas, políticas e culturais.

A Matriz Curricular do Bacharelado Interdisciplinar em Artes está estruturada para ofertar duas disciplinas (Trabalho de Conclusão de Curso I e II) que visam colaborar na orientação do processo de elaboração e de apresentação do TCC.

10.8. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Na Figura abaixo é apresentado um perfil gráfico de formação do aluno, destacando os eixos curriculares que permeiam quaisquer percursos formativos do BIA, indicando as cargas horárias para integralização do curso e possíveis caminhos do egresso do Bacharelado Interdisciplinar em Artes.

Representação gráfica de possíveis perfis de formação para o BIA



11. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

11.1 AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo avaliativo deve traduzir a proposta pedagógica do BIA e o seu compromisso com uma formação integral, ao ser estruturado como acompanhamento contínuo da aprendizagem, orientado ao desenvolvimento gradual de competências, atitudes e conhecimentos, e não apenas à mensuração pontual de resultados. Para dar conta da natureza interdisciplinar da formação, o processo deve recorrer a diferentes estratégias e instrumentos avaliativos— como portfólios, relatórios de pesquisa e extensão, seminários, autoavaliação e coavaliação — que permitem observar múltiplas dimensões do percurso do estudante. Além disso, assume caráter reflexivo e participativo, ao incorporar a autoavaliação e a coavaliação como práticas que fortalecem a autonomia e o trabalho colaborativo, e mantém uma perspectiva sócio-referenciada, considerando a relevância e o impacto social dos projetos realizados como parte constitutiva da aprendizagem e do compromisso institucional com a transformação da realidade.

Numa perspectiva institucional, na UFSCar a avaliação é concebida como a busca de sentidos que direcionam o percurso formativo dos estudantes, de modo a diagnosticar o desenvolvimento de sua aprendizagem, segundo os objetivos educacionais propostos. Busca-se, assim, nesse processo a transformação social, que tem como objetivo o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, de modo a possibilitar a autonomia discente de aprender de forma contínua e efetiva.

A avaliação da aprendizagem na graduação da UFSCar pretende distanciar-se do ato tradicional de “verificação” do aprendizado, aproximando-se de um caráter formativo que possibilite uma visão processual do desenvolvimento da aprendizagem. Na avaliação formativa há uma preocupação em identificar as fragilidades e potencialidades do processo de aprendizagem, por meio da aplicação de múltiplas formas de instrumentos, cuja análise não recaia somente no desempenho do estudante, mas também possibilite uma reflexão sobre as metodologias de ensino e práticas docente, bem como os objetivos de aprendizagem das atividades curriculares em função do perfil do egresso definido e respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Para tanto, conforme o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar, a sistemática de avaliação do desempenho dos estudantes deve ser explicitada, de forma detalhada, nos Planos de Ensino das atividades curriculares, em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso. Entre as diretrizes que balizam a avaliação de aprendizagem está a exigência da realização de, no mínimo, 3 (três) instrumentos diferenciados e adequados aos objetivos, conteúdos e metodologia previstos, em datas distintas, ao longo do semestre, por disciplina, com a caracterização de procedimentos que possibilitem a recuperação de desempenho do estudante durante o período letivo regular.

Essa norma prevê, ainda, os critérios de aprovação, que englobam a exigência de frequência e nota mínima. O estudante regularmente inscrito em atividades curriculares é considerado aprovado quando obtiver, simultaneamente, frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento das aulas e/ou das atividades acadêmicas curriculares efetivamente realizadas, além de desempenho mínimo equivalente à nota final igual ou superior a 6 (seis), ou conceito equivalente, numa escala máxima de 10 (dez). O regulamento dispõe também que os alunos que não obtiveram o desempenho acadêmico suficiente para aprovação poderão realizar o Processo de Avaliação Complementar (PAC), mais um recurso para a recuperação dos aprendizados, concedido àqueles que tenham frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades curriculares e obtido, ao final do período letivo regular, nota ou conceito equivalente igual ou superior 5 (cinco). Outras atividades curriculares especiais, como Atividades Complementares, Trabalho de Conclusão de Curso, Estágios Curriculares têm formas e instrumentos de avaliação próprios.

Assim, as estratégias e instrumentos avaliativos devem contemplar, de forma abrangente, os objetivos de aprendizagem que integram teoria e prática, sob uma perspectiva interdisciplinar, integradora e formativa.

11.2 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

A avaliação do curso, e seu projeto pedagógico, dar-se-á de forma contínua e regular, sob a condução do Núcleo Docente Estruturante (NDE), podendo ser complementada, sempre que pertinente, por processos externos

de avaliação, tais como: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído e regulamentado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; a autoavaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFSCar; relatórios internos de avaliação de curso e de componentes curriculares; relatórios de avaliação externa in loco, quando existentes, elaborados por avaliadores institucionais habilitados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP); relatórios do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), quando aplicável; além de outros instrumentos definidos e implementados pela Coordenação de Curso e/ou pelo próprio NDE.

A concepção de avaliação adotada pela CPA⁹ da UFSCar é a avaliação emancipatória, numa perspectiva de “(a)firmar valores”. Tal concepção permite a descrição, a análise e a crítica da realidade institucional, por meio da participação da comunidade acadêmica no processo avaliativo. Apesar de a avaliação feita pela CPA ter caráter regulatório, ela deixa brechas, com a participação e comprometimento dos atores institucionais, para que os resultados alcançados deem subsídios de ressignificação das práticas e também para o planejamento e as tomadas de decisões da gestão institucional.

Em conformidade com a Norma Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014, o projeto atual de autoavaliação refere-se ao triênio 2025/2026/2027 e prevê procedimentos como: análise de indicadores de desempenho; autoavaliações descentralizadas dos setores de apoio; coleta da percepção de técnicos-administrativos; e avaliação da percepção da comunidade externa. Considerando o novo cronograma do ENADE, em 2025 foram avaliados bacharelados da área de Humanas e 24 licenciaturas na UFSCar; em 2026 serão avaliados os demais cursos de graduação; e, em 2027, serão avaliadas infraestrutura e dimensões gerais, com a proposta de que cada curso seja avaliado uma única vez no triênio e que, no último ano, sejam retomadas avaliações sobre infraestrutura física, missão e PDI.

Os questionários são aplicados no sistema institucional, com participação voluntária e com apoio da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS). Os

⁹ UFSCar. Entenda a Avaliação da CPA. Disponível em: <https://www.cpa.ufscar.br/processo-de-avaliacao/entenda-a-avaliacao-da-cpa/entenda-a-avaliacao-da-cpa>. Acesso em 20 de janeiro de 2026.

dados são analisados por equipe técnica com docentes e o Departamento de Estatística do Campus São Carlos, com colaboração de outros docentes e estudantes, utilizando a Teoria Clássica do Item; a CPA produzirá relatórios sintéticos por curso (visões de docentes e discentes), preservando o anonimato e registrando comentários livres.

Esses relatórios são enviados aos NDEs de cada curso de graduação conjuntamente com dados sobre os cursos como série histórica de número de estudantes, evadidos e formandos para elaboração de um relatório analítico, das respostas apresentadas, destacando fragilidades e potencialidades de cada curso. O Conselho de Coordenação de Curso, bem como o seu NDE, após o recebimento dos resultados da avaliação deverão analisar esses resultados para o planejamento de ações necessárias, visando à melhoria do curso. Esse relatório analítico também é apresentado ao respectivo Centro Acadêmico e por fim à CPA.

12.APOIO AO DISCENTE

A UFSCar possui um Programa de Assistência Estudantil ancorado na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que é a base legal que orienta as ações desenvolvidas para a assistência e a permanência estudantil nas Instituições de Educação Superior (IES).

Dentro da UFSCar a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE) é a instância da universidade que cuida da política de assistência estudantil e é responsável pela gestão de ações e estratégias para garantir que os estudantes possam realizar as atividades acadêmicas por meio de programas que são institucionalizados e que promovem a permanência dos estudantes que estejam em situações de vulnerabilidade.

Os programas e projeto coordenados pela ProACE podem disponibilizar auxílios e bolsas nas seguintes modalidades: bolsa moradia em espécie (apoio para o custeio de aluguel), bolsa moradia pai e mãe (para estudantes que residam com filhos até 5 anos e 11 meses e/ou com deficiência), bolsa de alimentação (acesso gratuito a todas as refeições do restaurante universitário), auxílio de alimentação emergencial (colaboração para o custeio de café da manhã), auxílio de transporte (apoio para o custeio de transporte para a universidade e em locais com deficiência de transporte público), bolsa de auxílio pré-escolar (BAPE) - apoio para a educação de filhos de estudantes bolsistas de assistência estudantil de até cinco anos e 11 meses e/ou com deficiência.

Além dessas modalidades, existem a bolsa do Programa de Atendimento Especial a Estudantes Indígenas ou Quilombolas (PAEIQ). A bolsa do Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo a Permanência Estudantil (PIAPE) que apoia estudantes para atuar em projetos de 12 horas semanais relacionados com a promoção da saúde e do fortalecimento do vínculo com a universidade. E o Programa de Apoio às Práticas Esportivas e de Lazer (PAPEL), que oferece bolsa para que os estudantes possam atuar 8 horas semanais em práticas esportivas e de lazer nos departamentos vinculados à ProACE.

Para mais informações consulte <https://www.proace.ufscar.br/servicos/assistencia-estudantil>.

Além dos programas citados, a ProACE oferece assistência à saúde, que tem por objetivo promover a qualidade de vida e a permanência dos estudantes na universidade. Para isso, cada campus conta com um departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis (DeACE), que é formado por um grupo de multiprofissionais, onde é realizado atendimento médico, psicológico e de enfermagem, além de promover campanhas de prevenção e promoção à saúde. Para mais informações consultar <https://www.proace.ufscar.br/servicos/assistencia-saude>. Referente à saúde mental, a ProACE junto com outras pró-reitorias e departamentos realizam, de forma articulada, atividades de prevenção e promoção de saúde mental, de forma que estudantes que exigem cuidado nesta temática possam ter um acompanhamento mais próximo. Esta iniciativa está sob a coordenação da Coordenadoria de Articulação em Saúde Mental (CASM), vinculada à ProACE.

Outra instância da Universidade que coordena atividades de apoio aos estudantes é a Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad), onde existem atividades de acompanhamento acadêmico. Entre as atividades existe o Programa de Acompanhamento Acadêmico aos Estudantes de Graduação (PAAEG) que tem por objetivo apoiar os estudantes que estão ingressando na universidade, além daqueles que apresentam dificuldade de aprendizagem e reprovações em disciplinas nos seus cursos. Para isso, são promovidas tutorias realizadas pelos monitores voluntários e/ou bolsistas (outros estudantes).

Outra iniciativa coordenada pela ProGrad é a bolsa de treinamento, onde estudantes participam de atividades ligadas à formação dada pelos cursos de graduação. Para mais informação consulte <https://www.prograd.ufscar.br/estudantes-degraduacao/bolsas/bolsas>.

A Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPq) também realiza iniciativas próprias, através de atividades relacionadas com a pesquisa científica. Entre as iniciativas a ProPq coordena o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), cuja finalidade é apoiar os estudantes que tenham interesse em propor um projeto de pesquisa sob orientação de um servidor. Para isso, anualmente é lançado um edital com as seguintes modalidades: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e

Inovação (PIBITI), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM). Caso o estudante não obtenha bolsas de iniciação científica, ele pode executar o projeto dentro do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica sem remuneração (ICTSR) ou enviar o projeto para outras agências de financiamento como por exemplo a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Para mais informações consultar <https://www.propq.ufscar.br/pt-br/iniciacao-cientifica/pagina-inicial/>.

Já relacionada à extensão universitária, a Pró-Reitoria de Extensão (ProEx) realiza iniciativas que apoiam o estudante por meio de projetos de extensão e das Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE). Nestas atividades, o estudante pode participar como bolsista, participando das ações a serem realizadas no âmbito de cada projeto. Para mais informações consultar <https://www.proex.ufscar.br/editais-1/editais>.

Além disso, destaca-se a "Calourada", evento que marca o início do período letivo e inclui atividades de acolhimento e boas-vindas aos estudantes ingressantes nos cursos de graduação da UFSCar. Durante a Calourada, os ingressantes participam de uma série de atividades que incluem desde palestras sobre as entidades, rotinas acadêmicas e cursos, até visitas a diferentes locais do campus e gincanas, além de ações solidárias. As atividades de recepção são conduzidas pela direção do centro, coordenações de curso, setores pedagógico e social, informática, biblioteca e também pelos estudantes veteranos.

O Programa de Monitoria, promovido pela Pró-Reitoria de Graduação e organizado pela Coordenação Acadêmica, tem como objetivo apoiar a mediação do conhecimento entre os estudantes, sendo orientado por estudantes veteranos que demonstram desempenho acadêmico satisfatório. Outro programa importante é o "Programa de Capacitação Discente para o Estudo" (Pró-Estudo), uma parceria entre a Pró-Reitoria de Graduação e o Departamento de Psicologia da UFSCar. Seu principal propósito é auxiliar os estudantes a aprimorar suas habilidades de estudo, promovendo um melhor aproveitamento das atividades acadêmicas. O programa oferece orientação, planejamento de estudos, além de oficinas e palestras sobre temas relacionados ao comportamento de estudo.

Por fim, outras atividades de apoio aos discentes são organizadas pelos próprios coletivos de estudantes, envolvendo práticas esportivas e culturais e de inserção em temas relativos à própria organização estudantil no âmbito do ensino superior.

A UFSCar também faz parte da Eduroam (education roaming) que é uma rede sem fio internacional disponível na UFSCar e em diversas instituições de ensino e pesquisa do Brasil e do mundo, permitindo que sua comunidade acadêmica tenha acesso gratuito à internet para a realização de seus estudos e demais tarefas institucionais.

Outra iniciativa importante de conexão entre graduandos e egressos é a Plataforma Alumni que se configura como um espaço exclusivo para egressos e estudantes onde é possível recriar conexões, compartilhar experiências e expandir oportunidades.

Além de todas estas ações voltadas para o apoio ao corpo discente, vale destacar que a Coordenação do Curso é um espaço institucional de acolhimento das demandas relativas ao curso e ao processo de adaptação ao ensino superior, podendo ser acionada sempre que necessário.

Estas são políticas institucionais que tem como foco o apoio ao corpo discente e que serão implementadas e adaptadas com o decorrer do tempo para o campus de São José do Rio Preto.

13. GESTÃO DO CURSO

De acordo com o Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar, a gestão do Curso de Graduação é realizada pelo Conselho de Coordenação e pela Coordenação do Curso, com o apoio do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

A composição do Conselho de Coordenação e a escolha da Coordenação de Curso se dará por meio de regimentos próprios.

A composição do Conselho de Coordenação se dará por meio de representações docentes, discentes e de técnico-administrativos.

Coordenação de Curso

A Coordenação de Curso de Graduação é composta por um coordenador de curso, um vice-coordenador de curso e um secretário de curso. Cabe ao Coordenador superintender e coordenar as atividades do Curso de Graduação, de acordo com as diretrizes do Conselho de Coordenação e as demais normas vigentes.

Conforme o Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar, compete ao Conselho de Curso, dentre outras competências:

- I - Implementar as atividades do curso, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Coordenação;
- II - Propor ao Conselho de Coordenação do Curso o conjunto de atividades curriculares a serem solicitados aos Departamentos;
- III - Analisar com os departamentos as propostas de novas atividades curriculares para o curso, de acordo com as diretrizes do Conselho de Coordenação de Curso;
- IV - Propor ao Conselho de Coordenação do Curso o acerto final de horário das atividades curriculares oferecidos a cada período letivo;
- V - Supervisionar o processo de inscrição de estudantes em atividades curriculares;
- VI - Orientar os estudantes nas questões específicas do Curso;
- VII - Promover e participar do acolhimento dos estudantes ingressantes no curso, bem como da recepção da documentação relativa ao processo de matrícula;

VIII - Analisar e avaliar o desempenho global dos estudantes e propor ao Conselho de Coordenação do Curso medidas para a solução de problemas constatados;

IX - Organizar e manter atualizadas as informações acadêmicas sobre o curso;

X - Solicitar aos diferentes departamentos, a oferta de atividades curriculares para atender às necessidades do Curso, obedecendo ao Calendário Acadêmico da Instituição;

XI - Zelar pelo cumprimento dos Planos de Ensino;

XII - Providenciar toda documentação exigida para avaliação externa do curso;

XIII - Encaminhar os dados do curso relativos aos processos de reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento do Curso à ProGrad e à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (SPDI), de acordo com as exigências legais.

Conselho de Coordenação de Curso

A composição do Conselho de Coordenação deve ter garantida a participação de servidores docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes, vinculados ao curso e seus respectivos suplentes.

Conforme o Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar, compete ao Conselho de Curso, dentre outras competências:

I - Definir os objetivos do curso e mantê-los atualizados;

II - Estabelecer diretrizes e normas de funcionamento do curso;

III - Deliberar sobre as alterações ou reformulações curriculares propostas pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) ou comissão ad hoc;

IV - Deliberar sobre propostas de atividades acadêmicas que possam contribuir com aperfeiçoamento da formação dos estudantes e dos docentes;

V - Propor adequação do horário de funcionamento do curso e quaisquer outros aspectos que se relacionem ao melhor rendimento acadêmico dos estudantes.

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

De acordo com o Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar, o NDE é um órgão consultivo e propositivo do Conselho de Coordenação de Curso responsável pelo processo de concepção, avaliação e

atualização do Projeto Pedagógico do Curso. A composição e a atuação do NDE é definida pelo Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar e por regimentos internos elaborados pelo Conselho de Curso.

14. CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

No Bacharelado Interdisciplinar em Artes, o perfil do corpo docente e técnico-administrativo está concebido em consonância com as diretrizes do PDI 2024–2028 e com a proposta do Campus São José do Rio Preto, que demanda atuação interdisciplinar, integrada aos ciclos formativos e aos eixos transversais Justiça Social, Resiliência e Sustentabilidade e Território Inovador. Assim, prevê-se um corpo docente altamente qualificado, com experiência em ensino, pesquisa e extensão, capaz de articular teoria e prática e de sustentar uma formação ampla, humanista e técnico-criativa, alinhada ao modelo em ciclos e à integração entre linguagens e contextos de atuação.

De acordo com o PDI vigente 2024-2028, a UFSCar se destaca entre as Instituições brasileiras de Ensino Superior pela alta qualificação do seu corpo docente em virtude do elevado índice de titulação, com 97,2% de doutores, que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

As atividades de apoio técnico especializado na UFSCar são realizadas pela categoria dos servidores Técnico-Administrativos em Educação. A Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação da UFSCar é regida pela Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005 – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) – a qual prevê o conjunto de diretrizes que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram a categoria, bem como seus níveis de classificação, níveis de capacitação e padrões de vencimento. A categoria dos Técnico-Administrativos é dividida em cinco níveis de classificação: A, B, C, D e E. Esses níveis são conjuntos de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir de alguns requisitos, como, por exemplo, escolaridade e comprovação de atuação profissional.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (ProGPe) é a unidade gestora da universidade responsável pela organização e desenvolvimento da sua força de trabalho. O efetivo desenvolvimento de todas essas ações envolvendo servidores docentes e técnicos administrativos definidas no PDI envolve não apenas decisões técnicas de gestão por parte da equipe dessa Pró-Reitoria, mas também a formulação de políticas institucionais pactuadas com a comunidade.

Para a consecução de suas finalidades é necessário buscar constantemente o diálogo com a comunidade e priorizar relações cada vez mais democráticas no trabalho. Buscando formalizar esse canal de escuta da comunidade, foi aprovado pelo ConsUni o Conselho de Gestão de Pessoas (CoGePe), colegiado superior que oferece o necessário espaço democrático para promover o debate de temas que afetam a vida e o trabalho dos servidores com representantes dessa comunidade, e a consequente proposição de políticas institucionais transparentes e justas, que ajudem a combater qualquer tipo de discriminação no ambiente universitário, promover ações educativas para o reconhecimento e o respeito à diversidade e, também, para aumentar a capacidade de servir à sociedade cada vez mais e melhor.

Corpo Docente

Em termos de perfil, o BIA prevê docentes com atuação no campo das Artes e de suas interfaces, com formação e experiência alinhadas aos Eixos Curriculares do curso: Linguagens, Artes, Cultura e Sociedade (com domínio de fundamentos das artes cênicas, visuais e musicais, história da arte e práticas de criação); Artes, Cultura, Territorialidades e Interfaces Sociais (com ênfase em arte e interfaces sociais, cultura digital, mediação cultural, elaboração de projetos e produção de eventos culturais, articulando arte, economia criativa e políticas públicas de cultura); Ações Afirmativas, Cidadania e Direitos Humanos (com capacidade de orientar práticas e reflexões voltadas à diversidade cultural, artes e culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas, artes inclusivas e educação ambiental); e Linguagem Científica e Vivência Universitária (com competência para orientar iniciação à pesquisa em Artes e processos de TCC). Espera-se, ainda, trajetória docente comprometida com a integração ensino–pesquisa–extensão e com a compreensão das dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais que atravessam as práticas artísticas e culturais no território.

Cabe destacar, que a política institucional para composição e desenvolvimento do corpo docente, prevê que a UFSCar possa fortalecer seu quadro por mecanismos legalmente previstos de movimentação de pessoal, como a redistribuição de docentes entre Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no interesse da administração e compatibilidade entre perfil,

necessidade institucional e área de atuação, e a remoção interna entre campi/unidades, para ajustar a alocação de docentes às demandas acadêmicas e ao planejamento do novo campus. Complementarmente, reafirma-se que o provimento de vagas também ocorrerá por concurso público, priorizando o regime de Dedicção Exclusiva e tendo como diretriz, preferencialmente, a titulação mínima de doutorado.

No âmbito da formação e do desenvolvimento docente, o PDI 2024–2028 enfatiza instrumentos institucionais de gestão de pessoas, como o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), orientado à educação continuada e permanente, com foco no alinhamento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) às necessidades dos departamentos e/ou Centros Acadêmicos e às prioridades acadêmicas da Universidade. Considerando a implantação do novo campus, prevê-se que o acolhimento de novos docentes inclua ações de integração institucional e pedagógica — apresentação do projeto do campus e do PPC de todos os cursos do campus, orientações sobre rotinas acadêmicas, sistemas e fluxos administrativos, além de apoio à inserção em redes de ensino, pesquisa e extensão — de modo a favorecer a atuação interdisciplinar e a qualidade da formação. Esse processo é fortalecido pela Política Institucional de Formação Continuada de Docentes da UFSCar¹⁰, que institucionaliza diretrizes para o aperfeiçoamento didático-pedagógico, inovação metodológica, uso qualificado de tecnologias educacionais e criação de espaços de reflexão e compartilhamento de práticas entre áreas. Complementarmente, a trajetória funcional do magistério superior vincula-se ao plano de carreira do Magistério Federal (Lei nº 12.772/2012), com progressões e promoções mediante avaliação de desempenho, consolidando uma cultura de aprimoramento profissional e qualificação contínua.

Corpo Técnico-Administrativo

Para assegurar o suporte qualificado necessário ao funcionamento do Bacharelado Interdisciplinar em Artes, reconhece-se que o corpo técnico-administrativo é componente estratégico da qualidade acadêmica e da

¹⁰ UFSCar. Resolução CONSUNI Nº 24, DE 18 de março de 2025 que Aprova a Política Institucional de Formação Continuada de Docentes da UFSCar. Disponível em: https://sei.ufscar.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1970257&id_orgao_publicacao=0 Acesso em 20 de janeiro de 2026.

viabilidade cotidiana do curso. Esses profissionais não atuam apenas no suporte operacional: são corresponsáveis pela sustentação dos processos formativos, pela garantia de fluxos acadêmico-administrativos, pelo apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão e pela organização das rotinas que viabilizam laboratórios, estúdios, produções e ações culturais em diálogo com a comunidade. Nesse sentido, espera-se que a equipe técnico-administrativa do BIA reúna perfis e funções como assistência em administração acadêmica, técnicos(as) de laboratório e de apoio a práticas artísticas, suporte em audiovisual e tecnologias digitais, e apoio técnico à produção e logística de eventos culturais, contribuindo para a segurança, o registro, a documentação e a difusão das atividades. A valorização desse segmento implica também assegurar condições de trabalho, oportunidades de capacitação e integração às dinâmicas do curso, reforçando que a excelência e a continuidade das experiências práticas e extensionistas do BIA que dependem diretamente da atuação qualificada e articulada dos(as) técnicos(as)-administrativos(as).

Considerado que Bacharelado Interdisciplinar em Artes encontra-se em fase inicial de implantação, razão pela qual a composição do corpo docente e do corpo técnico-administrativo ocorrerá de forma progressiva. Essa estruturação deverá observar o planejamento institucional e as necessidades acadêmicas e operacionais do curso, em conformidade com as normativas e diretrizes previstas no PDI, ProGrad e ProGPe, bem como com a disponibilidade e os trâmites necessários ao provimento de vagas.

15. INFRAESTRUTURA

No que se refere à infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades curriculares do Bacharelado Interdisciplinar em Artes, o planejamento do curso prevê a combinação de ambientes de uso coletivo e espaços especializados, voltados às diferentes dimensões teórico-críticas e prático-experimentais previstas na matriz curricular, assegurando condições adequadas para ensino, pesquisa, extensão, estudo individual e trabalho colaborativo.

Para viabilizar as rotinas acadêmicas e administrativas, o curso requer espaços de trabalho da Coordenação de Curso, ambientes de trabalho docente, salas de reuniões e áreas de convivência e criação, incluindo, quando possível, laboratórios de criatividade e ambientes voltados ao planejamento e à gestão de projetos culturais. Também são considerados estratégicos auditórios, anfiteatros e espaços de apresentações (internos e/ou conveniados), fundamentais para a formação em artes, especialmente para ensaios abertos, mostras, festivais, seminários e demais atividades de vivência pública. Os recursos tecnológicos associados a esses ambientes devem contemplar conectividade (internet e rede interna), equipamentos para uso em sala de aula (computadores, projetores e sistemas de som, quando necessário) e suporte ao uso de ambientes virtuais de aprendizagem e ferramentas digitais de comunicação acadêmica.

Considerando que o Campus e seus cursos estão em fase inicial de implantação, compreende-se que parte dessa infraestrutura estará em processo de constituição. Ainda assim, as atividades acadêmicas poderão ser realizadas com a infraestrutura provisória atualmente disponível, mediante compartilhamento de espaços e organização de uso, considerando a parceria institucional com o Campus São José do Rio Preto do Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

No âmbito do acordo de cooperação entre UFSCar e IFSP, prevê-se o compartilhamento de espaços comuns, como salas de aula, laboratórios de informática, laboratórios de ensino (química e biologia), quadra poliesportiva e áreas de convivência e lazer, além da cessão temporária de um bloco de salas (Bloco C) para uso exclusivo da UFSCar. Esse bloco deverá abrigar espaços de trabalho das Coordenações de Curso, ambientes de trabalho docente, salas

de reuniões e áreas de convivência e criação, bem como uma sala de aula denominada como sala de expressão corporal, com reformas e adaptações que atendem às demandas formativas do curso, particularmente para atividades práticas em artes do corpo e, de modo geral, para a adequação do Bloco C às necessidades acadêmicas.

No tocante à biblioteca, prevê-se, no período inicial, o compartilhamento do acervo do IFSP, enquanto se estrutura o acervo próprio do curso e do Campus, com aquisições graduais alinhadas às bibliografias das ementas, a periódicos especializados e a uma política de desenvolvimento de coleções, complementada por bases digitais e biblioteca virtual, quando disponíveis.

Por fim, registra-se que a implantação e a consolidação da infraestrutura permanente, incluindo aquisição de equipamentos, contratação de serviços, eventual adequação de ambientes e provimento de pessoal técnico-administrativo para suporte aos laboratórios e espaços especializados, deverão ser conduzidas conforme o planejamento institucional e a disponibilidade de provimento, de modo a assegurar continuidade, segurança e qualidade às ações acadêmicas e administrativas do curso.

16. REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Federal N.º 62.758, de 22 de maio de 1968. Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal de São Paulo. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/485385/publicacao/15643723>. Acessado em 16/05/2025.

BRASIL. Lei Federal N.º 3.835, de 13 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade da Paraíba e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3835.htm . Acessado em 16/05/2025.

BRASIL. Lei Federal N.º 4.421, de 29 de setembro de 1964. Transforma a Escola Paulista de Medicina em estabelecimento isolado de ensino superior de natureza autárquica, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4421.htm . Acessado em 16/05/2025.

BRASIL. Lei Federal N.º 4.759, de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4759.htm . Acessado em 15/05/2025.

CAI, W., BORLACE, S., LENGAINNE, M. ET AL. (2014). Increasing frequency of extreme El Niño events due to greenhouse warming. *Nature Clim Change* 4, 111– 116. <https://doi.org/10.1038/nclimate2100> .

CARVALHO J. G. (2007) Dimensões regionais e urbanas do desenvolvimento socioeconômico em São José do Rio Preto. 1. ed. São José do Rio Preto: Editora Microlins, 2007. 272 p.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE (2025). Livro Violeta | Ciência Tecnologia e Inovação para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido | Contribuições para uma Estratégia de CT&I (Versão 1.4).

DURO DIAS R. E QUADROS D. B. (2021). O conceito de justiça social em Nancy Fraser como contributo para a educação em direitos humanos. Revista Inclusiones, dezembro: 205-18.

FRASER N. (2002). A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63: 7-20.

MINUSSI V. P. E RAMOS, N. V. (2021). Justiça Social: uma trajetória conceitual. Teias (Rio de Janeiro), v. 22, p. 300-315, 2021. DOI: 10.12957/teias.%Y.50123

MORETTI P. D. (2020). Dos Currais da Trancham à “Pequena Notável”: Interesses, Oposições e Utopias nos Primeiros Tempos da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE. 305 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (2023). Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia. Disponível em: https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/atos_decisorios/anexo_do_ad_consepe_249_-_ppc_bct_2023_-aprovado_consepe_-_final_pos_errata_12_23.pdf . Acessado em 16/05/2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (2023). Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Aeroespacial. Disponível em: https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/atos_decisorios/ato_decisrio_270_-_ppc_consolidado_-_20_dez_2024 . Acessado em 16/05/2025.